

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

RENATO JOÃO DE SOUZA

**DA INFORMAÇÃO À REPRESENTAÇÃO: O PAPEL DO JORNAL ESCRITO
MINEIRO NOS ANOS 1963 E 1964.**

Juiz de Fora

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

**Da Informação à Representação: O Papel do Jornal Escrito Mineiro nos Anos 1963 e
1964.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História por Renato João de Souza.

Orientadora: Profa. Dra. Valéria Marques Lobo

Juiz de Fora

2012

Renato João de Souza

Da Informação à Representação: O Papel do Jornal Escrito Mineiro nos Anos 1963 e 1964.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Juiz de Fora, 2012

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Valéria Marques Lobo – Orientadora

Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado – Presidente

Profa. Dra. Mirian Hermeto de Sá Mota – Membro Titular

Souza, Renato João de.

Da informação à representação : o papel do jornal escrito mineiro nos anos 1963 e 1964. / Renato João de Souza. – 2012.

127 f.

Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

1. Jornalismo – Minas Gerais - 1963-1964. 2. Representação. 3. Brasil – História – 1963-1964. I. Título.

CDU 272(815.1)“1963-1964”

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento, sem o qual este trabalho teria sido bem mais difícil.

Sou grato também à Profa. Dra. Valéria Marques Lobo, orientadora da pesquisa, sempre solícita no processo de escrita e nos esforços para melhorar o trabalho.

Ao Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado e à Profa. Dra. Mirian Hermeto de Sá Mota, meus sinceros agradecimentos por participarem das bancas de qualificação e defesa do presente trabalho, cujas leituras foram muito cuidadosas e enriquecedoras.

Sou grato ainda a todos os meus professores, desde aqueles dos anos iniciais até os do mestrado que agora termino, pois foram esses mestres que me inspiraram e me inspiram na profissão a qual abracei. Sou-lhes muito grato, pois foram verdadeiros faróis a guiar o meu caminho em cada momento de minha história.

Meu agradecimento especial aos meus amigos, irmãos que a vida me ofereceu ao longo do caminho e que foram fundamentais para a conclusão deste trabalho: Moisés, Viviane, Patrícia, Patrícia Cardoso, Renato Rodrigo, Helenice. Bruno, Juliano, Carol, José Adil, Márcio, Luiz Fernando, Adriano.

A minha mãe, Maria Lúcia, meu pai João e meu irmão André, meu reconhecimento e minha gratidão por todo auxílio durante este trabalho.

Finalmente, sou grato a Deus, aquele a quem tudo devo, que foi e sempre será a fonte de minha força e minha sabedoria.

RESUMO

Este trabalho versa sobre as disputas sociais e ideológicas presentes na sociedade brasileira, no ano de 1963 e início de 1964, momentos que antecederam ao golpe de estado que depôs o presidente João Goulart e implantou no Brasil uma ditadura que durou 21 anos. É nosso objetivo perceber como essas disputas se deram na mídia escrita mineira, através dos jornais *Binômio* e *Estado de Minas*, dois periódicos com posicionamentos bastante distintos e que, de modo geral, deram vazão às diferentes culturas políticas presentes em Minas Gerais nesses anos. Procuramos ainda não só conhecer o posicionamento desses jornais, mas também apresentar um pouco de sua história, assim como o contexto social e político no qual estavam inseridos, no início da segunda metade do século XX, no Brasil e em Minas Gerais.

Palavras-chave: Representação, Jornal escrito mineiro, Pré-golpe de 1964.

ABSTRACT

This study discusses the social and ideological disputes present in Brazilian society in 1963 and early 1964, moments before the coup that overthrew President Joao Goulart in Brazil and established a dictatorship that lasted 21 years. It is our goal to perceive how these disputes are given in the written Mineira media, through the newspapers: *Binômio* and *Estado de Minas*, two journals with very different positions, that, in general, have given rise to different political cultures present in Minas Gerais in those years. We also seek to not only know the position of these newspapers, but also present a bit of its history as well as social and political context in which they were inserted at the beginning of the second half of the twentieth century in Brazil and in Minas Gerais.

Keywords: Representation, Journal writing miner, pre-1964 coup.

LISTA DE SIGLAS

ABERT Associação Brasileira de Emissoras de Televisão

SBPJor Associação Brasileira de Pesquisadores em jornalismo

AP – Ação Popular

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BPR - Bloco Parlamentar Revolucionário

CET - Comando Estadual dos Trabalhadores

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

CNC - Confederação Nacional do Comércio

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CPC - Centro Popular de Cultura

CPI - Comissão Parlamentar de Inquéritos

CUTAL - Congresso de Trabalhadores da América Latina

DCE - Diretório Central Estudantil

FAREM - Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais

FIEGA - Federação das Indústrias do Estado da Guanabara

FIERGS - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

ID4 - Quarta Divisão de Infantaria

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MAC - Movimento Anticomunista

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

P S D - Partido Social Democrático

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PM - Polícia Militar

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSP - Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

STF - Supremo Tribunal Federal

SUPLA - Superintendência de Política Agrária

TBC – Teatro Brasileiro de Comédia

UDN – União Democrática Nacional

UEMG - Universidade Estadual de Minas Gerais

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNE – União Nacional dos Estudantes

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – UM PAÍS, DOIS PROJETOS	24
1.1 – Análise historiográfica.....	25
1.2 – Estado, Sociedade e Mídia diante da crise nacional.....	31
1.3 – Minas Gerais: entre lutas e conspirações.....	48
1.3.1- A articulação conservadora e a repressão aos movimentos de esquerda.....	48
1.3.2. As lutas no campo.....	56
1.3.3. Magalhães e a mobilização conservadora em Minas.....	59
1.4- Conclusão.....	64
CAPÍTULO 2 – JORNALISMO, POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1960 NO BRASIL.....	65
2.1 – O jornalismo no Brasil: dos primeiros anos às transformações no setor a partir de 1950.....	66
2.2 – Mídia, política e opinião Pública.....	70
2.3 – Pequeno histórico do jornal <i>Estado de Minas</i> até 1964.....	72
2.4 – Chateaubriand, entre o jornalismo e o poder.....	74
2.5 – João Calmon.....	80
2.6 – Binômio, entre o humor e a política.....	83
2.7 – José Maria Rabelo	86
2.8 – Conclusão.....	88
CAPÍTULO 3 – A MÍDIA ESCRITA MINEIRA DIANTE DA CRISE NACIONAL.....	91

3.1 – Introdução.....	92
3.2 – <i>Estado de Minas</i>	93
3.3 – A relação do jornal com os grupos de esquerda do período.....	93
3.4 – A relação do jornal com a direita.....	99
3.5 – O ano de 1964.....	100
3.6 – O Binômio em tempos de definição.....	105
3.7 – O jornal e sua auto-imagem.....	105
3.8 – A relação com os grupos esquerdistas e com os Estados Unidos.....	107
3.9 – As articulações golpistas	110
3.10 – Em busca de uma definição de Magalhães Pinto.....	116
3.11 – 1964- momentos de decisão.....	117
CONCLUSÃO.....	120
FONTES.....	124
BIBLIOGRAFIA.....	124

INTRODUÇÃO

O fim do Estado Novo abriu caminho para um dos principais momentos de experiência democrática (1945-1964) vivida pelo nosso país em toda sua história. Novos atores sociais emergiram na cena política reivindicando participação e mudanças na estrutura do país.

No início dos anos de 1960, esse processo de reivindicação e participação popular aumentou consideravelmente e em 1963 e início de 1964 alcançou seu ponto máximo. Trabalhadores, estudantes, artistas e políticos progressistas ganharam as ruas em busca das chamadas reformas de base. Por outro lado, grupos conservadores também se mobilizaram para impedir qualquer mudança substancial na sociedade. Assim ocorre a radicalização entre diferentes grupos sociais com diferentes projetos para o país. As disputas mobilizadas por essas duas vertentes sociais se espalharam por todos os estados.

Minas Gerais, com suas características peculiares, não ficou indiferente ao contexto nacional, tendo o grupo reformista movimentado o estado e gerado grande tensão, principalmente devido aos movimentos liderados pelos trabalhadores da cidade e também do campo. Em contrapartida, os conservadores usaram todos os artifícios possíveis para sufocar esses movimentos e acabaram por se engajar, profundamente, na preparação do golpe que deporia o presidente João Goulart.

Com base nas observações acima e tendo como pano de fundo esse clima de disputas que marcou o contexto anterior ao golpe, o presente trabalho pretende analisar a representação dos jornais *Estado de Minas* e *Binômio* acerca das tensões políticas e sociais que tiveram lugar entre janeiro de 1963 a abril de 1964. A escolha dessas datas tornou-se interessante porque, como já dissemos, foi o ponto alto da mobilização tanto dos grupos reformistas quanto dos conservadores. O início de 1963 marca, ainda, o retorno do presidencialismo, permitindo a Goulart assumir seus plenos poderes de presidente. Já abril de 1964 marca o golpe de Estado que pôs fim ao seu governo.

Quanto a esses periódicos, podemos dizer que são boas fontes de investigação, principalmente por serem de posicionamentos políticos bastante distintos. Por um lado, temos o jornal *Estado de Minas* que, além de pertencer à grande mídia e ser o de maior circulação no estado, continha um espaço de uso do IPES-MG - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais de Minas Gerais - (principal núcleo de atuação dos golpistas tanto a nível nacional como estadual); por outro lado, temos o *Binômio*, que pode ser considerado o principal jornal de esquerda da época, no estado, sendo inclusive reconhecido como o precursor dos jornais alternativos, anos depois.

Em meio à busca por novas fontes, empreendida pela historiografia ao longo do século XX, a fonte jornalística foi se consolidando, especialmente no que tange aos estudos do tempo presente. No Brasil, as pesquisas históricas que trabalharam com o jornal foram se consolidando a partir da década de 1970. No entanto, ainda havia uma relutância em sua utilização. Segundo Tânia de Luca, "reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História, por meio da imprensa"¹. No entanto o uso do jornal enquanto fonte para a escrita da História tem crescido de forma considerável nas últimas décadas.

Sob a perspectiva que pretendemos trabalhar, tomando os jornais como objeto de análise, ainda é "recente a tradição" da historiografia nessa linha. Esse fato, por um lado gera dificuldades, por outro amplia sua relevância para a historiografia. Dentre os trabalhos nessa perspectiva, podemos citar a pesquisa empreendida por Helena Capelato e Maria Lígia Prado, que deu origem ao livro intitulado *O bravo matutino*, lançado em 1980, no qual as autoras analisam os editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*, entre os anos de 1927-1937, evidenciando sua atuação como porta voz de setores das classes dominantes paulistas e a defesa extenuante do liberalismo econômico e social.

A partir dessa época, outras importantes obras foram publicadas. Entre elas o livro *A Imprensa em Transição* (1996), que analisa o processo de profissionalização na mídia, ocorrido no Brasil a partir da década de 1950, e como essa mudança alterou profundamente a forma de se fazer jornal no país.

No que tange às questões teóricas metodológicas, procuramos dialogar com a História Política, nos identificando mais especificamente com a chamada Nova História Política, pois acreditamos que tal vertente pode nos fornecer um instrumental teórico importante, capaz de nos auxiliar na compreensão do objetivo proposto.

Ao longo do século XX, a historiografia mundial passou por várias transformações, e com a História Política não foi diferente. Vista como uma história factual e limitada, foi relegada a segundo plano pela historiografia dos *Annales*, que buscava novos objetos, novos atores e uma história que fugisse ao tradicionalismo do século XIX. Assim, embora não se possa falar de um desaparecimento da História Política, com certeza, houve um descrédito e um questionamento muito grande acerca de suas potencialidades.

¹ LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassaneze. *Fontes Históricas*: São Paulo: Contexto, 2005. P35.

No entanto, a partir da década de 1980, em meio às crises pelas quais passavam as Ciências Humanas, incluindo a História (que segundo Chartier se encontrava à beira da falésia) com seu status de ciência e métodos duramente criticados, teremos o início de um processo de renovação.

Interessa-nos especificamente a renovação da História Política, cujo marco pode ser considerado a partir da publicação do artigo *A política*, escrito por Julliard na década de 1980, no qual o autor apresentava as críticas feitas à História Política anterior e chamava a atenção para suas virtudes e para o caminho, ou para os caminhos daí em diante². Para o autor, a História Política deve ir além do evento, da curta duração. Deve compreender um espaço de tempo maior, entendendo suas mudanças e permanência. Sua obra privilegia ainda a ligação com a Ciência Política, que vinha apresentando resultados consideráveis nos últimos anos. Para Julliard, a Nova História Política teria como objeto central o poder, o poder dos estados e também o poder disperso nas relações com as instituições e o povo. A História Política seria indispensável para entender esta disputa pelo poder,

Seguindo esta discussão, Rosanvallon³ vai afirmar que a política não é um campo isolado das outras áreas de estudo da História, pelo contrário, a política é o lugar onde se articula a sociedade, onde a trama social se organiza, se projeta e elabora as representações sobre ela mesma. Neste caso, é preciso trabalhar com estas representações, na medida em que as pessoas agem não só no campo prático, mas também no campo representativo. Seria necessário realizar uma história conceitual do político. Assim, os conceitos-chaves para se entender a política seriam igualdade, soberania e a própria representação. Isto permitiria entender a política não de forma separada de seu contexto, pois é no social que ela ganha sentido⁴.

Em análise semelhante segue Remond⁵, para quem a política é uma das mais importantes áreas, se não a mais importante dentro da historiografia. Segundo o autor, ações políticas interferem diretamente sobre toda sociedade. Produzida em conjunto com outros pesquisadores, que também atuam nessa vertente, essa análise busca, ainda, estabelecer agendas de estudo dentro da política como: os partidos políticos, as eleições

² JULLIARD, Jacques. *A política*. In: LE GOFF, J., NORA, P. (dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

³ ROSANVALLON, Pierre. "Por uma história conceitual do político" (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

⁴ *Ibidem*.

⁵ RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

e as variadas instituições da sociedade. Ainda, segundo Mota, o livro *Por uma História Política*, organizado por Remond:

publicado originalmente em 1988 (...) é referência importante para compreender os caminhos trilhados pela “nova” história política, e também para situar os estudos de cultura política nesse processo. O propósito do livro, para além da já mencionada intenção de marcar posição, era mapear os novos estudos que vinham sendo feitos na área, mostrando as possibilidades disponíveis aos interessados. Há textos sobre eleições, partidos, intelectuais, mídia, guerra, biografia, entre outros, em que se enfatiza o uso de fontes e abordagens inovadoras ⁶.

Nesta defesa da História Política, uma das mais enfáticas é a historiadora portuguesa Maria de Fátima Bonifácio ⁷. Seu trabalho *Apologia da História Política*, como o próprio nome anuncia, faz um amplo elogio às potencialidades da História Política e defende uma história narrativa. Seu texto, bastante instigante e talvez em alguns pontos polêmico, traz uma profunda crítica à historiografia do século XX, que não só buscou deixar de lado a História Política, mas devido a sua grande proximidade com outras áreas do conhecimento acabou, quase que por desaparecer.

Bonifácio afirma que a História se configurou e sempre deve se configurar na forma de narrativa de uma trama de acontecimento, que dá ao leitor a capacidade de conhecer aquele período. O elemento principal desta trama seria a política, pois esta articularia os nós da sociedade, ou seja, enquanto a sociedade for diversa e houver conflitos, haverá História Política, pois esta possibilita a compreensão de tais relações ⁸.

Para a autora, o poder emanaria sempre do estado, se dispersando pela sociedade, e a história seria feita no estudo deste poder e daqueles organismos que a ele se vinculassem. Assim, grupos civis poderiam fazer parte desta História Política, mas somente se estivessem organizados e de alguma forma ligados ao estado ⁹. Este ponto, entre tantos outros, talvez seja um dos mais polêmicos do seu trabalho, pois acaba deixando de fora desta História grande parcela da população.

Como podemos perceber, eram vários os historiadores desse período pensando em como tratar a questão da política, num processo também de pensar a própria escrita da História. Cada vez mais se mostravam insuficientes os modelos estruturalistas e novas perspectivas de análise ganhavam força, entre eles os estudos de Micro História e História Cultural.

⁶ MOTA, Rodrigo Patto Sá. “Culturas Políticas na História: Novos Estudos”. In: _____ *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 19.

⁷ BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *Apologia da História Política*. Lisboa: Quetzal, 1999.

⁸ *Ibidem*.

⁹ *Ibidem*.

Segundo Motta, foi neste momento que ocorreu uma mudança nos modelos explicativos do passado. Se até então, o que havia fornecido o viés interpretativo da humanidade havia sido a política e a economia, a partir daí, para grande parcela dos historiadores, a cultura tornou-se o modelo elucidativo preferencial nas análises históricas.

Em outros momentos a política, a economia ou fatores sociológicos assumiram o papel de explicação última para os processos históricos, mas hoje a cultura ocupa esse lugar. Nos dias atuais é muito influente a percepção de que a cultura determina o desenrolar dos acontecimentos, da mesma forma como há décadas atrás se pensava que a economia ou os interesses sociais ofereciam a chave para se compreender a dinâmica da História¹⁰.

Sob a influência desse novo olhar para o passado, notadamente marcado pelo viés cultural, é que ganharam força os estudos de Cultura Política, sendo precisamente esta ligação entre política e cultura que mais nos interessa neste momento. Acreditamos que, através dessa perspectiva, poderemos compreender melhor nosso objeto, já que neste, política, cultura e representação se encontram. Então, será pensando sobre estas representações, nesta encruzilhada entre a cultura e a política, que obteremos melhores resultados.

A Cultura Política visa examinar a política a partir de uma perspectiva cultural. Este conceito não é novo, no entanto seus significados e mais ainda sua aplicabilidade vem mudando ao longo do tempo. Como mostram Kuschnir e Carneiro¹¹, a expressão foi criada por Almond e Verba na década de 1960, partindo da contribuição de diversas áreas do conhecimento, como Sociologia, Antropologia e Psicologia, com o objetivo de explicar algumas questões políticas. Seu principal objetivo consistia em discutir a importância da Cultura Política nos regimes democráticos. Para estes autores, Cultura Política estaria associada às expressões políticas de uma sociedade, compreendendo suas avaliações, sentimentos e percepções.

Posteriormente, vários trabalhos foram realizados sob esta perspectiva, principalmente no campo da Ciência Política. A partir da década de 1980, também alguns historiadores desenvolveram trabalhos bastante conhecidos, como a obra de

¹⁰ MOTA, Rodrigo Patto Sá. “Culturas Políticas na História: Novos Estudos”. In: _____ *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13, 14.

¹¹ KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. *As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 13, n.24, 1999.

Lynn Hunt¹², que trata da Cultura Política revolucionária na França entre 1789 a 1790. Esta obra é de grande importância para a historiografia, porque foi uma das primeiras a utilizar esta abordagem no campo historiográfico, tornando-se uma obra de valor acerca da revolução Francesa. Uma das virtudes desse trabalho está em apresentar a revolução não focando suas causas ou efeitos, mas sim a revolução e seu fazer e refazer cotidiano, o modo como uma cultura política revolucionária foi sendo feita e refeita ao longo dos anos e quão importante é a cultura neste processo de definição política.

Data também desse período o texto de Berstein¹³, fruto de um grupo de pesquisadores, liderados por Remond, na França, que visava pensar alternativas para o estudo da política pela História dentro das novas perspectivas que o tema exigia. Esse texto acena com as várias possibilidades para o uso da Cultura Política, apontando seus desafios e potencialidades. Trata-se de um trabalho muito significativo. Inserindo-se dentro deste quadro de renovação da História Política, buscou dar um mínimo de inteligibilidade ao conceito, possibilitando a ampliação de seu uso pelos historiadores e apontando várias possibilidades de pesquisa, especialmente aquelas ligadas às diferentes famílias políticas que poderiam existir em uma mesma sociedade, dependendo da cultura e da formação de cada uma.

Segundo Gomes¹⁴, esta categoria chegou ao Brasil num contexto de grande renovação, tanto nas perspectivas de análise quanto na introdução de novas categorias como gênero, etnia, negociação. Foi um momento também de rejeição dos antigos modelos explicativos, já questionados no período. Entre eles, a recusa de uma linearidade e previsibilidade, em função de matrizes estruturalistas nas relações sociais, sejam estas marcadas pelo economicismo marxista ou pelo instrumentalismo da Ciência Política e da Sociologia. Em boa medida, “o que se estava recusando eram explicações que se construíam fundamentalmente em variáveis externas aos próprios processos históricos isto é, recorriam a fatores definidos *a priori* e de fora dos casos concretos”¹⁵.

¹² HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹³ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998

¹⁴ GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: SOIHET, Rachel et alii (org). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensaio de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p 25.

¹⁵ GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: SOIHET, Rachel et alii (org). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensaio de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005 p 23

Essa movimentação visava devolver para os atores o protagonismo da história, a possibilidade de se trabalhar com as experiências dos momentos estudados e não engessá-los em modelos pré-estabelecidos, em que o sujeito tinha pouca ou nenhuma mobilidade. Tornou-se possível rever as relações de dominados e dominadores, considerando, também, a possibilidade de negociação, ao invés de uma imposição total de dominantes sobre dominados, percebendo-se, assim, a dissolução do poder na sociedade.

Em meio a estas novas possibilidades, o conceito de Cultura Política ganhou forma, embora sobre ele pesassem várias críticas especialmente no tocante à forma como fora trabalhado pela Ciência Política, que buscava identificar e classificar culturas políticas fechadas e classificáveis. Com o advento da História Política, ele ganhou força na historiografia, graças a valorização da Nova História Cultural e aos pilares da busca de uma História vista de dentro e a partir de seus atores.

Nesse momento, mais precisamente a partir da década de 1990, vários trabalhos foram publicados, apresentando uma ideia de Cultura Política, baseada nas leituras de passado comum e também nos objetivos comuns projetados no futuro. Isso engloba todo um conjunto de símbolos, mitos, sentimentos, tradições e fazeres que identificam certos grupos humanos, que partilham entre si tais peculiaridades.

As Culturas Políticas se formam em médio e longo prazo e vão congregando elementos aglutinadores como visões de mundo, ideias semelhantes, perspectivas de futuro e um vocabulário pelo qual é verbalizado todo este arcabouço cultural. Para tal desenvolvimento, é necessário pensarmos no conceito de sociabilidade, aqui retomado nos termos utilizado por Agulhon¹⁶. Esse conceito refere-se às várias relações sociais que envolvem o indivíduo e que vão desde a família, a escola, os grupos religiosos e as organizações partidárias. O conceito é de fundamental importância dentro da Cultura Política, pois é a partir dessas sociabilidades que a Cultura Política de um grupo vai sendo forjada¹⁷.

Assim a família, a escola, as amizades, os partidos políticos, as igrejas, o trabalho, enfim, todos os espaços de relacionamento social são ao mesmo tempo formadores e divulgadores de uma determinada Cultura Política. Então, é nessas

¹⁶ AGULHON, Maurice. *El círculo burgués: la sociabilidad en Francia, 1810-1848*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, p. 9-44; p. 136-186.

¹⁷ GONTIJO, Rebeca. "Historia, cultura, política e sociabilidade intelectual". In: SOIHET, Rachel el alii (org). *Cultura políticas: ensaios de historia cultural, historia política e ensaio de historia*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

relações que a Cultura Política se consolida e é transmitida a outros indivíduos que podem ou não a ela aderir.

Tendo em vista estas definições, procuramos pensá-las enquanto chave de análise para compreendermos os dois jornais apresentados acima, pois a nosso ver estes periódicos foram espaços de sociabilidade, ao mesmo tempo de formação e divulgação das várias culturas políticas presentes em Minas Gerais naquela época. Se tomarmos como certa a afirmação de Gomes ¹⁸, para quem o vocabulário é uma constituinte importante da Cultura Política, estes jornais foram expressões desta cultura ao manifestarem leituras comuns de um presente e um passado além de perspectivas de futuro comuns. Leituras às vezes semelhantes, às vezes opostas, marcadas por embates, contradições e diferentes olhares sobre os principais acontecimentos da época.

Neste sentido, é primordial ao pensar a Cultura Política perceber que tal conceito deve ser trabalhado no plural, pois toda sociedade comporta em seu seio várias Culturas Políticas que dialogam ou se opõem, mas que acabam por coexistir em vários momentos históricos. No início da década de 1960 não foi diferente, pois diversos projetos de Brasil, diferentes leituras de passado e de presente conviviam em Minas nesse período. E os jornais, como portadores do vocabulário desses diferentes grupos, representaram em suas páginas estas disputas pela consolidação de determinadas ideias, determinadas leituras. Sendo assim, seria um erro enquadrar esta sociedade dentro de um modelo fechado, de uma única Cultura Política.

Nesta perspectiva, acreditamos que este conceito nos ajuda a compreender esses jornais e as representações que estamparam em suas páginas em meio às tensões e divisões ocorridas na sociedade mineira nos anos de 1963 e 1964, momento marcado por movimentos culturais e políticos intensos em todo país. Em Minas Gerais, as esquerdas buscaram se organizar e defender seus interesses, no entanto, as forças conservadoras agiram de forma rápida e eficaz, reunindo os principais grupos do estado em torno de um movimento contrário a Jango e às reformas nacionais, defendidas entre outros por trabalhadores, estudantes e jornalistas.

Essa oposição se manifestou tanto através de ações repressivas e violentas - como à repressão de greves e de outras manifestações populares -, quanto com a implementação de uma rede de propaganda, que ia desde a confecção de panfletos até

¹⁸ Também corroboram com essa ideia Sirinelli e Berstein, que inclusive a apresentaram antes de Gomes e no caso brasileiro poderíamos ainda citar Motta e Gontijo.

anúncios em grandes jornais do estado, tendo por objetivos a desmobilização popular e a legitimação do movimento golpista.

Estas medidas, adotadas no campo simbólico, tinham por objetivo movimentar a sociedade contra Goulart e o grupo reformista, ligando seu nome ao comunismo e mostrando-o como incapaz de resolver a crise pela qual passava o país. Tais ideias foram veiculadas em diversos meios de comunicação, especialmente em importantes jornais da imprensa escrita como o *Estado de Minas*, através de editoriais propagandistas do movimento e posteriormente do golpe e a manipulação de matérias políticas. Nesse sentido, alguns desses jornais revelaram-se imprescindíveis meios de divulgação das ideias dos grupos detentores do poder econômico, social, militar e político no estado, que buscavam impor seu modo de ver e fazer política.

Em contraposição, as ideias da esquerda eram veiculadas por jornais como o *Binômio*, fechado e destruído logo após o golpe, por ter tentado representar, nos últimos anos do regime deposto, uma corrente que ganhava as ruas, desencadeava greves e buscava se engajar nas lutas nacionais.

A história desse jornal sempre foi muito conturbada, chegando ao ponto de ser depredado por militares ainda em 1961. Desde sua fundação se propôs a uma análise crítica da sociedade. Fez história, enfrentando o empresariado e políticos importantes da época. Enquanto jornais conservadores se colocaram contra Goulart e sua plataforma reformista, este jornal conseguiu ser uma voz favorável a ele, denunciando arbitrariedades cometidas pelo alto escalão de exército e, desde 1963, alertando para a ameaça golpista.

Assim acreditamos que os dois jornais, *Estado de Minas* e *Binômio*, representaram, em boa medida, as várias culturas, modos e ideias políticas tanto de esquerda quanto de direita, presentes no estado naquela época. Ao longo deste trabalho, os termos direita e esquerda vão aparecer em diversos momentos, pois apesar das dificuldades na definição que esses conceitos apresentam, acreditamos que ainda exerçam um importante papel na definição de alguns grupos políticos¹⁹.

Para facilitar o entendimento daquilo que estamos nomeando de esquerda, ou mesmo de direita, consideremos como esses conceitos são apresentados por Bobbio no livro *Esquerda e Direita*²⁰. Segundo ele, a diferença fundamental entre direita e

¹⁹ Entre os autores que defendem sua validade está o historiador italiano Bobbio que defende de forma enfática sua validade, mesmo nos dias de hoje, para identificar certos partidos ou grupo político.

²⁰ BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*. São Paulo: UNESP, 2001.

esquerda se dá na forma como ambos os grupos políticos lidam com a questão da igualdade. A direita tem, segundo ele, a tendência de perceber aquilo que torna os homens desiguais e essa desigualdade seria natural, portanto, aceita melhor a desigualdade social e econômica presente nas sociedades, enquanto a esquerda se preocuparia mais em promover a busca de uma maior igualdade entre os indivíduos. Assim, segundo Bobbio:

O elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de “esquerda”, e como tais têm sido reconhecidos, é o igualitarismo, desde que entendido, repito, não como utopia de uma sociedade, onde todos seriam iguais em tudo, mas como tendência de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais, do que o que os faz desiguais, e, de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais ²¹.

Para Bobbio a perspectiva da esquerda em relação à igualdade é reduzir as desigualdades sociais e tornar menos penosas as desigualdades naturais. Assim a distinção entre esquerda e direita se relaciona, sobretudo, ao posicionamento positivo ou negativo acerca do ideal da igualdade. Essas definições aparecem concretamente no posicionamento em relação às questões como discriminação, voto feminino e outros casos da realidade social, buscando viabilizar uma maior igualdade, mesmo perante pessoas desiguais e diferentes.

No contexto estudado, embora com vários grupos tanto de direita quanto de esquerda, é possível minimamente definir esses grupos tendo como base a questão da igualdade, pois embora haja diversidade entre as várias esquerdas desse contexto, todos os grupos lutavam contra a enorme desigualdade presente no Brasil. Essa luta se materializava na busca pelas reformas, que visavam minimizar essas desigualdades. Já os grupos de direita, que alcançavam ao longo do governo Goulart uma maior coesão interna e se caracterizavam pela defesa da tradição e do conservadorismo, se opunham a qualquer processo de mudança nas estruturas desiguais do país. E são efetivamente esses dois grupos que, por menos coesos que sejam, protagonizaram as importantes lutas que marcaram especialmente o governo Goulart e que culminaram na sua deposição.

Esses embates sociais e políticos do período, que movimentaram a sociedade, geraram uma disputa não só no campo prático, mas também no campo simbólico, pois,

²¹ BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*. São Paulo: UNESP, 2001. P. 57.

no campo das representações, houve também disputa de poder, que refletiu as diferentes visões de mundo presentes na sociedade.²².

Assim, a análise desses jornais é de fundamental importância para entendermos os posicionamentos, as opiniões e até a ação dos grupos em disputa, pois esses periódicos influenciaram na construção do que Baczko chama de imaginário social, ou seja, na construção de ideias coletivas sobre a política, o governo e o atual momento do país. Essa questão é de fundamental importância, pois como escreve Baczko,

o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum²³.

É preciso considerar, ainda, que a construção desse imaginário social não se dá sem disputas, mas pelo contrário “torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais”²⁴, que tem lugar em cada contexto histórico, pois os atores envolvidos nas disputas sociais e políticas sabem da influência desse imaginário sobre o pensamento e as ações coletivas. E a importância da mídia em geral está principalmente na sua capacidade de divulgar para um público bastante amplo as ideias que compõem esse imaginário.

Em Minas, no final de 1963 e início de 1964, assim como em boa parte do Brasil, ocorreu a tentativa de se ampliar os espaços de participação popular, e cresceu a consciência de que o povo deveria atuar de modo mais ativo nos espaços sociais e políticos. No entanto, a pressão de uma Cultura Política conservadora, presente em vários discursos disseminados nos mais diversos meios culturais e informativos, juntamente com ações políticas, fizeram com que esse processo fosse subjugado e mais uma vez a resposta dada a esses movimentos fosse arbitrária e violenta.

Quanto a esses jornais, sabemos que o *Estado de Minas*, ligado aos vários setores conservadores da época, acabou por apresentar e representar os atores engajados nas disputas por reformas como comunistas, e mais, criava e difundia um imaginário em que se apresentava um país, sob a liderança de Jango, que marchava para o socialismo ateu e degenerado.

²² Aqui estamos considerando representação como o ato de apresentar a realidade de forma simbólica, ou seja, tornar visível o que não se vê como no caso dos pensamentos e das intenções, através da compreensão da cultura e do momento histórico analisado. Ainda sobre o conceito de representação ver: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

²³ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaudi. Vol.1. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984, p 311.

²⁴ *Ibidem*, p. 310.

Em relação ao *Binômio*, embora se possa encontrar nele alguns traços conservadores, principalmente em relação a sua afinidade com o então governador de Minas, Magalhães Pinto, parece ter desafiado os grandes meios de comunicação da época, realizando importantes denúncias sociais relacionadas aos empresários, à exploração dos trabalhadores rurais e, ainda, atuou no campo político denunciando políticos corruptos e incapazes, ou mesmo chamando a atenção para a eminência de um golpe, desde meados de 1963.

Nesse sentido, como já colocado, buscaremos analisar esses jornais tendo como cenário um período marcado por disputas em seus mais variados âmbitos, procurando conhecer seus posicionamentos, suas ideias e as representações criadas por eles sobre a realidade na qual estavam inseridos.

Dividimos nosso estudo em três capítulos. O primeiro, trata do contexto com o qual estamos trabalhando, tentando pensá-lo tanto em nível nacional como estadual. No que se refere às questões em nível nacional, pudemos contar com uma extensa bibliografia. No entanto, no que tange a Minas Gerais, são poucos os trabalhos disponíveis, o que demandou grande esforço para que pudéssemos compor as lacunas existentes. Temos consciência de que muitas ainda permanecem abertas, ou foram parcialmente preenchidas e ainda demandarão trabalhos de maior fôlego, que tenham essa questão como foco principal.

Tendo em vista o fato de que os jornais são nossos principais objetos de análise, o segundo capítulo será dedicado a conhecê-los melhor, a entender um pouco de suas trajetórias, desenvolvimento e lugar que ocupavam no cenário estadual do período, a descobrir, também, quem eram seus proprietários, a quais redes de sociabilidade pertenciam e com quem tinham ligação, pois tudo isso nos ajuda a elucidar tanto o posicionamento político do periódico, quanto nos auxilia nas análises daquilo que era publicado. Procuraremos, ainda, do ponto de vista teórico, trabalhar com a relação entre mídia, política, esfera e opinião pública.

O terceiro e último capítulo será dedicado à análise dos jornais em si. Particularmente, analisaremos as páginas de opinião. Vamos investigar os editoriais com cuidado, pois a leitura dessa parte nos possibilita notar o posicionamento do jornal acerca do momento estudado.

CAPÍTULO 1 – UM PAÍS, DOIS PROJETOS

O presente capítulo aborda algumas das diferentes correntes interpretativas acerca do contexto que antecedeu ao golpe de estado, ocorrido no Brasil em 1964. Posteriormente, com base nessa literatura e amparados pelo trabalho de pesquisa, apresentaremos esse período, em seus variados aspectos, mas, sobretudo, naqueles que nos levaram a perceber a radicalização experimentada pelos atores em disputa naquele momento. Analisaremos, ainda, como os principais acontecimentos daquele contexto repercutiram na mídia da época. Isso será feito primeiramente, abordando essa conjuntura em nível nacional e, em seguida, buscaremos entender como essas questões se deram também em Minas Gerais.

1.1 – Análise historiográfica

O período que antecede ao Golpe de 1964 tem sido analisado a partir de diferentes perspectivas. Neste momento, vamos considerar apenas aquelas que se concentram na participação de diferentes atores, sem discorrer sobre a literatura que trata da crise do modelo de substituição de importações e do “colapso do populismo”, enfatizando elementos estruturais na determinação da ruptura ocorrida em 1964. Tal perspectiva será mencionada na próxima seção deste capítulo.

Há autores que privilegiam a ação especificamente dos militares como desencadeadora do golpe, ainda que não desconsiderem outras variáveis. Entre esses, podemos citar Alfred Stepan²⁵ e Gláucio Soares²⁶. Outros enfatizam a ação conspiratória de agências como o IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais -, em que atuavam setores representantes da burguesia associada. O principal expoente desse ponto de vista é Renè Armand Dreifuss²⁷. Alguns, como Argelina Figueiredo²⁸ e Jorge Ferreira²⁹, destacam, ainda, a estratégia ou o papel dos atores.

O cientista político Alfred Stepan foi um dos primeiros estudiosos a tratar do contexto que antecedeu ao golpe, com a obra publicada no Brasil *Os militares na*

²⁵ STEPAN, Alfred C. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

²⁶ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon, & CASTRO, Celso. *Visões do golpe: A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

²⁷ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

²⁸ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas a crise política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

²⁹ FERREIRA, Jorge. “O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964”. In: ____; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

política, trabalho que procura entender as razões da queda do governo Goulart. Para Stepan, tal fato teria ocorrido devido à incapacidade de Goulart em "reequilibrar" ³⁰ o sistema político naquela situação de crise. Sua obra busca entender o papel dos militares na política nacional. Segundo esse autor, até 1964 os militares intervinham na política apenas de forma a depor um governante, logo devolvendo o poder aos civis ³¹. No entanto, em 1964 a atuação dos militares foi diferente. À medida que eles depuseram o presidente civil, assumiram o poder e o detiveram por longo período ³². Stepan argumenta que neste episódio os militares se achavam preparados e com legitimidade suficiente para assumir e permanecer no poder³³.

Já na década de 1980, o foco se deslocou dos militares para os grupos civis. Foram escritas obras substanciais que visavam demonstrar a articulação entre setores de grupos dominantes e militares, que teria resultado no golpe de 1964. Entre os trabalhos de maior fôlego e grande aparato de fontes está o livro de René Dreifuss³⁴. Nessa obra, centrada em dois órgãos fundamentais da articulação golpista, o IPES e o IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática -, o autor mostrou que os empresários nacionais e de capital estrangeiro atuaram de forma consistente e decisiva na desarticulação do governo Goulart, sendo isso fundamental para que o golpe fosse bem sucedido. Assim, para Dreifuss "o que ocorreu em 31 de março de 1964 não pode ser somente denominado como golpe militar, mas sim como um movimento social civil e militar"³⁵. Alguns líderes do movimento eram civis, representantes de setores ligados ao grande capital nacional e internacional, descontentes com o modelo trabalhista existente no Brasil desde Vargas. Tal modelo era visto como incompatível com o estágio capitalista em que se encontrava o país ³⁶.

³⁰ STEPAN, Alfred C. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p.140.

³¹ *Ibidem*, 1975, p. 50.

³² Como aponta Ferreira, os militares vinham desde o segundo governo de Vargas tentando derrubar o regime constitucional e, pelo menos em dois momentos, tomaram a iniciativa de forma concreta para esse fim: a primeira em 1955, que naufragou graças ao golpe preventivo liderado pelo general Lott, que garantiu a posse de Juscelino Kubitschek, e a segunda quando da renúncia de Jânio Quadros, momento onde as estruturas republicanas resistiram graças a uma maciça campanha, conhecida como "Campanha da Legalidade" liderada por Leonel Brizola. Mais informações sobre as crises políticas desse período ver: FERREIRA, Jorge. *Crises da República: 1954, 1955 e 1961*. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³³ STEPAN, Alfred C. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

³⁴ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

³⁵ *Ibidem*, 397.

³⁶ *Ibidem*.

Noutra perspectiva, já na década de 1990, Argelina Figueiredo traça todo um conjunto de embates que fora da rua para o congresso e se materializou, especialmente, nas disputas em torno da reforma agrária, carro-chefe das reivindicações populares e da plataforma de Jango. Em seu livro *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas a crise política*, fica evidente o radicalismo dos grupos políticos pró e contra as reformas e o quanto essa polarização inviabilizou qualquer acordo, mesmo que Jango tivesse se esforçado para consegui-lo. De certa forma, Figueiredo corrobora a hipótese de Wanderley Guilherme dos Santos, que atribui o desfecho golpista ao quadro de *paralisia decisória* que caracterizava as instituições político-brasileiras, particularmente o congresso nacional, naquele contexto pré-golpe. Mas a autora vai além, buscando compreender como os atores, à esquerda e à direita, se movimentavam diante de um cenário de forte efervescência social e quais eram as estratégias escolhidas para enfrentar os embates políticos.

Se, até a esse período, as análises do Golpe de 1964 e do contexto que o precedeu estiveram concentradas, sobretudo no âmbito da Ciência Política, a partir desse momento, elas chegam à História. Na década de 1990, com o fortalecimento da História Cultural e em um contexto de valorização dos indivíduos e suas trajetórias, ganhou espaço, o que os historiadores geralmente chamam de História Oral ou fonte oral. Destaca-se no caso brasileiro a criação do CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil -, pertencente à Fundação Getúlio Vargas, onde vários militares foram entrevistados. Estas entrevistas possibilitaram grandes avanços, especialmente para entender melhor a real participação e as visões que esses militares tiveram do início da década de 1960.

Nessa perspectiva, podemos tomar como referência os trabalhos das pesquisadoras Maria Celina D'Araujo³⁷, Marieta Ferreira e outros autores que compõem o livro: *João Goulart - Entre a Memória e a História*³⁸. Tendo como base as entrevistas pertencentes ao CPDOC, vemos que eles apontaram interessantes questões acerca da figura do então presidente Goulart e do contexto que antecedeu à tomada do poder. Mostraram que os militares apresentavam o comunismo como motivação para a intervenção, que estaria por ameaçar a sociedade brasileira, assim como a possibilidade

³⁷ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon, & CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

³⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart - Entre a Memória e a História*. Rio de Janeiro. FGV, 2006.

de uma república sindical, além do caos e da desordem, pela qual, segundo eles, passava o país. Apareceram também questões relevantes quanto à organização do golpe. Questões que contrariam em alguns aspectos as interpretações calcadas na conspiração e em movimento golpista muito organizado. Pois, conforme os relatos, a montagem da ação foi bastante precária e a organização do movimento pouco articulada, conforme demonstra o deslocamento prematuro das tropas de Mourão Filho de Juiz de Fora, não deixando outra opção aos demais chefes golpistas senão apoiá-lo.

Em relação a essas discussões referentes à participação de civis e militares no golpe, outra imprescindível contribuição para a historiografia foi apresentada por Carlos Fico, que de certa maneira sintetiza as conclusões obtidas nos outros trabalhos. Segundo o autor, a “preparação do golpe foi de fato civil-militar. No golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares, além das movimentações de tropas. Desde o início do regime, foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis”³⁹. Fico, com isso, não nega a atuação de civis nos acontecimentos que levaram ao golpe, mas chama a atenção para o seguinte fato:

Sem a desestabilização (propaganda ideológica, mobilização da classe média etc.) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível. Portanto, é preciso bem distinguir a atuação desestabilizadora (a propaganda do IPES e outras agências) da conspiração golpista civil-militar, que em muitos momentos não passou de retórica radical e somente se consolidou às vésperas do 31 de março⁴⁰.

Desse modo, notamos que civis e militares tiveram participação significativa no golpe. No entanto, em momentos propícios e com ações distintas. Na verdade, os civis atuaram na desestabilização do governo, criando na sociedade o tão propalado “clima favorável”, que desse legitimidade à ação militar, que efetivamente destituiu o governo Goulart.

Em certa medida, a análise de Fico contempla a visão de Stepan, que privilegia a ação concreta dos militares no desencadeamento do golpe; mas também de Dreifuss, que enfatiza a postura desestabilizadora de entidades que agrupam civis, como fundamental na criação do “clima” pró-golpe, sem descartar a importância da estratégia dos atores no desenrolar dos acontecimentos.

³⁹ FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol.24, N°.47,p.21, 2004.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 21.

Por outro lado, Argelina Cheibub Figueiredo⁴¹ e Jorge Ferreira⁴², dois pesquisadores cujos trabalhos se dialogam em vários pontos, perceberam naquele momento, além do entrelaçamento de projetos, uma falta de apego à democracia política por parte dos atores envolvidos.

Em conjunto, esses trabalhos nos permitiram, em boa medida, a reconstrução de trajetórias individuais e coletivas naquele contexto que antecedeu ao Golpe de 1964. A partir dessas abordagens, podemos perceber as diversidades na luta pelo poder, que reuniram, de um lado, empresários, políticos conservadores, setores das Forças Armadas, que buscaram disseminar uma propaganda política contrária a Jango, e os grupos reformistas, induzindo a formação de uma conjuntura favorável à quebra do regime constitucional. Por outro lado, os diversos grupos de esquerda do período procuraram mobilizar a sociedade, fazendo uso de todos os meios possíveis, desde passeatas, greves, até manifestações culturais, objetivando, sobretudo, as reformas de base.

Nos últimos anos, novas questões têm vindo à tona. Importantes trabalhos vêm sendo publicados e a abertura de arquivos, até então fechados, tem possibilitado a publicação de importantes obras como as do autor Carlos Fico: *O grande irmão, Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo e O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*, publicada em 2006. Esta obra, entre outras questões, toca em pontos polêmicos, como a participação dos EUA no golpe. Através de suas pesquisas em arquivos norte-americanos, foram revelados dados da efetiva participação e apoio aos golpistas por parte desse país. Inclusive com ajuda militar, que envolveria o desembarque de tropas estadunidenses no Brasil, caso fosse necessário⁴³.

Como se percebe, as análises acerca do contexto que precederam ao golpe de 64 são diversas e ainda não se esgotaram. Dialogaremos com vários desses trabalhos já realizados, especialmente, sob a nova perspectiva que vem se consolidando nos últimos anos. Perspectiva que atenta para as questões ligadas ao discurso e à representação, no entanto sem perder o foco de questões cruciais para a História Política, como a disputa pelo poder, que se faz presente nos variados âmbitos da sociedade. No entanto, a

⁴¹ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas?* Alternativas democráticas a crise política. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

⁴² FERREIRA, Jorge. "O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964". In: _____; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

⁴³ Esse tema já vem sendo abordado há vários anos por historiadores e jornalistas, sendo um dos pioneiros: CORRÊA, Marcos Sá. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre : LPM, 1977.

historiografia brasileira ainda se ressentia da escassez de análises acerca do papel da imprensa no cenário pré-golpe, que é o foco de nossa pesquisa. Entre os trabalhos que abordam a relação entre a mídia e o golpe, podemos citar as obras de Rodrigo Patto Sá Motta, Maria Rosa Duarte de Oliveira e Alzira Alves de Abreu.

Através da obra *Jango e o Golpe Militar de 1964 na Caricatura*, Rodrigo Patto Sá Motta discute como os principais jornais do Brasil usavam as caricaturas para representar os grandes atores políticos da época. O trabalho de Motta aponta a forma como esses jornais atuavam, identificando políticos como Carlos Lacerda por “corvo”; ou apresentando Goulart como conspirador, ou ainda como um grande líder democrático. Dessa maneira, esse livro nos ajuda a pensar nas várias e distintas representações, criadas pela imprensa, durante este período.

Outra importante obra que trata esse tema é a da autora Maria Rosa Duarte de Oliveira, *João Goulart na imprensa, de personalidade a personagem*, na qual a autora fala sobre as representações dos principais jornais paulistas, no início dos anos sessenta, em relação ao presidente Goulart. A sua obra busca, através dos jornais *O Estado de São Paulo*, *a Folha de São Paulo* e *Última Hora* (jornais com posicionamento político diferenciado), compreender como estes periódicos disseminaram uma imagem bastante distinta de Goulart, criando e difundindo uma personagem que ia desde um “líder democrático” até um “demagogo fraco e incapaz”.

Um artigo que merece destaque no trato, especificamente com jornais, nesse período, é o capítulo escrito por Alzira Alves de Abreu *1964: A imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart*, publicado no livro: *João Goulart: entre a História e a Memória*. Nesse artigo, Abreu mostra como os principais jornais do eixo Rio-São Paulo se posicionaram em relação aos grandes acontecimentos do governo Goulart e como essas posições vão se acirrando em relação ao presidente, a ponto de defenderem, em seus editoriais, a sua deposição. Esse capítulo nos chama a atenção, ainda, sobre a importância desses jornais na arregimentação dos setores contrários a Jango, inclusive no meio militar. Para isso, esses periódicos mobilizaram elementos caros ao imaginário militar e a uma boa parcela da sociedade civil como a noção de ordem e o anticomunismo⁴⁴.

Quanto às obras referentes à efetiva participação de Minas nos eventos que antecederam e levaram ao golpe de 1964, ainda são poucos. Entre os estudos

⁴⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart - Entre a Memória e a História*. Rio de Janeiro. FGV, 2006.

realizados, o que aborda de modo mais profundo o tema é o livro de Heloisa Starling, que analisa o contexto que antecedeu ao golpe em Minas Gerais. Muito influenciada pela obra de Dreifus, ela parte também da lógica da conspiração conservadora. Amparada por ampla documentação, demonstra os passos dos conspiradores em Minas Gerais, desde a formação do IPES até a arregimentação dos mais variados setores sociais, num trabalho contrário ao governo Goulart e a favor da quebra do regime. Esse trabalho nos permite ainda identificar os integrantes e as ações do grupo conservador em nível estadual.

Apesar das dificuldades que a falta de um maior número de estudos sobre esse período em Minas pode nos trazer, procuramos implementar algumas discussões que permitam um maior entendimento do tema. Assim, na sequência deste capítulo, traçaremos um quadro sobre as principais questões ocorridas no Brasil e suas ligações com Minas Gerais, nos anos de 1963 e início de 1964.

Para isso, é imprescindível termos em mente que todas essas abordagens trazem uma contribuição para a compreensão dos acontecimentos que giram em torno do golpe de 1964, não sendo possível explicá-lo com base em apenas uma variável. É necessário recorrer a um grande número de obras da literatura, bem como a vários outros autores. Por fim, para uma compreensão maior do período ao qual nos propomos a estudar, é preciso retomar um pouco o que se passou no país durante o tempo que vai de 1945 a 1964, pois toda efervescência política e social ocorrida no início dos anos de 1960 foi sendo construída ao longo desse período.

1.2 – Estado, Sociedade e Mídia diante da crise nacional

Os anos iniciais da década de 1960 foram marcantes para o Brasil, pois, se por um lado, representaram um avanço na participação popular, por outro lado também foram marcados por uma grave crise econômica e política. Nesse item, buscaremos compreender o clima “pré 1964” a partir dos episódios e da postura dos diferentes atores envolvidos.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, ideias de liberdade povoaram o pensamento e a política ocidental. No Brasil, o período entre o fim do Estado Novo (1945) e o Golpe Civil Militar de 1964 foi marcado por intensas conturbações sociais. Nesse contexto, diferentes projetos de Brasil se confrontaram e mediram forças no

campo da experiência social e democrática do pós 1945⁴⁵. Estes projetos vinham desde aqueles grupos que visualizavam a possibilidade de uma revolução comunista, passando pelo nacional-popular e pelo projeto liberal conservador.

Em 1961, João Goulart, o então vice-presidente assumiu o poder após a renúncia de Jânio Quadros. Sua posse foi tumultuada e contestada, tanto por setores das Forças Armadas, quanto por alguns setores da sociedade civil, que o acusavam de ser comunista. Embora as tentativas de barrar sua posse tivessem falhado, ele governou até 1963, sem grande parte dos poderes presidenciais, pois, em sete de setembro de 1961, em plena crise política, uma emenda constitucional substituiu o regime presidencialista pelo parlamentarista. Com isso, Jango assumiu e comandou o Brasil, sem os poderes de presidente, até o plebiscito que restaurou o presidencialismo, em janeiro de 1963. Não obstante, o presidente exercia forte influência mesmo sob o parlamentarismo, inclusive sobre a agenda do congresso. Os primeiros-ministros jamais chegaram a ter mais importância na definição dos rumos do país que o presidente. Durante todo esse período, houve tensões, no entanto, após o retorno do presidencialismo, essas se acentuaram. Pois de um lado, cresceu a pressão popular por mudanças; por outro lado, os setores conservadores acirraram sua oposição ao governo e a qualquer mudança significativa nos moldes desiguais da sociedade brasileira.

A fragilidade do parlamentarismo para enfrentar a crise da economia tornou cada vez mais intensa a crise política. O parlamentarismo começou a declinar logo em 1962. Isso fica mais claro a partir de maio desse ano, quando há substituição no gabinete. Segundo Ferreira,

Com a renúncia de Tancredo Neves, San Tiago Dantas recebeu o apoio das forças de esquerda, dos grupos nacionalistas e do movimento sindical para assumir o cargo de primeiro ministro. Goulart o indicou para chefiar o gabinete. Os conservadores, no entanto não viram a escolha de Dantas como a mais sensata, particularmente, pela sua atuação a frente do Ministério das Relações Exteriores, onde patrocinou a política externa independente. Assim, udenistas e pessedistas vetaram a sua indicação. Diante da resistência dos parlamentares conservadores, Goulart nomeou um deles para o cargo: Auro de Moura Andrade, presidente do senado. A aprovação do nome ocorreu sem problemas no congresso, apenas com votos contrários do PTB. A reação das esquerdas foi imediata. O movimento sindical deflagrou uma greve geral pela nomeação de um gabinete nacionalista. Auro Moura, sem alternativa, renunciou. A manobra de Goulart,

⁴⁵Sobre o processo de amadurecimento democrático experimentado ver: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil o Longo Caminho*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas a crise política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993; FERREIRA, Jorge. *O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

nesse episódio, foi bem-sucedida. Sua intenção era a de criar um impasse. Não podendo indicar um nome progressista, indicou o de um conservador, despertando reações das esquerdas e desgastando o sistema parlamentarista. A questão da sucessão do gabinete foi resolvida com a indicação de Francisco de Paula Brochado da Rocha, ex secretário do interior e justiça do governo de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul.⁴⁶

Fato é que tanto a direita quanto a esquerda foram perdendo o pouco apreço que tinham ao parlamentarismo, o qual caminhava a passos largos rumo ao esgotamento. No ministério de Brochado da Rocha, foi enviado ao congresso um projeto que visava, entre outras medidas, conter a inflação, que, em 1962, chegava a 47,2 % na Guanabara. Com o projeto propunha-se, ainda, a criação de um órgão para tratar da Reforma Agrária, a SUPLA - Superintendência de Política Agrária⁴⁷. Esse projeto foi aprovado, mas a situação econômica do país não melhorou e a SUPLA também obteve poucos resultados.

Com base nas análises de Conceição Tavares⁴⁸, José Serra⁴⁹ e Mantega,⁵⁰ Valéria Lobo conclui que:

a crise da chamada *República Trabalhista*, clara a partir de 1962, dispõe de raízes econômicas e sócio-políticas. Quanto ao primeiro aspecto, a literatura pertinente destaca o esgotamento do *modelo de substituição de importações*, que exigiria a redefinição das alianças internas que o sustentavam. Na perspectiva que alimentavam setores do PTB, o PCB e diversas correntes nacionalistas, isso passava pela aliança entre setores urbanos e agrários, uma vez que a reforma agrária aparecia como elemento central à dinamização do mercado interno. Além disto, propunha-se uma acentuação do papel do Estado, ao qual caberia responder por iniciativas no âmbito da produção - particularmente as indústrias de base - e na resolução do problema do financiamento da expansão industrial, através da reforma tributária e da imposição de restrições a remessas de lucro do capital estrangeiro. Concretamente, entretanto, o empresariado brasileiro já desenvolvia - o marco é justamente o governo Kubitschek - uma experiência de associação com o capital estrangeiro que tendia a produzir um novo modelo industrial, o qual gerava e exigia concentração de renda e não o contrário. Nessa medida, fracassa a perspectiva de uma aliança entre industriais, trabalhadores urbanos e as camadas subalternas do campo⁵¹.

⁴⁶ FERREIRA, Jorge. *O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964*. In: _____; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003, p. 357, 358.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 358.

⁴⁸ Esta interpretação aparece no mencionado trabalho de Conceição Tavares (1983) e os teóricos da “dependência”.

⁴⁹ José Serra (1984) enfoca a crise econômica do início dos anos 60 como uma crise cíclica, provocada pelo esgotamento dos efeitos reprodutivos das inversões efetuadas durante o governo Kubitschek.

⁵⁰ Sobre os modelos de interpretação econômica do período e as alternativas sugeridas ver Mantega (1984).

⁵¹ LOBO, Valéria Marques. *Fronteiras da Cidadania*. Belo Horizonte, ed. Argvmentvm, 2010.

Baseada na literatura acerca desse contexto ⁵² Lobo afirma ainda:

A unidade entre militares, a tecnocracia emergente, setores agrários “tradicionalistas” e “modernos” dirigir-se-iam não só contra o projeto descrito acima, mas, principalmente, contra os trabalhadores do campo, que começavam a sair da passividade política, e os trabalhadores urbanos, os quais, sob o impacto da acumulação rápida e da corrosão dos salários motivada pelo crescimento da inflação, ensaiavam formas de organização que de certo modo ultrapassavam os limites corporativos ⁵³.

Em meio a esse contexto de crise, aumentava também a radicalização em prol do presidencialismo, em setembro de 1962, diante da resposta negativa do congresso em conceder ao presidente poderes para que fosse marcado um plebiscito, através do qual a população decidiria acerca do regime que queria. Brizola, falando em nome das esquerdas, defendeu o fechamento do Congresso e pediu ao exército que restaurasse os poderes presidenciais de Goulart. Enquanto isso, Lacerda, em sua torrente de acusações, mais uma vez denunciava um golpe comunista prestes a ocorrer no país ⁵⁴.

Em 14 de setembro renunciou Brochado da Rocha, devido às recusas do congresso em delegar poderes ao presidente. Ocorre, então, greve geral em prol do plebiscito. O Congresso, pressionado por todos os lados, inclusive pela ala nacionalista do exército, marca o plebiscito para o dia 6 de janeiro de 1963. A data prevista para esse acontecimento seria, somente, no ano de 1965.

O último cargo de primeiro-ministro foi preenchido, em 18 de setembro de 1962, por Hermes Lima, que assumiu com a missão de conduzir o país de volta ao presidencialismo ⁵⁵, tarefa na qual foi bem sucedido.

Se, no congresso, as discussões se tornavam cada vez mais intensas, o mesmo ocorria no âmbito da sociedade. As esquerdas, em suas variadas vertentes, radicalizavam cada vez mais suas posições em defesa de um conjunto amplo e efetivo de reformas, especialmente a reforma agrária, apostando, nos termos de Figueiredo, que, se não conseguissem aprovar reformas estruturais, sempre haveria uma nova chance para a conciliação em torno de mudanças mais moderadas ⁵⁶.

⁵² É extensa a literatura sobre a chamada "crise do populismo". Entre outros, cf. Ianni (1975); Cardoso e Falleto (1976). A propósito da articulação dentro das elites para o Golpe de 64, cf. Dreifuss (1981). Para uma breve revisão da literatura a respeito da crise dos anos 60, cf. Figueiredo (1993).

⁵³ LOBO, Valéria. Marques. *Fronteiras da Cidadania*. Belo Horizonte, ed. Argumentvm, 2010.

⁵⁴ FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964. In: _____; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003., p. 359.

⁵⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Ed. Revan; Brasília: Ed. da UnB, 2001.

⁵⁶ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas a crise política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

Por outro lado, ao final de 1961, a direita criou um dos mais importantes órgãos na montagem da conspiração oposicionista a Jango, o IPES, que era apresentado por seus membros perante a sociedade como “uma agremiação apartidária com objetivos essencialmente educacionais e cívicos. Além disso, (...) o IPES seria orientado por dirigentes de empresas e profissionais liberais que participassem com convicção democrática”⁵⁷, sendo apresentado ainda ao público em geral “como uma instituição com interesses científicos”⁵⁸. No entanto, segundo Dreifuss, essa face pública escondia seu verdadeiro interesse. “O lado encoberto coordenava uma sofisticada multifacética campanha política, ideológica e militar”⁵⁹. Agindo, também, na “manipulação de opinião e guerra psicológica”, o IPES foi o principal articulador do movimento golpista de 1964⁶⁰. Suas atividades iam desde a arregimentação da elite nacional e estrangeira até a criação de um clima favorável ao golpe.

Participavam do IPES empresários, intelectuais e membros das Forças Armadas, das quais o IPES se aproximou através do general Golbery. Entre a data de sua fundação e março de 1964, seus gastos chegaram perto de 200 a 300 mil dólares, em propagandas contra Goulart. E por meio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), dirigido pela CIA, o IPES orientou e financiou políticos conservadores na campanha de 1962, com gastos de até cinco milhões de dólares⁶¹.

Convém destacar, ainda, que o IPES se ramificou por diversos estados da federação, estendendo sua linha de atuação por vários setores da sociedade, em especial, pelos meios de comunicação como rádio, televisão e jornais. Tudo isso visando formar uma opinião pública contrária a Goulart e ao seu governo, pois o fracasso das tentativas de golpe que vinham ocorrendo desde 1954, segundo Jorge Ferreira⁶², havia-lhes ensinado que um golpe por mais bem articulado que fosse não surtiria o efeito esperado se não encontrasse na sociedade um clima favorável. Segundo as palavras do General Guedes “era preciso tomar a Rua do Jango”⁶³. Nesse sentido, a ação do IPES, visando

⁵⁷ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981, p. 163.

⁵⁸ *Ibidem*, p.164.

⁵⁹ *Ibidem*, p.164.

⁶⁰ *Ibidem*, p.164.

⁶¹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Ed. Revan; Brasília: Ed. da UnB, 2001.

⁶² FERREIRA, Jorge. “O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003

⁶³ GUEDES, Luiz Carlos. *Tinha que ser Minas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979*.

desestabilizar o governo Goulart, foi bastante eficaz. Testemunho disso foi o sucesso das chamadas “Marchas com Deus pela Liberdade”, ocorridas antes do golpe, e as marchas da vitória, ocorridas após o fato.

Assim, em meados de 1963, o IPES se encontrava já com sua estrutura bem organizada, trazendo em seu quadro os maiores opositores a Goulart e canalizando essa oposição em atitudes concretas, visando atacar o governo e suas bases de sustentação.

A articulação das diversas expressões associativas, políticas e intelectuais do poder de classe dominante permitiu ao IPES, por volta de 1963, representar o conjunto mais expressivo da burguesia brasileira, capaz de agir política e militarmente com efetiva autoridade ⁶⁴.

Apesar de toda turbulência, Goulart conseguiu implantar algumas ações importantes, por exemplo, na área da educação, como a criação e ampliação da produção de livros e de manuais didáticos; a ampliação de bibliotecas; a implementação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira -, destinando 12,45% do orçamento para educação⁶⁵. No entanto, convivía com uma grave crise interna que mitigava as chances de implementar políticas públicas mais concretas. A essa crise interna somou-se uma importante crise externa, que se manifestou, sobretudo, nas relações com os EUA, devido à questão da lei de remessa de lucros, que limitava a transferência dos lucros ao exterior das empresas multinacionais instaladas no Brasil e à política externa independente. A crise agrava-se em face do contexto da guerra fria e dos efeitos da “pós-revolução cubana”, quando os Estados Unidos se voltaram para a América Latina, na tentativa de reforçar a segurança hemisférica. Nesse período, ao mesmo tempo em que se verifica certa aproximação entre a postura dos Estados Unidos e o ponto de vista de setores das Forças Armadas brasileiras (lembrando que alguns militares brasileiros receberam, inclusive, formação no War College), observa-se um distanciamento do Estado norte-americano e o Governo brasileiro. Isso fica claro quando há o cancelamento da vinda do presidente Kennedy ao Brasil, que deveria ter ocorrido em meados de 1963, pois, segundo ele, o presidente brasileiro demonstrava sinais de “esquerdização”⁶⁶.

⁶⁴ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981, p. 180.

⁶⁵ FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁶⁶ FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência*

O anticomunismo é uma questão bastante importante para compreendermos os antecedentes do golpe, que se efetivou tendo como justificativa exatamente a ameaça comunista. Para entender um pouco melhor essa questão vamos recorrer ao livro *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil* de Rodrigo Motta ⁶⁷, no qual o autor demonstra de que forma, a partir da Intentona Comunista de 1935, os mais variados setores da sociedade brasileira - como a igreja católica e a grande mídia - promoveram uma verdadeira cruzada contra o comunismo. Criou-se, segundo Motta, uma indústria do anticomunismo, uma vez que alguns grupos buscavam explorar o medo da população a esse respeito, e utilizá-lo em benefício próprio. Conforme o autor, “a forma mais conhecida e, certamente, mais importante da ‘indústria’ foi à utilização do anticomunismo para justificar intervenções autoritárias na vida política nacional” ⁶⁸. Isso ocorreu, primeiramente, entre 1935 a 1937, momento que antecedeu à implantação do Estado Novo e, posteriormente, nos anos iniciais da década de 1960, por ocasião do golpe de 1964 ⁶⁹. Para estimular o medo do perigo vermelho, foram apresentadas diferentes imagens, sempre negativas, dos comunistas, apresentando-os como inimigos da pátria, ateus, criminosos... Chegavam a tratar o comunismo como um vírus, que tende a se espalhar entre a população, provocando o caos e a desordem ⁷⁰.

Foi neste cenário que se realizou, em seis de janeiro de 1963, o plebiscito, que definiria o modelo político nacional. Votaram 11 milhões e meio de eleitores, dos quais nove milhões optaram pelo presidencialismo, denotando assim o desgaste do modelo conciliador implantado em 1961 ⁷¹. Outro fator que merece nossa atenção, nestes dados, é o aumento considerável de eleitores, visto que, nas eleições de 1945, votaram apenas sete milhões e meio. Isto revela um processo de amadurecimento democrático e maior participação na política por parte da população, como escreve José Murilo de Carvalho: “a cada eleição fortaleciam-se os partidos populares e aumentava o grau de independência e discernimento dos eleitores. Era um aprendizado democrático que exigia algum tempo para se consolidar, mas que caminhava com firmeza” ⁷².

Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003

⁶⁷ MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil* 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002. 297.

⁶⁸ *Ibidem*, p.162.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ *Ibidem*.

⁷¹ Conforme veremos nos próximos capítulos o presidencialismo foi apoiado pela maioria da mídia nacional até mesmo por aquela ligada aos grupos conservadores.

⁷² CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania No Brasil o Longo Caminho*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007, p 148.

No cenário econômico, com o intuito de reequilibrar as contas, uma semana antes do plebiscito, foi lançado “O Plano Trienal”, formulado por Celso Furtado, ministro extraordinário do planejamento. “O plano visava alcançar tanto o apoio de setores conservadores da opinião pública interna, quanto o apoio do exterior, para que fosse possível rolar a dívida e conseguir novos financiamentos”⁷³. As metas principais eram as de conter a inflação, sem comprometer o desenvolvimento econômico e, em um passo seguinte, implementar as reformas, sobretudo, no aparelho administrativo, no sistema bancário, na estrutura fiscal e, em particular, na estrutura agrária. Embora os objetivos do plano fossem praticamente consensuais, segundo a avaliação de Argelina Figueiredo, “ele implicava em restrição salarial, limitação do crédito e dos preços, bem como cortes nas despesas governamentais, afetando assim interesses de capitalistas e trabalhadores”⁷⁴. Desse modo, sua execução dependia de um pacto interclassista, difícil de concretizar naquele cenário de crescente radicalização e desconfiança mútua das forças à direita e à esquerda.

Embora Goulart buscasse persuadir pelo diálogo os grupos envolvidos, Prestes, Brizola e o CGT - Comando Geral dos Trabalhadores - acabaram se colocando contrários ao plano. Em seu lugar propuseram um plano nacionalista e reformista “com a nacionalização de empresas estrangeiras, a expansão dos monopólios estatais, a reforma agrária entre outras medidas”⁷⁵. Também se manifestaram contrariamente ao plano a UNE - União Nacional dos Estudantes e as Ligas Camponesas. À direita, embora a CNI - Confederação Nacional da Indústria -, a FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo -, e a FIERGS - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - tivessem, a princípio, apoiado o plano, a CNC - Confederação Nacional do Comércio - e a FIEGA - Federação das Indústrias do Estado da Guanabara - ficaram contra. Assim, sem conseguir agradar nenhum dos lados, o plano caminhou para o fracasso e, em poucos meses, foi deixado de lado⁷⁶. A situação econômica agravava-se, com uma dívida de três bilhões de dólares mais juros de 150 milhões ao

⁷³FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. p. 364.

⁷⁴FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas a crise política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 91-94.

⁷⁵FERREIRA, Jorge. “O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. p. 364.

⁷⁶*Ibidem*, p.364.

ano, que representavam 15% das receitas cambiais. Metade da dívida venceria entre 63 e 65, quando o país gastaria 43% de sua receita das exportações somente para esse fim. Sem muitas opções, Goulart regulamentou a lei de remessa de lucros⁷⁷ ao exterior e, ainda, tentou outras vezes, sem obter sucesso, readequar o plano trienal⁷⁸.

No campo político, a situação também não era fácil e as pressões sobre o governo vinham de todos os lados. Em março de 1963, Jango retomou seu compromisso com as reformas, enviando ao congresso um projeto que alterava o artigo 146 da constituição, permitindo que as indenizações para desapropriações dos grandes latifúndios fossem feitas com títulos da dívida pública e não com dinheiro, bem como o artigo 147, que versava sobre desapropriação por interesses sociais. “Pela primeira vez, um presidente da república encaminhava ao congresso nacional um projeto que visava alterar, profundamente, a estrutura agrária no país”⁷⁹. Coube ao líder do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro- na Câmara, Bocaiúva Cunha apresentar o projeto ao congresso. No entanto, este ainda marcado por maioria conservadora não deu ao projeto a acolhida desejada. Mesmo sabendo que precisava de alianças para sua aprovação, o PTB não aceitou qualquer concessão e perdeu o apoio do PSD - Partido Social Democrata-, rompendo uma aliança de longa data⁸⁰. Havia no PSD, especialmente nos setores mais jovens e em importantes políticos como Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves, o desejo de implementar as reformas, mas, com algumas limitações, que não eram aceitas pelo PTB. O PSD chegou inclusive a propor o seu projeto de Reforma Agrária, que, em termos gerais, previa o pagamento em títulos públicos, que sofreriam, contudo, correção em até 50%, permitindo somente a desapropriação de terras improdutivas ou que fossem exploradas em menos de 55% da área da propriedade. O PTB não concordou e adotou a estratégia de desmoralizar o congresso, apostando na radicalização⁸¹, o que não rendeu o resultado esperado. Ao final, não se aprovou nenhum dos projetos apresentados.

Em meio a todos esses complicadores, ainda havia a questão militar. Em 11 de setembro de 1963, o Supremo Tribunal Federal julgou inelegíveis os sargentos eleitos em 1962. Como represália, eles se revoltaram e invadiram Brasília, ocupando várias

⁷⁷Como veremos no capítulo três grandes jornais como o *Estado de Minas* vão se posicionar contra essa lei, além que ela prejudicaria o país e que ela era fruto das ideias de comunistas disfarçados de nacionalistas.

⁷⁸BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Ed. Revan; Brasília: Ed. da UnB, 2001.

⁷⁹*Ibidem*, p. 367

⁸⁰FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas a crise política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

⁸¹*Ibidem*.

sedes do poder central. O movimento foi logo sufocado por forças legalistas, mas deixou marcas importantes no cenário político. Para compreender melhor este episódio, é preciso lembrar que a constituição de 1946 deixava dúvidas em relação à elegibilidade, ou não, da baixa oficialidade das Forças Armadas e os sargentos vinham há muito insistindo em suas candidaturas. Quando o despacho do STF foi lido gerou grande indignação⁸². Os sargentos, que, há muito tempo, apoiavam as bandeiras da esquerda nacionalista, foram considerados por elas o “povo em armas”, ou seja, aqueles que defenderiam, em caso de necessidade, sua causa do ponto de vista militar. Assim, a esquerda logo se posicionou favoravelmente aos revoltosos. Jango os anistiou, gerando mal-estar com o alto escalão das Forças Armadas⁸³.

Para o que interessa mais de perto nesta dissertação, é preciso salientar que tal decisão não repercutiu de forma negativa apenas nas Forças Armadas. A grande mídia nacional reagiu de forma enfática contra a decisão do presidente. Segundo Marieta Ferreira, “quando ocorreu A Revolta dos Sargentos em 12 de setembro de 1963, a imprensa começou a se distanciar do governo Goulart e a apresentar como solução para a crise política o *impeachment* do presidente e sua substituição dentro da legalidade”⁸⁴.

Outro episódio importante foi o que adveio da publicação, em primeiro de outubro de 1963, da entrevista de Carlos Lacerda ao jornal *Los Angeles Times*, falando da infiltração de elementos comunistas no governo e pedindo a intervenção norte-americana no país. Afirmava também que os militares interviriam no processo político, estando apenas em dúvida se era “melhor tutelá-lo, patrociná-lo, pô-lo sob controle até o fim do seu mandato ou alijá-lo imediatamente”⁸⁵. Os ministros militares reagiram violentamente e pediram o estado de sítio, querendo invadir a Guanabara e prender Carlos Lacerda. Pouco depois, o pedido do estado de sítio chegou ao congresso. No entanto, nem as esquerdas e nem a direita o apoiaram. O projeto foi derrotado na comissão de constituição e justiça, sendo logo retirado.

Além disso, foi encontrada grande quantidade de armamento pesado como metralhadoras e muitas munições em um sítio, cujo proprietário era amigo de Carlos Lacerda. Nesta mesma época, um submarino desembarcou, no Recife, pesada munição e

⁸²FERREIRA, Jorge. “Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964”. In: _____; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

⁸³ Em Minas gerais o jornal *Binômio* dava seu apoio aos sargentos, colocando sua revolta no contexto das revoltas esquerdistas visando sanar as injustiças no país, como veremos no capítulo três.

⁸⁴FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart - Entre a Memória e a História*. Rio de Janeiro. FGV, 2006 p. 108.

⁸⁵ *Ibidem*. p. 131.

bazucas. E, ainda, campos de pouso de helicópteros foram instalados em Teresina. Num curto espaço de tempo, 1969 cidadãos dos EUA desembarcaram na Guiana Inglesa⁸⁶. Isso demonstra que a conspiração avançava tanto interna como externamente. Para isso a adesão de Magalhães Pinto foi muito importante, pois coube a ele a negociação de um plano de contingência com o governo norte-americano⁸⁷.

As discussões e as disputas ganhavam cada vez mais espaço e a mídia passou a ser espaço privilegiado para a apresentação de ideias. Brizola pregava sobre as reformas, por horas, diariamente, na rádio Mayrink Veiga, defendendo-as de forma franca e direta. A resposta da direita não tardou a aparecer.

Roberto Marinho, Nascimento Brito e João Calmon, articulando as mensagens políticas de suas rádios - Globo, Jornal do Brasil e Tupi – criaram a “rede da Democracia”. Com discursos unificados, denunciavam o perigo comunista, a política econômica do governo e o próprio Goulart. Logo adiante, unificaram também as suas mensagens nas redes de jornais. Os parlamentares de centro, a exemplo dos pessedistas, Tancredo Neves e Ulisses Guimarães, assustados com a escalada da radicalização das esquerdas, saudaram a formação da “Rede da Democracia”.⁸⁸

Para o governo federal, a situação se agravava a cada dia. Segundo Bandeira, Goulart, que já se via isolado pela direita, viu-se pressionado também pela esquerda. Ele, mais uma vez, tentou se aproximar do PSD e isolar os setores mais radicais, buscando fazer as reformas de modo negociado. No entanto, não havia clima para negociação. Os dois lados já tinham optado pelo confronto. Jango voltou-se, então, para as suas bases históricas de esquerda, como o PCB – Partido Comunista Brasileiro -, PTB – Partido Trabalhista Brasileiro -, CGT – Comando Geral dos Trabalhadores -, e UNE – União Nacional dos Estudantes. Implantou várias medidas de apelo popular, como a revisão de contratos de exploração mineral; promoção de militares nacionalistas; pagamento de 13º aos funcionários públicos. Decretou-se, também, o monopólio dos derivados do petróleo pela Petrobrás e, em 17 de janeiro de 1964, Jango assinou a regulamentação das remessas de lucro ao exterior. Dias depois, convocou João Pinheiro Neto, presidente da SUPLA, e mandou preparar um decreto que desapropriava terras a 20 km das margens de estradas, ferrovias, açudes federais e rios navegáveis. Essas medidas visavam, além de mais uma tentativa de conter a crise econômica, reaver

⁸⁶ *Ibidem*, p. 373, 374. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Ed. Revan; Brasília: Ed. da UnB, 2001.

⁸⁷ FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁸⁸ FERREIRA, Jorge. “Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964”. In: _____; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003 p. 374.

seu prestígio junto aos setores que durante toda sua carreira política tinham sido sua base de sustentação ⁸⁹.

Em meio à radicalização crescente, San Tiago Dantas ainda tentou uma saída negociada, criando a frente progressista com o objetivo de reunir centro e esquerda, em prol das reformas e em oposição a qualquer forma de golpe ou quebra da legalidade. Visava, ainda, apoiar Goulart e isolar tanto a direita quanto esquerda radical⁹⁰. No entanto, o caminho estava fechado para negociações. Se a direita já ia adiantada na conspiração, as esquerdas também se radicalizavam mais a cada dia, apostando no confronto, do qual, imaginavam, viria a vitória, lembrando-se de 1961. Ainda segundo Ferreira e Figueiredo, não percebiam, contudo, que naquele momento, eram os conservadores que ostentavam a defesa da constituição e da democracia, diante dos vários discursos feitos por Brizola, através dos quais defendia o fechamento do congresso; ou ainda, diante de propostas radicais, como aquelas manifestadas pelo lema das Ligas Camponesas de fazer a reforma agrária “na lei ou na marra”.

Então Goulart, vendo-se sem muita opção, acaba se rendendo aos apelos da esquerda mais radical⁹¹. Marco disso é o comício realizado na Central do Brasil no Rio, em 13 de março de 1964, quando foi selada a aliança entre Goulart e os movimentos sindicais urbanos, trabalhadores rurais e outros movimentos de esquerda, notadamente o PCB e a ala radical do PTB. O comício contou com cerca de 200 mil pessoas. Na ocasião, representantes dos principais grupos esquerdistas discursaram em prol das reformas de forma enfática. Brizola, inclusive, defendeu o fechamento do congresso e a eleição de uma assembleia constituinte, sob a justificativa de que o congresso não representaria mais os interesses do povo ⁹². Goulart, em um discurso calcado de emoção, fazendo uso da boa oratória que lhe era peculiar, defendeu as reformas e criticou os setores conservadores da sociedade brasileira. Ali mesmo, em plena praça, assinou os decretos feitos pela SUPLA ⁹³.

⁸⁹BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Ed. Revan; Brasília: Ed. da UnB, 2001.

⁹⁰FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas a crise política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 16-167.

⁹¹ A pressão sobre Goulart feita pela esquerda para que ele pusesse fim a política de conciliação era muito grande e se materializava de várias formas inclusive nas páginas de periódicos que apoiavam como o *Binômio* conforme veremos mais a frente.

⁹² FERREIRA, Jorge. “O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964”. In: _____; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003, p. 383.

⁹³ *Ibidem*.

Apesar dos discursos dos opositores, que viam ali comunistas revolucionários, segundo pesquisa encomendada por Lacerda, das 200 mil pessoas presentes no comício, apenas 5% eram comunistas e Janguistas; 95% eram legalistas, reformistas e não admitiam o fechamento do congresso nem tampouco a reeleição de Goulart ⁹⁴. De todo modo, após este evento, muitos militares ainda legalistas aderiram à conspiração, que passou a ser articulada no Estado Maior das Forças Armadas, e Castelo Branco assumiu a liderança do movimento em âmbito nacional.

A repercussão do comício na mídia foi enorme e a maioria dos jornais se colocou abertamente contra o mesmo, intensificando a propagação da ideia de que o país vivia sob o risco iminente do comunismo e que Goulart nada faria para impedi-lo:

O diário de Notícias de 15 de março alerta o congresso para que esse “não se submeta a um regime de pressão em que as reformas constituem mero suporte para as maquinações políticas com que se pretende levar o país a situações perigosas”. Em sua coluna do *Diário de Notícias* desse mesmo dia, Pedro Dantas informava que o “comício comunista”² fora convocado e dirigido pelos comunistas sob o patrocínio e a proteção do presidente da República ⁹⁵.

Os poucos jornais ainda fiéis a Jango, como *Última Hora*, não tiveram força para desfazer a torrente de acusações ao presidente desencadeadas pelo comício na mídia. Enquanto buscavam denunciar a formação de uma indústria do anticomunismo para espalhar o medo entre a população, jornais com imensa influência nos meios civis e até mesmo militares, como o *Correio da Manhã*, intensificaram o pedido de impeachment de Goulart ⁹⁶, como forma de preservar os princípios democráticos no país ⁹⁷.

Paralelo a isso, cumprindo o que havia dito no comício, em 15 de março de 1964, o presidente enviou ao congresso, em texto escrito por Darcy Ribeiro, outras proposições, como o fim da vitaliciedade nas cátedras das universidades; o voto do analfabeto, sargentos e praças; a inclusão na Constituição do princípio de que a ninguém era dado o direito de manter a terra improdutiva, sob alegação do direito de propriedade. A parte que excedesse a quatro vezes a área utilizada, voltaria ao domínio público e seria disponibilizada para assentamentos sem que o governo tivesse que pagar por ela. Propunha-se, ainda, um plebiscito sobre as reformas e a delegação de poderes do

⁹⁴ *Ibidem*, p. 384.

⁹⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart - Entre a Memória e a História*. Rio de Janeiro. FGV, 2006 p.110.

⁹⁶ *Ibidem*, p.122.

⁹⁷ Sobre o posicionamento do *Estado de Minas* e *Binômio* acerca da repercussão do comício ver capítulo três.

legislativo para o executivo. Por fim, propunha-se a disposição de que todo cidadão alistável no processo eleitoral seria considerado elegível, abrindo caminho para a reeleição ou a candidatura de Brizola em 1965. Com a aprovação dessas propostas, Goulart poderia realizar seus principais objetivos, que eram a efetivação da lei de remessa de lucros, já assinada, e a reforma agrária, cujo projeto seguia para o legislativo⁹⁸. É preciso ressaltar ainda que todas essas propostas se vinculavam às reivindicações de movimentos dos trabalhadores rurais e urbanos, de intensa atuação no período, bem como às demandas da revolta dos sargentos, ocorrida em 1962.

A partir desses episódios, foram intensificadas as manifestações dos grupos conservadores pelo país. Destacou-se a passeata conhecida como “Marcha da Família, com Deus pela Liberdade”⁹⁹, que contou com aproximadamente 500 mil participantes, somente em São Paulo. Esse evento foi programado para acontecer nas principais cidades do Brasil. Entre seus organizadores estavam políticos, os setores conservadores da Igreja, empresários e uma grande parcela da classe média mobilizada pelo IPES, em seus mais variados ramos.

Se a mídia em sua grande maioria reagiu de forma negativa ao comício promovido pelas esquerdas, foi totalmente favorável à manifestação paulista, tendo os principais jornais do país tecido inúmeros elogios ao evento, transformando-o em verdadeira manifestação cívica em defesa da democracia, ameaçada pelos “comunistas e demais traidores da pátria”.

Com bandas de música, bandeiras de todos os Estados, centenas de faixas e cartazes, numa cidade com ar festivo de feriado, a "Marcha" começou na praça da República e terminou na praça da Sé, que viveu um dos seus maiores dias. Meio milhão de homens, mulheres e jovens - sem preconceitos de cor, credo religioso ou posição social - foram mobilizados pelo acontecimento. Com "vivas" à democracia e à Constituição, mas vaiando os que consideram "traidores da pátria"¹⁰⁰.

Para além da repercussão positiva na mídia¹⁰¹, a Marcha foi de fundamental importância, pois demonstrou uma forte oposição ao governo de João Goulart e um enorme poder de mobilização da direita. Além disso, representou a divisão e a

⁹⁸*Ibidem*, p.385.

⁹⁹Ver: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas?* Alternativas democráticas a crise política. São Paulo: Paz e Terra, 1993. P.183

¹⁰⁰*Folha de São Paulo*, 20 de março de 1964, disponível em http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20mar1964.htm, acessado em 10/08/2011 as 16 horas.

¹⁰¹ Sobre a repercussão na mídia mineira ver capítulo três.

radicalização política do país. Mesmo assim, as esquerdas não acreditavam na possibilidade de um golpe de direita, e sim do seu maior aliado, o próprio presidente ¹⁰².

Outro evento marcante e talvez decisivo aconteceu no final de março, no ano de 1964. Trata-se da insurreição dos subalternos da Marinha que, reunidos no sindicato dos metalúrgicos no Rio de Janeiro, tinham transformado uma comemoração em movimento reivindicatório por melhores condições nos navios, além de direitos básicos como o de casar. O ministro da Marinha, Silvio Mota, que, inclusive, havia proibido o evento, mandou prender os líderes do movimento. No entanto, a guarnição, enviada para cumprir a ordem, se juntou aos revoltosos. O ministro, então, mandou atacar o sindicato, porém foi impedido pelo presidente, o que fez com que Mota se demitisse ¹⁰³.

As esquerdas, sem atentar para os riscos que corriam, apoiaram os marinheiros, que já há muito vinham participando de suas organizações. Jango prendeu e depois libertou os revoltosos, gerando indignação na alta oficialidade, que viu neste fato um exemplo de quebra da hierarquia ¹⁰⁴, algo considerado gravíssima para os militares, que têm na hierarquia o pilar básico da instituição. Mas as críticas não vieram somente do setor militar, os jornais criticaram abertamente a decisão. E, em Minas, o governador Magalhães Pinto lançou um manifesto que repudiava a atitude presidencial.

Depois desses acontecimentos, a maioria dos oficiais das Três Forças, que até então relutavam em golpear as instituições, começaram a ceder aos argumentos da minoria golpista. Outro fato, que aumentou a indignação dos oficiais, foi a presença de Goulart na festa de posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos, no Automóvel Clube. A Associação não era reconhecida pela alta oficialidade.

Mal havia acabado a festa, no dia 31 de março, um grande número de jornais pregava a deposição de Jango. Em Minas Gerais, as tropas já se encontravam sublevadas, com Mourão Filho deslocando seu pelotão, acompanhado por vários grupamentos da Polícia Militar mineira, em direção à Guanabara. Era o começo do fim. Em Minas Gerais, os líderes estudantis foram presos. Em São Paulo, as esquerdas se

¹⁰² FERREIRA, Jorge. “O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964”. In: _____; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003, p. 386.

¹⁰³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Ed. Revan; Brasília: Ed. da UNB, 2001.

¹⁰⁴ FERREIRA, Jorge. “O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964”. In: _____; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

desarticularam diante do golpe. O Fórum Sindical de debates e o Comando Estadual dos Trabalhadores, diante da repressão, não encontraram forças para reagir¹⁰⁵.

No dia 1º de abril, Goulart já estava derrotado e recebia ultimatos de seus generais, propondo a ruptura com o CGT, com os comunistas e a negociação com as tropas rebeldes. As propostas foram negadas por Jango, pois ele tinha convicção de que, caso aceitasse, seria totalmente tutelado até o final de seu mandato, além de ter que perseguir todo o grupo com o qual manteve ligação durante toda sua vida política.

Ao contrário do que ocorreu em 1961, a imensa maioria da mídia nacional se posicionou do lado dos golpistas. Ainda em primeiro de abril, o *Jornal do Brasil* fazia questão de ressaltar a legalidade do golpe:

Desde ontem se instalou no país a verdadeira legalidade... Legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares. A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado dos comunistas¹⁰⁶.

O jornal buscava demonstrar que quem agia na ilegalidade era Goulart, “caudilho, aliado dos comunistas e contrário à hierarquia e à disciplina militares”¹⁰⁷. O princípio divulgado na imprensa era o de que, ao depor o presidente, as Forças Armadas não atentavam contra a constituição, mas a estavam salvando dos ataques promovidos por Jango e seus aliados.

No dia seguinte, os editoriais continuavam a saudar o movimento que tomava o poder, como um evento de salvação nacional e que estaria, acima de qualquer partido ou força política, defendendo os interesses de toda nação contra a ameaça comunista.

Salvos da comunização que claramente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos. Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais¹⁰⁸.

O Globo ressaltava ainda a necessidade da ação militar para restabelecer a democracia,

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 394.

¹⁰⁶ *Jornal do Brasil*, 1º de abril de 1964., acessado em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17635, dia 10/08/2011 as 17:00 horas.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁸ *Jornal O Globo*, 2 de abril de 1964., acessado em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17635, dia 10/08/2011 as 17:00 horas.

Fugiu Goulart e a democracia está sendo restaurada..., atendendo aos anseios nacionais de paz, tranquilidade e progresso... As Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federa¹⁰⁹.

Carlos Lacerda, principal opositor civil ao governo Goulart e golpista de primeira hora, não tardou a se manifestar através de seu jornal *Tribuna da Imprensa*.

Escorraçado, amordaçado e acovardado, deixou o poder como imperativo de legítima vontade popular o Sr João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuncarreiristas-negocistas-sindicalistas. Um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou, o Sr João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covardes que ela já conheceu¹¹⁰.

Em Minas Gerais, palco do início do movimento, o jornal *Estado de Minas* seguiu essa mesma linha editorial, saldando o movimento que teria ocorrido para garantir a “paz e a democracia¹¹¹”.

Os jornais de apoio a Goulart tentaram denunciar as arbitrariedades do movimento, no entanto logo foram depredados e silenciados, como é o caso do *Última Hora* no Rio de Janeiro e do *Binômio* em Belo Horizonte. Assim como na mídia, as demais tentativas de resistência foram sufocadas em poucos dias. Não se tratava de um movimento militar, mas sim de uma coalizão civil-militar brasileira, com apoio de forças estrangeiras. O presidente não aceitou a proposta de resistir, pois a resistência jogaria o país em uma guerra civil de conseqüências imprevisíveis¹¹².

Por outro lado, a consumação do golpe colocou fim à experiência e ao processo de amadurecimento democrático que ocorria no país desde 1945 e que parecia gestar uma cultura política mais participativa, pois evidenciava certo amadurecimento das organizações esquerdistas, especialmente, aquelas ligadas aos trabalhadores, que nesse período tinham emergido como importantes atores sociais.¹¹³ Assim, os golpistas

¹⁰⁹ *Ibidem*.

¹¹⁰ Jornal *Tribuna da Imprensa*, 2 de abril de 1964., acessado em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17635, dia 10/08/2011 as 17:00 horas.

¹¹¹ Jornal *Estado de Minas* 2 de abril de 1964., acessado em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17635, dia 10/08/2011 as 17:00 horas.

¹¹² FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.p 399.

¹¹³ Sobre a crescente politização e amadurecimento das organizações trabalhistas no Brasil deste período ver: FERREIRA, Jorge. “A democratização de 1945 e o movimento queremista”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, Ferreira Jorge (org). *O Brasil Republicano III. O tempo da Experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

impuseram seu projeto e mantiveram sua hegemonia frente aos novos atores, que vinham ocupando a cena política naqueles anos.

O golpe, para todos os protagonistas do período, surgiu como uma incógnita. Não havia projeto a favor de algo, mas sim contra. O governo trabalhista, a sociedade brasileira e mesmo os patrocinadores da derrocada da democracia não perceberam que, diferente do que aconteceu em 1945, em abril de 1964, ocorrera um novo tipo de golpe, e que, de uma forma ou de outra, mesmo importantes conspiradores como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto saíam perdendo. Com o fechamento do regime e a suspensão das eleições de 1965, eles viram naufragar seus projetos e ambições políticas.

1.3 – Minas Gerais: entre lutas e conspirações

A agitação política e social vivida pelo país no contexto que antecedeu ao golpe se fez presente, mesmo que de forma variada em todos os estados da federação. Aqui buscaremos tratar dos acontecimentos que marcaram esse período em Minas Gerais, tentando compreender tanto a ação dos grupos à esquerda, quanto à direita, e ainda a repercussão de alguns desses acontecimentos em alguns jornais da época.

1.3.1– A articulação conservadora e a repressão aos movimentos de esquerda.

A deposição de Jango ocorreu após uma mobilização conservadora que adquiriu consistência principalmente com a fundação do IPES, no final de 1961, quando vários grupos nacionais e até mesmo internacionais se uniram em oposição direta a Goulart, empreendendo todos os meios possíveis para desestabilizar seu governo e impulsionar a ação militar que viria a desaguar em sua deposição. Para o sucesso do movimento golpista, foi necessário o apoio do maior número possível de estados, em especial dos estados de peso no cenário nacional como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Este último, em especial, porque, como afirma Starling no livro *Os Senhores das Gerais*, gozava de grande prestígio e poder político a nível nacional e dispunha de ligação com Rio e São Paulo, que vinha de longa data ¹¹⁴.

A posição estratégica de Minas Gerais entre Rio de Janeiro e São Paulo facilitava a troca de informações entre eles. Além disso, Minas era muito importante do

¹¹⁴STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfindentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989, p. 47, 48.

ponto de vista militar, pois em caso de resistência e de conflito armado poderia ser um ponto de apoio dos revoltosos. No entanto, para que Minas Gerais fosse integrada aos estados golpistas, foi necessário um processo de arregimentação da elite mineira. Embora o posicionamento de Goulart desapontasse tanto empresários quanto latifundiários, no início dos anos sessenta, mesmo com interesses e visões de mundo em comum, essa elite não conseguia se unificar enquanto classe para defender seus interesses. Este trabalho foi levado a cabo, principalmente, pelo IPES/MG que conseguiu, minimamente, reunir os opositores de Jango e impulsionar no estado um clima golpista, que, como veremos, levará à precipitação do golpe, iniciado em 30 de março de 1964¹¹⁵.

Esta dificuldade de unificação da elite pode, em parte, se justificar pelas transformações pelas quais passou o estado, a partir da década de 1950 e início de 1960, com a afirmação de setores como a metalúrgico e a produção de cimento, através de empresas como a USIMINAS, Belgo Mineira, no primeiro caso, e Itaú, Cauê e Barros, no segundo. Além da importante presença do setor primário no estado, no âmbito da indústria, setores tradicionais como o têxtil e alimentício, embora não estivessem em seus melhores dias, ainda representavam 38% do PIB industrial mineiro em 1960¹¹⁶. Esse segmento do empresariado gozava de muito prestígio, tanto em nível estadual quanto nacional.

Ao iniciar a década de 1960, a situação da indústria em Minas Gerais diferia estruturalmente da nacional, ficando claro o seguinte quadro: As indústrias produtoras de bens não duráveis de consumo – o setor tradicional – ainda participavam com 52,1% do produto industrial, sendo que os ramos alimentar e têxtil detinham 37,5% do produto industrial mineiro. As indústrias de produtos intermediários contribuam com 43,9% do produto industrial, sendo 29,6% resultante da metalurgia. A indústria metal-mecânica, muito embora tenha tido um desenvolvimento apreciável na década de 1950, onde se concentrava o grosso dos capitais multinacionais no Estado, era ainda incipiente.¹¹⁷

Assim a economia se diversificava, seguindo o caminho da modernização, tão defendida pelo empresariado estadual. No entanto, os setores tradicionais ainda exerciam importante ação política e até econômica. Ciente destas questões, o IPES e colaboradores buscaram de alguma forma integrar estes grupos, pois, mesmo sendo

¹¹⁵ No terceiro capítulo veremos o quanto o IPES e outros grupos de direita atuaram junto ao “Estado de Minas” e o quanto foram alvo dos ataques do “Binômio”.

¹¹⁶ Sobre este cenário econômico em Minas na década de 1950 e 1960 ver: STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989, p. 49 seguintes.

¹¹⁷ Sobre este cenário econômico em Minas na década de 1950 e 1960 ver: STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989, p. 57.

heterogêneos e tendo ideias conflitantes, podiam se engajar na luta em nome de um objetivo comum.

O IPES se instalou em Minas oficialmente em 1962, embora já buscasse, antes disso, reunir adeptos no estado. Para se consolidar em Minas e alcançar legitimidade, o órgão buscou o apoio de grandes empresários, nos mais variados setores econômicos. Conseguiu, ainda, se ligar a influentes associações de classe, como a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e iniciar a difusão de seu projeto golpista. Nesse processo, destaca-se a figura de Aragão Vilar, devido a sua forte ligação com os setores empresariais.

Vilar construiu um hábil trabalho de engenharia política, não só a ramificação regional do IPES enquanto um estado maior empresarial fechado que iria operar como centro estratégico, mas também uma poderosa mobilização conservador-oposicionista na sociedade civil, que buscou de modo sistemático desestabilizar o bloco nacional populista, propiciando clima político favorável ao desencadeamento da ação militar de 1964¹¹⁸.

Vilar era advogado da zona da mata mineira e construiu sua carreira em Belo Horizonte, cidade na qual chegou em 1942. Sua habilidade política logo o colocou à frente das mais importantes instituições representantes da elite mineira naquele tempo, como a FIEMG, em que exerceu o cargo de consultor jurídico e, posteriormente, assumiu a secretaria geral da instituição. Ainda chefiou a divisão de administração do serviço social da indústria. Por outro lado, estabeleceu relações importantes com o poderoso setor agrário no Estado, ao proceder à Fundação da Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais (FAREM)¹¹⁹.

No entanto, suas ligações foram além do setor econômico, passando pela política estadual, onde, desde 1943, estabeleceu contatos com Lucas Lopes, então secretário da indústria, comércio e trabalho do estado. Manteve, também, importante contato com os militares, através de sua proximidade com o general Golbery, que construiu seu elo com o IPES a nível nacional. A atuação de Vilar foi fundamental para a consolidação do IPES/MG, tendo em vista que, devido à sua ligação com os mais variados setores da elite estadual, conseguiu angariar o apoio de variados grupos para tal órgão, e assim formar um bloco oposicionista, minimamente coeso e atuante.

Podemos dizer que a fundação do IPES, em Minas, não foi importante apenas por ter conseguido organizar, de certa maneira, os diferentes setores da classe

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 50.

¹¹⁹ *Ibidem*, p.56.

dominante mineira, econômica e culturalmente próxima, pois sua ação favoreceu a criação de um clima favorável ao golpe, perante outros segmentos sociais, como se verá adiante. Outra questão relevante diz respeito à mobilização da classe média ao lado dos setores direitistas, a fim de aproveitar sua força política.

Nesse sentido, foi que se formou o grupo que se autodenominava “Novos Inconfidentes”¹²⁰. Segundo Starling, este nome veio de uma referência deturpada aos membros da inconfidência mineira, pois, como estes, aqueles diziam estar lutando pela liberdade. Sua atuação foi bastante significativa, já que arregimentou em seus quadros uma boa parcela da população, sendo seus membros compostos por jornalistas, dentistas, médicos, advogados, comerciantes, entre outros. Vinculado ao IPES/MG, esse grupo reuniu forças provenientes da classe média mineira e atuou tanto difundindo a proposta de golpe, quanto na tentativa de desestabilizar os movimentos sociais.

A proposta de criação do grupo “Novos Inconfidentes” se deu a partir da necessidade de ampliar a mobilização conservadora em Minas. Embora o IPES / MG tivesse se tornado um importante centro de referência para os grupos conservadores mineiros, seu caráter extremamente elitista o distanciava de algumas parcelas da população, especialmente a classe média, que era vista como um ponto de apoio muito importante, já que daria a legitimidade civil para o movimento que estava sendo preparado. Portanto, a criação do grupo no início de 1963, incluindo a classe média, foi fundamental, porque aumentou a base de atuação da oposição a Goulart, mas sem comprometer a cadeia de comando extremamente elitista do IPES.

O segundo grupo era composto basicamente por profissionais liberais e estudantes universitários. Assim participavam dos Novos Inconfidentes jornalistas (Aluízio de Carvalho Cunha, Denio Moreira), professores universitários (Alberto Deudato, Francisco Floriano de Paula), médicos (Lindorífico Esteves dos Santos, Francisco de Souza Lima), advogados (Rúbio Ferreira de Souza, e Isis de Almeida), comerciantes (Roberto Mario Phisnpson, Ennuis Athayde), além de estudantes universitários (Écio Espínola de Castro, José Augusto de Figueiredo Branco), dentre outros. A presença desse segundo grupo no comando revolucionário foi decisiva no que concerne a mobilização da sociedade civil. Foi através desses elementos que o IPES-Novos Inconfidentes logrou sucesso na organização de determinados setores que compunham as camadas médias no Estado para a criação de clima político favorável à intervenção militar¹²¹.

Em julho de 1963, os “Novos Inconfidentes” já estavam bastante coesos e organizados, reunindo-se tanto na casa de alguns de seus membros, quanto no edifício

¹²⁰A este respeito ver: STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989, p. 86.

¹²¹*Ibidem*, p. 88,89.

Acaiaca¹²². A ligação do grupo com o IPES era feita por Aragão Vilar, que atuava em posição de destaque nas duas instituições. Já no final de 1963, ocorreu a aproximação entre o grupo Novo Inconfidentes e o IPES com o comandante do ID4 - 4ª Divisão de Infantaria, sediado em Belo Horizonte -, Carlos Guedes¹²³. Tal aproximação foi de grande relevância, pois atrelou a desestabilização do governo federal, promovida pela oposição civil, aos militares golpistas no estado. A partir dessa união, foi encaminhado um processo, que culminou na mobilização de 30 de março de 1964, quando Minas foi o primeiro estado a se rebelar, dando início ao golpe que fulminou o governo Goulart.

Guedes, golpista de primeira hora, era um dos militares envolvidos na tentativa de golpe, em 1961, quando comandava as tropas do regimento, sediado em Juiz de Fora. Devido a esse fato, foi transferido para Ponta Grossa no Paraná. No entanto, um episódio fortuito, com participação do general João Bley e José Maria Rabelo, diretor do *Binômio*, fez com que Guedes permanecesse em Minas¹²⁴. O jornalista e o general se envolveram numa rixa que degenerou em luta corporal e posterior depredação da sede do jornal. Isso fez com que o general Bley fosse transferido de Belo Horizonte e Guedes fosse designado para ocupar seu lugar, assumindo, em dezembro daquele mesmo ano, o controle do ID4. Mesmo assim, o militar, segundo apresenta em suas memórias, não desistiu de suas intenções golpistas, pois logo buscou se rearticular com as forças conservadoras no estado e com o próprio governador Magalhães Pinto, com quem passou a tramar a deposição de Jango¹²⁵.

Sua aliança definitiva com os grupos conservadores se deu na conhecida reunião do Acaiaca, ocorrida na capital mineira, em janeiro de 1964, quando se colocou favorável à quebra da legalidade e conclamou os grupos civis, a “Tomar a Rua do Jango”,¹²⁶ conforme suas palavras, ou seja, construir respaldo social à ação militar. Talvez esta preocupação reflita a experiência de 1961, quando, sem apoio popular, o movimento foi derrotado.

Paralelo a esses fatos, mesmo que de forma incipiente, os trabalhadores, especialmente aqueles ligados ao novo setor metalúrgico, buscavam se organizar, protagonizando eventos importantes como a greve dos funcionários da siderúrgica Lafaiete, em 1962, e a greve dos funcionários da Usiminas, situada na atual cidade de

¹²² *Ibidem*, p. 87.

¹²³ *Ibidem*, p. 114.

¹²⁴ Esse episódio será abordado com maiores detalhes no próximo capítulo.

¹²⁵ GUEDES, Luiz Carlos. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

¹²⁶ *Ibidem*,

Ipatinga, em outubro de 1963. Contudo, em todos esses casos e nos demais eventos promovidos pelos operários, as forças de segurança do estado agiram com extrema violência para dispersão desses movimentos¹²⁷. Devido a repercussão da greve de Ipatinga e à gravidade dos eventos que nela sucederam, nós nos deteremos, um pouco mais, no último episódio.

No início da década de 1960, a atual cidade de Ipatinga, então povoado do município de Coronel Fabriciano, tornou-se, com a implantação da Usiminas em 1962, importante pólo industrial no Estado e, conseqüentemente, importante centro operário, com cerca de 15 mil trabalhadores¹²⁸. Como a grande parcela dos operários era composta por agricultores e filhos, foram inseridos no mercado com pouca qualificação e acabaram sendo integrados à atividade fabril com pouquíssimas garantias. Trabalhavam e viviam em condições precárias, especialmente aqueles que não eram contratados diretamente pela Usiminas e sim por empreiteiras que prestavam serviços à empresa¹²⁹.

Inseridos em um contexto de conflitos e mobilização operária, em nível nacional, os trabalhadores da Usiminas também buscaram se organizar e lutar por melhores salários; melhoria na alimentação; das condições de moradia e transporte; pelo fim das humilhações na revista de entrada e saída da fábrica; pelo fim das batidas, à noite, nos barracos em que eles moravam; espancamento dos que permaneciam nas ruas após o toque de recolher e da perseguição de líderes sindicais¹³⁰.

Todos esses problemas já eram sentidos pelos operários e líderes sindicais, que buscavam combatê-los. No entanto, ainda não haviam suscitado conflitos mais sérios. Toda a tensão acumulada começou a explodir no dia seis de outubro de 1963, quando houve conflito com os vigias, que acionaram a polícia. Porém, quando esta chegou à Usiminas, a maioria dos funcionários já havia ido embora. Os policiais se dirigiram aos

¹²⁷Sobre este cenário econômico em Minas na década de 1950 e 1960 ver: STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989. p. 49 seguintes.

¹²⁸RAMALHO, Marilene Assis Tuler. *Massacre de Ipatinga: mitos e verdades*. Belo Horizonte: O lutador, 2007.

¹²⁹RAMALHO, Marilene Assis Tuler. *Massacre de Ipatinga: mitos e verdades*. Belo Horizonte: O lutador, 2007.

¹³⁰RAMALHO Marilene Assis Tuler. *O massacre de Ipatinga e a esquerda em nível nacional* - os grupos dos onze.

Disponível em http://www.uss.br/web/arquivos/textos_historia/Marilene_Ramalho_O_Massacre_de_Ipatinga_e_a_Esquerda_em_Nive.pdf. Acessado em: 10/01/2010 as 9: 00 Hora.

alojamentos dos trabalhadores, onde alguns foram espancados, arrastados pela lama e um foi assassinado dentro de seu próprio barraco ¹³¹.

A notícia da violência correu pela cidade. O dia seguinte amanheceu com a greve declarada. Logo pela manhã, dois mil trabalhadores, mobilizados pelas lideranças sindicais locais, puseram-se em frente aos portões da Usiminas. Ali construíram um piquete, que conseguiu a adesão de vários outros funcionários. Foi redigida uma lista de exigências, na qual, além das questões de natureza econômica, se juntava o pedido de retirada da polícia militar e sua substituição por tropas federais ¹³².

Segundo os moradores¹³³, logo pela manhã, para conter a greve, chegou a polícia em um caminhão, com uma metralhadora e um tripé instalado. O tumulto se agravou¹³⁴. O vigário do povoado, padre Avelino, tentou mediar a negociação com o administrador Gil Guatimosin, mas não conseguiu. O conflito cresceu e os policiais começaram a atirar nos grevistas¹³⁵. Foram várias rajadas que tiveram como saldo uma verdadeira carnificina. Há grande controvérsia quanto ao número de mortos e feridos. Embora o número oficial seja de oito mortos e 60 feridos, acredita-se que seja bem maior¹³⁶, com base no depoimento de funcionários, entre os quais o do motorista da usina, que teria buscado 32 caixões em Belo Horizonte no dia seguinte ao massacre. E mais: vários funcionários nunca mais foram vistos. Essa controvérsia permanece até hoje, estando em debate na comissão de direitos humanos da assembleia legislativa de Minas¹³⁷.

Após o confronto, seguiram-se três dias de rebelião, por parte dos operários, que destruíram a guarita da vigilância, o caminhão de onde a metralhadora foi acionada, a delegacia e a cadeia pública. Frente à gravidade do conflito, autoridades estaduais se deslocaram para Ipatinga, com a finalidade de negociar com os trabalhadores. Estes apresentaram, além de reivindicações já citadas, o pedido de afastamento da polícia militar; a substituição dos vigilantes por funcionários designados pelos sindicatos; pensão para as viúvas dos operários mortos; nenhum tipo de punição para os operários que participaram do movimento e assistência aos feridos. As reivindicações foram

¹³¹ RAMALHO, Marilene Assis Tuler. *Massacre de Ipatinga: mitos e verdades*. Belo Horizonte: O lutador, 2007.

¹³² *Ibidem*.

¹³³ *Ibidem*.

¹³⁴ *Ibidem*.

¹³⁵ *Ibidem*.

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ Mais informações a respeito dessa discussão na Assembleia Legislativa de Minas Gerais podem ser encontradas no site <http://www.almg.gov.br>.

atendidas, exceto no que se refere à polícia, que não foi substituída, mas foi retirado o destacamento de Ipatinga, que somente viria de Coronel Fabriciano, quando acionado¹³⁸.

O acordo representou uma importante vitória para os operários. No entanto, enquanto algumas cláusulas ainda estavam sendo colocadas em prática, como aquelas que se referiam à habitação e aos policiais que estavam sendo julgados, veio o golpe de abril de 1964, que anulou algumas dessas conquistas. Além de inocentar os policiais envolvidos na chacina, levou vários integrantes do movimento operário da região à prisão, acusados de serem comunistas.

Os distúrbios em Ipatinga alcançaram muita repercussão na mídia, tanto em Minas, quanto em nível nacional. Os principais jornais do país divulgaram o episódio, classificado em sua maioria como uma chacina. O jornal *O Globo* em sua edição do dia oito de outubro de 1963 – portanto, no dia seguinte às mortes - destinou várias matérias ao evento. Entre as manchetes podiam ser lidas ”Polícia de Ipatinga disparou contra operários da Usiminas, matando sete e ferindo 49”, “Operários de Ipatinga incendiaram a cadeia e o Alojamento da PM”¹³⁹. O jornal *Última hora* destacou a atrocidade do evento e noticiou a prisão dos policiais envolvidos.

Tendo à frente o capitão Robson Zamprogno e o primeiro tenente Jurandir Gomes de Carvalho, apontados como principais responsáveis pela chacina, chegaram presos a Belo Horizonte, ontem, os integrantes da Polícia Militar que assassinaram a rajadas de metralhadoras sete operários da Usiminas e uma criança de três meses baleada no colo da mãe.¹⁴⁰

Em Minas, todos os periódicos se posicionaram sobre o assunto. A maioria condenava a atitude violenta da polícia

A chacina de Ipatinga é ato quase inédito em nosso estado. Os soldados se voltaram contra os operários e abriram fogo, sem piedade. Eles próprios deram ensejo à rebeldia de alguns servidores da Usiminas, insultando-os, provocando-os. Munidos de armas mortíferas fizeram uso delas criminosamente, matando sete operários e metralhando casas indiscriminadamente, ferindo mais de 70 pessoas. Nunca se viu tanto disparate. Todo o comando da polícia militar ficou mal colocado perante a opinião publica mineira¹⁴¹.

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ Reportagens do jornal *O Globo* ao longo da semana do massacre. Citado por RAMALHO, Marilene Assis Tuler. *Massacre de Ipatinga: mitos e verdades*. Belo Horizonte: O lutador, 2007.

¹⁴⁰ Jornal *Última Hora* nove de outubro de 1963, acessado em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=9&mes=10&ano=1963&edicao=10&secao=1>.

¹⁴¹ Jornal *Diário da Tarde* 8 de outubro de 1963. Citado por RAMALHO, Marilene Assis Tuler. *Massacre de Ipatinga: mitos e verdades*. Belo Horizonte: O lutador, 2007.

Quanto à rebelião promovida posteriormente pelos operários em represália às mortes, é vista com bem menos simpatia pelos periódicos, principalmente pelo *Estado de Minas*, que classifica essas ações como atos de baderneiros e membros de facção política radical da região.

Trabalhadores incendiaram, depredaram e promoveram desordens no bairro da “Forra do Juá”, ferindo populares a tiros, facadas e pancadas. O prédio onde funcionava um distrito policial em Ipatinga foi incendiado e demolido. (...) os operários eram comandados por um operário da Usiminas considerado líder de uma facção política. Terminada a destruição da cadeia os desordeiros penetraram na zona alegre à procura das mulheres que eram companheiras dos soldados envolvidos na chacina da última segunda-feira ¹⁴².

1.3.2 – As lutas no campo.

No campo, os grandes latifundiários lutavam não só para impedir qualquer tipo de reforma agrária, como também para barrar, a todo custo, a ação dos sindicatos dos trabalhadores rurais que, impulsionados pelo PCB, transformaram-se no mais importante meio de luta no campo. Os conflitos entre fazendeiros e trabalhadores se intensificaram, especialmente, no Vale do Rio Doce e regiões vizinhas, locais nos quais os fazendeiros chegaram a organizar milícias fortemente armadas, como denunciou o jornal *Binômio* em várias edições ao longo de 1963.

A região do Vale do Rio Doce foi uma das últimas a ser ocupada em Minas Gerais e foi palco de intensos conflitos agrários desde o século XIX. Ao longo do século XX, estas tensões foram se agravando, especialmente após a construção da Ferrovia que ligava Diamantina à atual cidade de Teófilo Otoni, fazendo com que a região recebesse um grande contingente de migrantes, em função da construção da ferrovia Vitória–Minas. Com o aumento da população e da facilidade para escoar a produção, Valadares passou a ser ocupada por indústrias nacionais e internacionais e, principalmente, por grandes criadores de gado, que passaram a rivalizar com os pequenos produtores no Vale do Rio Doce ¹⁴³.

Em 1938, a vila de Porto de Figueira do Rio Doce passou a ser cidade com o nome de Governador Valadares. No entanto, os conflitos não cessaram, ao contrário, se intensificaram e já não eram mais entre posseiros e sesmeiros, como no século XIX.

¹⁴² Jornal *Estado de Minas* 10 de outubro de 1963.

¹⁴³ *Ibidem*.

Ao invés da luta entre pobres livres e sesmeiros, marca do período imperial, a partir da década de 1930 e, sobretudo, da de 40, o casamento entre latifúndio e indústria (siderurgia) garantiria aos proprietários rurais uma sobeja vantagem no conflito com os posseiros da região.(...) Até os anos 40, aproximadamente, a região do Vale do Rio Doce produziu café, cana-de-açúcar, fumo e algodão, além de plantar mandioca, batata, arroz, milho e feijão, oriundos quase sempre da economia de subsistência a cargo dos posseiros locais. Daí em diante, a região foi se tornando uma das principais áreas da pecuária bovina de corte, além de sediar a instalação de empresas de capital nacional e estrangeiro como as siderúrgicas Belgo-Mineira, Acesita, Companhia Vale do Rio Doce e outras destinadas à extração e à exploração da mica e do berilo ¹⁴⁴.

No início da década de 1960, a maioria dos posseiros já havia perdido suas terras, ou tinha arrumado um emprego nas fazendas de criação de gado, ou, ainda, ido engrossar as favelas de Governador Valadares. Foi nesse momento que, sob os reflexos da intensa mobilização nacional em prol da terra, os trabalhadores buscaram se organizar e lutar pelo seu pedaço de chão. Segundo Borges ¹⁴⁵, mais do que terra, essas pessoas lutavam pela manutenção de seu modo de vida camponês, ou seja, pela possibilidade de viver da exploração da terra num regime de agricultura familiar, pois viam isso morrer com o sistema de proletarização do campo, que se espalhava cada vez mais.

Nesse período, o clima que já era tenso se agravou ainda mais com o assassinato de Horácio Luz, um dos maiores grileiros da região, que teria sido morto por um camponês ameaçado diariamente de ser expulso de sua terra. ¹⁴⁶ Diante do acontecido, a radicalização entre os grandes proprietários e os trabalhadores crescia a olhos vistos.

Nesse mesmo período, os textos e as imagens dos jornais locais dão a ver uma cidade partida ao meio. De um lado estavam os proprietários rurais e seus familiares, a Igreja e o poder público local; de outro, os quase dois mil membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, constituído não apenas por meeiros, parceiros e assalariados do campo, mas também por moradores das favelas de Governador Valadares, quase todos egressos das áreas rurais. Enquanto a liderança patronal congregava a classe na sede da Associação Rural de Governador Valadares, as ruas do centro da cidade iam se transformando numa espécie de extensão do espaço privado e religioso dos lares latifundistas. Munidas de panelas e terços ou empunhando faixas com dizeres moralizantes, esposas e filhas dos proprietários fundiários, muitas delas acompanhadas de suas empregadas domésticas, davam um colorido especial às Marchas com Deus pela Pátria e a Família. Simultaneamente, na periferia da cidade, uma centena de membros dos setores subalternos do campo fazia vigília na sapataria do Chicão (Francisco Raimundo da Paixão), então transformada em sede do Sindicato dos Trabalhadores

¹⁴⁴ *Ibidem.* p.82.

¹⁴⁵ BORGES, Maria Eliza Linhares. *Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais*. Revista. Brasileira de História, vol.24, n°.47, São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100012. Acessado em 10/01/2010 as 9:00 horas.

¹⁴⁶ *Ibidem.*

Rurais de Governador Valadares. Dentro e fora dela o assunto era um só: a *reforma agrária, na lei ou na marra*¹⁴⁷.

Em fins de 1963, foi fundado o sindicato dos trabalhadores rurais de Valadares, liderado a princípio pelo PCB e pela AP – Ação Popular -, tendo como objetivo inicial a luta pelos direitos trabalhistas. No entanto, logo o sindicato foi se transformando em entidade de luta pela posse da terra. Marco disso é a ascensão à presidência da entidade de Francisco Raimundo da Paixão, mais conhecido como Chicão, este membro do PCB, com aspirações distintas das orientações do partido, pois mais que direitos trabalhistas ele visava à reforma agrária. Como os seus objetivos iam ao encontro do desejo dos sindicalizados, logo se tornou o grande líder do movimento na região. Chicão representava uma vertente do PCB, cujas ideias se aproximavam dos ideais das Ligas Camponesas no Nordeste¹⁴⁸. Assim, o sindicalismo por ele encabeçado em Governador Valadares tinha por objetivo principal a redistribuição de terras entre aqueles que tinham sido expulsos delas; por isso fileiras de sindicalizados cresciam a cada dia¹⁴⁹.

Por outro lado, os grandes proprietários se organizavam. A divulgação de que alguns trabalhadores haviam tentado enterrar vivo um proprietário rural do município vizinho de Galileia levou à criação de um organismo paramilitar na região, que contava com armamento pesado como fuzis e metralhadoras¹⁵⁰. Esse organismo paramilitar foi posto em ação no dia 30 de março de 1964, data marcada para ocorrer um comício dos trabalhadores na cidade. Nessa ocasião, o grupo dos proprietários avançou sobre a sede do Sindicato rural dos trabalhadores e metralhou aqueles que ali se encontravam.

Assim, Governador Valadares e Belo Horizonte, que segundo o general Guedes também já estava rebelada nesse dia, iniciaram a seu modo o golpe que deporia Goulart e instalaria a ditadura no Brasil.

Apesar de toda essa agitação para a consolidação desses movimentos no estado, o bloco conservador conseguiu se impor e dificultar, por várias maneiras, uma atuação de forma mais consistente dos operários. Isto foi feito tanto à custa de ações repressivas e violentas, como a repressão às greves e a outras manifestações populares, quanto com a implementação de uma rede de propaganda, que ia desde a confecção de panfletos até

¹⁴⁷BORGES, Maria Eliza Linhares. *Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais*. Rev. Bras. Hist. vol.24 n°.47, São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100012. Acessado em 10/01/2010 as 9:00 horas.

¹⁴⁸ *Ibidem*.

¹⁴⁹ *Ibidem*.

¹⁵⁰ *Ibidem*.

anúncios em grandes jornais do estado, tendo por objetivo a desmobilização popular e a legitimação do movimento golpista. Apresentavam-se os líderes sindicais como agentes comunistas, com ações que objetivariam levar o país a seguir o caminho russo.

Contudo, embora pese o desfecho dos dois movimentos apontados acima, eles são bastante expressivos, pois nos mostram que a esquerda buscou se organizar em Minas Gerais, seguindo o contexto nacional. Experiências de luta e de politização surgiram no campo e nas cidades, embora, como ocorreu em âmbito nacional, não conseguissem superar as organizações de direita que vinham se preparando de forma sistemática para a ação.

1.3.3 – Magalhães e a mobilização conservadora em Minas

Tendo como principal objetivo a candidatura à presidência em 1965, Magalhães Pinto tentava se fortalecer por todas as maneiras possíveis, pois enfrentava forte oposição, mesmo dentro de seu próprio partido. Tudo indicava que o candidato da UDN - União Democrática Nacional - seria o governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Magalhães, então, adotou uma estratégia intermediária em relação ao Governo Federal, procurando sempre manter uma postura discreta e compreensiva a respeito de algumas demandas da esquerda da época. Em 1961, permitira a realização do 1º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Belo Horizonte. Em janeiro de 1964, autorizaria a realização do “Congresso de Trabalhadores da América Latina” (CUTAL), evento que havia sido barrado pelos demais governadores de oposição a Goulart nos principais estados: Ademar de Barros, em São Paulo, e Carlos Lacerda na Guanabara.

Esse fato gerou grande controvérsia dentro da UDN, pois vários parlamentares protestaram contra a decisão do governador de Minas. O IPES e os Novos Inconfidentes, já bem estruturados, fizeram oposição aberta a tal decisão. Em 24 de janeiro, organizaram uma manifestação com cerca de dez mil pessoas que vaiaram o governador pelas ruas da capital mineira¹⁵¹.

¹⁵¹ STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes.

A oposição deu resultado, já que Magalhães recuou e o comício acabou não ocorrendo em Belo Horizonte, sendo transferido para Pernambuco, estado, na época, governado por Miguel Arraes,¹⁵².

A vitória contra o congresso da CUTAL serviu para demonstrar a força dos grupos conservadores no estado, sua capacidade de mobilização e para manifestar a pressão destes grupos por uma definição política do governador, radicalmente contrária a Goulart, missão para a qual contribuiu a própria mídia, sempre cobrando do governador uma posição. É o que revelou a passagem do *Estado de Minas*: “Veja o governador Magalhães Pinto, que como nós, ele está obrigado a radicalizar-se. Ficar neutro é logicamente impossível”¹⁵³.

No entanto, mesmo de forma discreta, Magalhães já há algum tempo fazia parte da conspiração e, em agosto de 1963, conquistou um importante aliado militar, que foi o General Mourão Filho. Esta aliança trazia benefícios para ambos. Para o governador garantiu força militar para se lançar à ação e, assim, encabeçar o movimento que depôs o presidente João Goulart. Para Mourão, o apoio do governador era imprescindível, por lhe garantir legitimidade civil, além de ser muito positivo sob o ponto de vista político e militar, pois se tratava de uma aliança com o governador de um dos estados mais importantes da federação.

Portanto, embora heterogêneo e com disputas internas como as existentes entre o governador e o próprio IPES, o bloco conservador em Minas, logo no início de 1964, ia se tornando cada vez mais coeso e as alianças foram se consolidando. Para a consolidação dessas alianças foi de extrema importância a construção de um discurso que propagava a ideia de uma tradição política eminentemente mineira, calcada no conceito de que Minas seria o sustentáculo da ordem, da família, das tradições e valores mais fortes da nação. Assim, esses grupos fizeram uso do que havia de mais conservador no Estado e o mobilizaram contra o que chamavam de anarquia e de ditadura comunista, que se apresentava contra as famílias e contra a tradição cristã mineira.

Desta forma, Minas Gerais, sempre ao lado da liberdade desde os tempos da colônia, quando havia se levantado contra o despotismo real, agora renascido das sombras da História, fazia surgir os “Novos Inconfidentes”, para novamente lutar pela liberdade. Liberdade possível apenas dentro de uma ordem já estabelecida, calcada na

¹⁵² *Ibidem*.

¹⁵³ *Jornal Estado de Minas* 12 de março de 1963.

família, na religião e na propriedade. Desse modo, Minas mais uma vez sairia à frente, liderando o país do qual era a voz mais representativa, para derrotar o comunismo, derrotar a anarquia e os descabimentos daqueles tempos¹⁵⁴.

Este discurso impresso pela mídia, divulgado pelas mais diversas instituições, levou às ruas multidões contrárias a Goulart, visto como o culpado por tal situação. Além da ação contra o congresso da CUTAL, é importante mencionar a ação de mulheres que, com terços nas mãos, junto a outros grupos, impediram a realização de um comício de Brizola, na secretaria de Saúde da capital mineira.

Em 24 de fevereiro de 1964, os médicos que tinham, há muito, se tornado os pilares dos “Novos Inconfidentes”, lançaram um manifesto, no qual incentivavam a tomada de posição contra Goulart e o atual sistema de governo.

Nesta hora grave da nacionalidade, a ninguém, e muito menos aos que exercem mandato do povo, será lícito julgar que a democracia em nossa pátria não corre perigo. Os que julgam que não, direta ou indiretamente, favorecem o comunismo ateu. A omissão das majorias permitiu às minorias atuantes e atrevidas a extinção do regime democrático em grandes nações do mundo e a escravização de seu povo pelo ateísmo vermelho e sanguinário. A nenhum cidadão assiste o direito de calar, de alegar ignorância, ser indiferente ou comodista, a menos que acumpliciado com os que, em luta fratricida, se propugnam talar de sangue o solo generoso da pátria¹⁵⁵.

Além disso, os médicos atacavam os meios de comunicação, que davam voz aos grupos reformistas, acusando-os de fornecer aos agitadores e agressores do congresso nacional meios para se manifestarem.

Agitadores têm livre acesso ao rádio e a televisão, pregando a anarquia, a desmoralização e até o fechamento do congresso nacional, sentinela viva da democracia, enquanto sofrem vexame de toda ordem e ameaças de suspensão aquelas emissoras e telemissoras que sedem seus canais aos autênticos democratas que denunciavam os crimes que se armam contra a vocação do povo e seu regime democrático¹⁵⁶.

E, ainda, apelavam para as Forças Armadas, pedindo que dessem um basta a toda esta agitação, creditada a “agentes da guerra fria”.

Apelamos confiantemente, para as gloriosas Forças Armadas que guardando as tradições da fidelidade a lei, a ordem, a soberania do país e a vontade democrática da esmagadora maioria de seu povo, atuem agindo em todo instante pela sustentação e valorização da democracia, dizendo um basta aos agentes da perniciosa guerra fria¹⁵⁷.

¹⁵⁴ *Ibidem*.

¹⁵⁵ Manifesto dos médicos de Minas Gerais lançado em 27/02/1964. In: GUEDES, Luiz Carlos. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979, p.147.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

¹⁵⁷ *Ibidem*.

Por fim, o manifesto identificava os agentes perniciosos que estariam atacando a pátria e a família:

Combatendo, dizendo NÃO e NÃO essa minoria de agitadores, anarquistas e desocupados que se agrupam na CGT, na UNE, nas Ligas e outras organizações que a serviço das greves, dos tumultos, das desordens, de espancamentos e assassinatos, procuram transformar o nosso Brasil num imenso e monstruoso paredão, onde tombariam todos aqueles que defendem a liberdade e dignidade da pessoa humana e da família ¹⁵⁸.

Esse manifesto visava preparar o ambiente para o golpe, aguçando o processo de desestabilização do Governo Federal, respaldo na sociedade civil pela ação militar e fazer com que Minas, ao liderar a "Revolução, partisse coesa contra o governo central" ¹⁵⁹, facilitando, assim, a neutralização das forças à esquerda.

Se, no início de 1964, a posição de Magalhães Pinto ainda não se mostrava de forma clara, à medida que os meses avançavam, ele caminhava com maior determinação em direção à conspiração. Marco disso se deu no início de março, com o afastamento do secretário de governo José Aparecido, que pertencia ao grupo reformista, cuja presença no governo expressava a tentativa do governador de melhorar sua imagem junto às esquerdas do período, tendo em vista as eleições de 1965.

Em seguida convidaria para o cargo Osvaldo Pieruccetti (...) Assim, a situação iria sofrer evolução rápida em nova direção. A política de apaziguamento e tolerância benevolente para com Jango, que Magalhães julgava possível, em grande parte por inspiração de José Aparecido, por ele considerado quase como um filho iria ser substituída por outra de endurecimento progressivo, que afinal, desaguaria no 31 de março ¹⁶⁰.

Ao longo de março, os acontecimentos foram se precipitando e as alianças entre o General Carlos Guedes, Magalhães e Mourão Filho avançaram. Em 27 de março de 1964 tiveram início, efetivamente, os passos decisivos para o levante. Nesta data, uma Sexta feira Santa, Mourão e Guedes se encontraram em Belo Horizonte, ocasião em que acertaram uma reunião para o dia seguinte, em Juiz de Fora, com o objetivo de deflagrarem, imediatamente, o golpe. Ainda nesse propósito, o comandante da Polícia Militar, José Geraldo, que há muito preparava a corporação para tal possibilidade, determinou o recolhimento de todos os PMs do estado aos quartéis, a fim de que, no dia 30 de março, eles pudessem se colocar em marcha.

¹⁵⁸ *Ibidem*.

¹⁵⁹ GUEDES, Luiz Carlos. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 159.

Na tarde do dia 29 de março, compareceram à casa do general Mourão Filho alguns membros da conspiração.

À hora aprazada fui para casa de Mourão, onde logo depois nos reunimos todos. Do exército o tenente coronel Everaldo José da Silva, os majores José Antonio Barbosa de Moraes, Virgílio Vargas Brasileiro e Antônio Cursio Neto e o capitão Vitral Monteiro da PM MG, o já citado coronel Antonio de Pádua Falcão, comandante do 2 BI, sediado em Juiz de Fora, e os oficiais que haviam chegado no avião do governo de Minas. Havia mais algumas pessoas dentre os quais o D. Neder juiz de direito na comarca de Petrópolis que viera em companhia do Marechal Denis¹⁶¹.

Nessa ocasião, embora com várias divergências, foi marcada a data do levante para o dia seguinte. Antes, haveria uma reunião na casa de Pieruccetti, em Belo Horizonte. No local, compareceu todo o secretariado estadual, inclusive os recém empossados, José Maria Alkmin e Milton Campos¹⁶², assim como Guedes e seus ajudantes de ordens, o governador do Paraná, Ney Braga, e também o comandante da PM/ MG, José Geraldo. Nessa reunião, foi redigido um manifesto que deveria ser assinado pelo governador e que seria divulgado em todo o país explicando os motivos do levante¹⁶³.

Finalizada a reunião, pode-se dizer que teve início a rebelião. Em Governador Valadares, as milícias iniciaram a perseguição a líderes sindicais e a simples trabalhadores. Em Belo Horizonte, a segurança foi reforçada. Teve início uma intensa negociação com Mourão, que se mostrava reticente em deslocar suas tropas. No entanto, naquela madrugada, Mourão se decidiu a agir.

O dia 31 de março de 1964 já amanheceu com as tropas sediadas em Juiz de Fora, deslocando-se rumo ao Rio de Janeiro e dando início ao golpe, que terminaria com a silenciosa queda de Jango e dos movimentos de esquerda no país.

Tudo isso referendado pelos principais jornais do estado, conforme demonstra o editorial do jornal *Estado de Minas* de dois de abril de 1964.

Multidões em júbilo na Praça da Liberdade. Ovacionados o governador do estado e chefes militares. O ponto culminante das comemorações que ontem fizeram em Belo Horizonte, pela vitória do movimento pela paz e pela democracia foi, sem dúvida, a concentração popular defronte ao Palácio da Liberdade. Toda área localizada em frente à sede do governo mineiro foi totalmente tomada por enorme multidão, que ali acorreu para festejar o êxito da campanha deflagrada em Minas (...), formando uma das maiores massas humanas já vistas na cidade¹⁶⁴.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 191.

¹⁶² Esses dois secretários haviam sido chamados a pouco tempo por Magalhães e não possuíam pasta, cabendo-lhes atuar como ministros após o início da rebelião.

¹⁶³ Sobre essa reunião ver: GUEDES, Luiz Carlos. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

¹⁶⁴ Jornal *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 2 de abril de 1964, p. 01.

E assim, enquanto os jornais à esquerda iam sendo silenciados, o golpe era transformado em uma revolução democrática com amplo apoio popular.

1.4 – Conclusão.

Diante desse cenário, podemos concluir que o clima político e social em Minas, no período que antecedeu ao Golpe, refletia o contexto nacional, pois, assim como no restante do país, os ânimos estavam acirrados e a radicalização era crescente à direita e à esquerda. Se a esquerda buscava alargar sua participação política e social, através de ações como greves, manifestações e diversos tipos de organização; a direita, mais organizada, agiu de forma rápida, impondo seu projeto e sufocando não só os grupos reformistas da época, mas o próprio processo de experiência e amadurecimento democrático vivido nesse período, tanto em nível estadual como nacional.

Podemos perceber, ainda, que tanto as mídias mineiras quanto a nacional promoveram ampla cobertura dos principais eventos ocorridos durante o governo Goulart, mas com um claro posicionamento diante do governo, que ultrapassava a disposição de informar.

Assim, cada jornal apresentou a sua leitura daquele momento, fazendo com que as disputas do campo prático das ruas, do congresso, do campo, tão marcantes ao longo do período que antecedeu ao golpe de 1964, chegassem ao campo simbólico e, dessa forma, tivessem papel importantíssimo tanto no que tange à formação de uma agenda de discussão, quanto na formação da opinião pública nacional, influenciando diretamente os acontecimentos políticos daquele período, conforme veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte.

**CAPÍTULO 2 – JORNALISMO, POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA
NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1960 NO BRASIL**

Neste capítulo, inicialmente, abordaremos questões relacionadas à opinião pública, sua formação e influência nas decisões políticas, além de delinear a trajetória da imprensa no Brasil ao longo do século XX, especialmente no período que compreende as décadas de 1950 e 1960. Na segunda parte, apresentaremos os jornais *Estado de Minas* e *Binômio*, assim como suas principais lideranças e sua ligação com os vários grupos envolvidos na disputa política e social no período que antecedeu ao golpe de 1964.

2.1 – O jornalismo no Brasil: dos primeiros anos às transformações no setor a partir de 1950

Ao longo dos anos, a palavra escrita sempre contou com lugar de autoridade e sentido de verdade na história humana, desde os livros sagrados até os primeiros jornais que o mundo conheceu. Essa capacidade de transmitir ideias, de formar e informar já foi bastante estudada por autores clássicos como Ginzburg e Chartier, que, em variados trabalhos, indicaram os diferentes papéis que a palavra escrita adquiriu ao longo dos anos.

Quando analisamos a mídia e mais especificamente a mídia impressa, percebemos que essa assumiu, ao longo dos séculos, um papel de extrema importância entre as mais diversas sociedades. Tal importância deriva, entre outras coisas, de sua capacidade de informar, de difundir as mais variadas ideias e opiniões, acerca de uma infinidade de assuntos. Com isso, ela acaba por influenciar no que vai, ou não, virar notícia. Portanto, influi na formação da própria agenda de discussão das várias esferas do espaço público. Tal importância advém ainda da ideia de verdade e imparcialidade, que a mídia foi adquirindo ao longo dos anos. Essa perspectiva se tornou mais acentuada com as reformulações pelas quais passou a imprensa, ao longo do século XX. Essas reformulações buscavam tornar os jornais cada vez menos parciais.

A história da mídia no Brasil é bastante tardia, se comparada a outros países inclusive da América Latina, pois, durante o período colonial, Portugal impediu a publicação de qualquer jornal na América portuguesa. Os primeiros jornais aqui publicados datam do início de século XIX, com a vinda da família real para o Rio de Janeiro, em 1808. A partir de então, a produção de jornais foi se desenvolvendo e estes

se tornaram importantes atores na construção de uma opinião pública, que ganhou corpo ao longo desse século ¹⁶⁵.

Para compreender melhor essas questões envolvendo os jornais e a formação da opinião pública no século XIX, referência fundamental é o trabalho de Marco Morel ¹⁶⁶, sobre os espaços de formação da opinião pública no contexto da independência, quando os jornais se tornaram importantes meios de sociabilidade e baluarte de determinadas posições políticas. Essa é uma característica importante dos periódicos desse período, pois os jornais, quase sempre, estavam alinhados aos objetivos de um grupo político. Assim, o periódico acabava por defender e apresentar as aspirações desses grupos. Outra característica dos informativos dessa época é que, em sua grande maioria, eram jornais de pequeno porte e com tiragens reduzidas. Esse perfil começou a mudar na passagem do século XIX para o XX, quando os periódicos, gradualmente, foram diminuindo em número, com aumento da tiragem dos que resistiam ao processo de modernização das redações. Tendo como base a pesquisa de Sodré ¹⁶⁷, Delgado afirma que

No Brasil, a chamada “grande imprensa” consolida-se na passagem do século XIX para o XX e nas suas primeiras décadas. Os pequenos jornais, geralmente de iniciativa individual ou de pequenos grupos, praticamente desaparecem das grandes cidades, sendo relegados apenas ao interior dos Estados e de caráter predominantemente regional. Estes pequenos jornais cedem lugar para grandes “empresas”, dotadas de capital para investimentos em equipamentos e distribuição cada vez mais complexos e onerosos. No entanto, se com o aparecimento da grande imprensa ocorre uma diminuição no número de periódicos, sua distribuição e tiragem diária aumentam em números bastante expressivos ¹⁶⁸.

No entanto, as características político-militantes desses jornais não desapareceram na primeira metade do século XX. Se no século XIX, as disputas entre liberais e conservadores e, posteriormente, entre os defensores da Monarquia e da República deram o tom às disputas nas páginas dos principais jornais, com o advento do século XX e da República, essas disputas ganharam outros contornos, mas não desapareceram. Poderíamos citar como exemplo as disputadas eleições de 1930, quando os jornais pertencentes a Chateaubriand se colocaram radicalmente favoráveis à

¹⁶⁵ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 – 1840)*, São Paulo: Hucitec, 2005.

¹⁶⁶ *Ibidem*.

¹⁶⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. RJ: Civilização Brasileira, 1966,

¹⁶⁸ DELGADO, Marcio de Paiva. *O “golpismo democrático” Carlos Lacerda e o jornal tribuna da imprensa na quebra da legalidade (1949 - 1964)*p. 18. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Márcio-de-Paiva-Delgado.pdf>.

“Aliança Liberal”, apoiando a candidatura de Getúlio Vargas à presidência, enquanto o jornal *O Estado de São Paulo* apoiou claramente o candidato paulista Júlio Prestes.

A partir da década de 1950, ocorreu um novo processo de mudança nos periódicos nacionais. Esse processo foi impulsionado pelo ideal de modernização, vivido pelo país nesse período e experimentado, especialmente, durante o governo de Juscelino Kubitschek, em que o país parecia viver sob a égide do novo. Tempo das novidades na indústria, da abertura de novas estradas, de novos empregos, de uma nova capital. Todo esse processo de efervescência cultural e modernização influenciaram profundamente a mídia no período, principalmente nos grandes centros. Essas mudanças foram impulsionadas ainda pelo processo de redemocratização política e pelos avanços técnicos vividos pelo Brasil na década de 1950, que foram fundamentais para a consolidação de um jornalismo empresarial e pela diversificação dos elementos presentes na esfera pública nacional.

Nesse período, os jornais, embora começassem a competir com o advento da televisão, que cresceria muito ao longo das décadas seguintes, ainda reinavam, ao lado do rádio, como um dos mais importantes meios de divulgação de notícias do país. Foi um momento em que os jornais de maior circulação sofreram profundas transformações, buscando a profissionalização de suas mídias, para que fossem integrados à nascente indústria cultural brasileira, em que as notícias são mercadorias à venda, objetivando lucro e conseqüentemente o enriquecimento do jornal. Segundo Delgado, nesse período “os jornais estariam se comportando como verdadeiras empresas, o lucro passaria a ser o principal objetivo, as notícias transformadas em produto de consumo, as opiniões, cada vez mais raras e menos explícitas, subordinadas a interesses econômicos”¹⁶⁹. Isso gerou uma mudança no próprio modelo jornalístico do país, pois se em seus primeiros anos os periódicos nacionais sofreram importante influência francesa, a partir desse momento houve uma guinada para o molde norte americano, buscando uma nova perspectiva de apenas noticiar com imparcialidade e neutralidade os acontecimentos¹⁷⁰.

No entanto, apesar de todas as modificações e da difusão de um discurso nesse sentido, jamais as tão apregoadas neutralidade e imparcialidade seriam alcançadas, pois o jornalista, o dono do jornal, o editor falam sempre de um lugar. Tal lugar é carregado de sentidos, de um filtro cultural, através do qual esses sujeitos enxergam o mundo. A

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 19.

¹⁷⁰ ABREU, Alves de. “Os suplementos literários – os intelectuais e a imprensa”. In: ABREU, Alzira (et al.) *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

suposta neutralidade não passa de discurso, ou mesmo de uma quimera inatingível. Por isso, embora o jornal apresente uma leitura como sendo um retrato do real, essa leitura é um discurso, uma representação do real lido, a partir do olhar e da cultura política daqueles que a produziram.

Isso se manifestou especialmente durante a república inaugurada em 1946. Segundo Antônio Lavareda “quase toda imprensa tinha uma clara orientação política”¹⁷¹, escrevendo a partir da ótica dessa orientação. Talvez o exemplo mais marcante dessa identificação entre o jornal e o grupo político, ao qual pertence seu proprietário, possa ser encontrado nos jornais *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*. O primeiro tinha como dono o político Carlos Lacerda, que atacava diariamente o modelo trabalhista implementado no país após o governo Vargas. O *Última Hora*, que aparecia como o principal contraponto a Lacerda na imprensa, era pertencente a Samuel Wainer, que defendia claramente o modelo político adotado por Vargas e seus sucessores, especialmente o presidente Goulart.

O que ocorreu, efetivamente, foi que as grandes redações foram transformadas e modernizadas e a opinião propriamente dita do jornal ganhou um campo específico, o editorial. Este se tornou a boca do jornal, onde o periódico, ou pelo menos quem o controla, expressava seu posicionamento, sua mensagem¹⁷². Isso não quer dizer total isenção nas demais colunas, mas sim que no editorial o jornal se posicionava de forma mais clara e objetiva.

Se essas características, advindas da modernização, já podiam ser encontradas no *Estado de Minas* - pois o mesmo já pertencia aos quadros da grande mídia nacional, com o *Binômio* esse processo ainda não havia ocorrido, porque esse era um jornal de pequeno porte e ainda possuía características até mesmo panfletárias. Isso era nítido especialmente quando se dedicava à defesa de algum projeto, ou contra algum político ou atitude política, como a exemplo de seu posicionamento enquanto Bias Fortes era governador de Minas, ou mesmo na defesa clara e direta das reformas de base, durante o governo Goulart.

Para bem entender esses dois periódicos e o seu conteúdo produzido no início da década de 1960, objeto de nossa análise, é de grande importância entender os diversos ideais que guiavam cada editoria. Pois, como abordamos no 1º capítulo, estamos

¹⁷¹LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991, p 129.

¹⁷²ABRAMO, Cláudio. *A Regra do Jogo*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

falando de um contexto no qual a sociedade se encontrava dividida. Dividida por seus projetos, por seus interesses, enfim por culturas políticas que se aproximavam, mas que na maioria das vezes se repeliam.

Nesse contexto, não só os jornais sofreram alterações importantes. Também ocorreram mudanças profundas no terreno da cultura e do mundo intelectual, que viveu um período áureo, tanto pelo início de uma importante indústria cultural, quanto pela ressonância social que a produção cultural nesse momento experimentou. Entre 1950 e 1960, o número de emissoras de rádio cresceu 507%, chegando ao início dos anos 1970 com 735 emissoras¹⁷³. Aumentaram, também, o número de revistas, livros, e periódicos. O cinema cresceu tanto em número de salas de exibição quanto no âmbito das produções nacionais, destacando-se o cinema novo, com autores como Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos. Foi significativo também o aumento no número de teatros e de produções teatrais, como as produzidas pelo TBC - Teatro Brasileiro de Comédia -, o Grupo Oficina e o Teatro de Arena. Tudo isso somado ao aumento do número de museus, parques, clubes e demais espaços culturais e de sociabilidade, que foram fundamentais para o crescimento de uma indústria cultural nacional e para ampliar os espaços de debate e exposição de ideias, tão necessários nesse período. Entre os quais não poderíamos deixar de citar o Centro Popular de Cultura (CPC), da UNE e a atuação da UNE Volante, que levou espetáculos às mais diversas regiões do país¹⁷⁴.

Conforme verificamos, os impressos assumiram um papel muito importante nessa diversificação da indústria cultural no Brasil, implementando mudanças significativas em suas redações e se tornando importantes espaços de discussão e divulgação dos mais variados ideais, mas, sobretudo, difundindo uma agenda de discussão política, social e cultural, que ia além da informação neutra e objetiva, mas alimentava e contribuía para a formação da opinião pública nacional.

2.2 – Mídias, política e opinião pública

¹⁷³ A respeito do crescimento da mídia e de sua diversificação nesse período ver: DELGADO, Marcio de Paiva. O “golpismo democrático” Carlos Lacerda e o jornal tribuna da imprensa na quebra da legalidade (1949 - 1964). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Márcio-de-Paiva-Delgado.pdf>.

¹⁷⁴ Sobre as novas experiências culturais nesse período ver: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Para além de sua pretensa neutralidade, os jornais, na construção de suas matérias, na elaboração de seus editoriais, acabam por representar os grupos políticos sociais e culturais, com os quais mantêm ligação e dos quais fazem parte. A partir dessa rede de interesses, solidariedade e diversas sociabilidades é que podemos melhor analisar a opção de cada periódico, e enfim compreendermos seus discursos e suas estratégias, frente às questões do momento ao qual se referem.

Ter ciência desse fato é de fundamental importância para a análise dos discursos produzidos pelos periódicos, pois a mídia é um constituinte valioso no processo de formação da opinião pública, termo que já recebeu vários significados. Nesta pesquisa, trabalhamos com o conceito próximo das definições dadas por Matteucci, para quem “opinião pública” seria a discussão e a capacidade dos mais variados indivíduos influírem e opinarem naquilo que é de interesse público, ou ainda naquilo que direta ou indiretamente influencia suas vidas ¹⁷⁵.

Com o fortalecimento dos regimes democráticos, o posicionamento da opinião pública tornou-se fundamental, não podendo ser desconsiderado por nenhum governo, sob o risco de ser repudiado por ela. Quando a cúpula militar diz de um clima favorável ao golpe, está se referindo, especialmente, ao necessário respaldo de sua ação frente à opinião pública, que, em última instância, seria quem legitimaria, ou não, a tomada do poder.

Assim, a mídia revestida de grande poder simbólico acabou por influir diretamente no processo político vivido pelo país naqueles tumultuados anos de 1963 e 1964. Pois como afirma Bourdieu ¹⁷⁶ “as palavras fazem coisas, criam fantasias, medos, fobias ou simplesmente, representações falsas”. Esses medos, essas fantasias ajudaram a construir representações negativas a respeito de Jango, movimentando elementos presentes na sociedade, como o comunismo, que acabou sendo a justificativa final para o golpe de Estado.

Nos próximos itens, buscaremos apresentar um pouco da história dos jornais que estudamos, assim como algumas pequenas biografias daqueles que foram os principais responsáveis pelos periódicos em questão. Embora tanto o jornal *Estado de Minas* quanto o *Binômio* estejam sob nossa análise, o tratamento dispensado aos mesmos foi

¹⁷⁵MATTEUCCI, Nicola, Opinião Pública. In: BOBBIO, Norberto, et al, MATTEUCCI, Nicola, SCHIERA, Pierangelo. *Dicionário de Política*. Verbete Opinião Pública. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 11ª ed., 1998 p. 842.

¹⁷⁶ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1997. p. 30.

distinto. Isso se deve ao fato de serem distintas as características dos jornais. Há um material muito mais volumoso referente ao *Estado de Minas*, que era membro do maior grupo midiático da época, os “Diários Associados”. A participação nesse grupo fazia com que seus líderes possuíssem uma gama de atividades e articulações políticas e sociais bem mais extensa que a do *Binômio*.

2.3 – Pequeno histórico do jornal *Estado de Minas* até 1964

No final dos anos de 1920, Juscelino Barbosa, diretor do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, Álvaro Mendes Pimentel e Pedro Aleixo, membros do Conselho Deliberativo da Capital, atual Câmara dos Vereadores, decidiram criar um jornal que desse voz às suas aspirações políticas, pois todos se opunham ao prefeito da capital, na época Christiano Monteiro Machado. Os três adquiriram o maquinário do jornal *Diário da Manhã*, que havia sido fundado em 1927 por Augusto de Lima Júnior e em sete de março de 1928, o jornal já ostentava nas bancas o novo título: *O Estado de Minas*, sob a direção dos três amigos. O primeiro prédio que o jornal ocupou era modesto e funcionava na Avenida João Pinheiro, 267, esquina com Rua Timbiras. A primeira edição do jornal teve a tiragem de cinco mil exemplares e era vendido por 200 réis ¹⁷⁷.

O jornal atraiu a atenção de Chateaubriand, dono do grupo “Diários Associados”, e na época pertencente à “Aliança Liberal”, grupo político que levou a cabo o movimento conhecido como “revolução de 1930”. O interesse se devia ao fato de o jornal poder colaborar com o movimento aliancista ainda em formação. Além disso, um jornal em Minas Gerais representaria uma importante expansão de sua empresa, que já contava com vários jornais em diferentes estados. A compra foi facilitada também pelas dificuldades financeiras pela qual passava o jornal.

Em maio de 1929, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo assumiu o controle do jornal e, no dia 14 desse mesmo mês, *O Estado de Minas* circulou pela primeira vez como órgão dos “Diários Associados”, sofrendo uma pequena modificação no nome, perdendo o artigo “O” e passando a se chamar apenas *Estado de Minas*. Tal mudança visava dar mais força ao jornal, enquanto principal periódico do estado.

¹⁷⁷Histórico do jornal *Estado de Minas* e demais órgãos do grupo Diários Associados, consultado no parque gráfico do próprio jornal.

Chateaubriand desejava apresentá-lo como a voz de Minas ¹⁷⁸, objetivando dar-lhe maior legitimidade e força no cenário político e social mineiro.

Assim que assumiu o controle do jornal, Chateaubriand buscou reestruturar o periódico e colocou em seu comando jovens jornalistas que, anos depois, viriam a se tornar nomes muito expressivos no cenário nacional. Entre eles, destacam-se: Milton Campos, de 29 anos, nomeado redator chefe; Tancredo Neves, de 19, secretário de redação; Pedro Aleixo, 28, presidente da empresa; Dário de Almeida Magalhães, de 21, diretor; José Maria Alkmim, de 28, gerente. Outro nome que viria a integrar os quadros do periódico e que teria grande expressão em nível nacional seria Afonso Arinos de Melo Franco, que ingressou no jornal em 30 de abril de 1933, como codiretor, junto a Dário Magalhães, permanecendo até três de novembro desse mesmo ano nesta função, quando substituiu Magalhães ¹⁷⁹.

Esses jovens, auxiliados pela máquina dos Associados, conseguiram com que em alguns anos o jornal se tornasse um dos mais expressivos, ou talvez o mais expressivo do estado. Tal desenvolvimento possibilitou sua mudança de endereço várias vezes, sempre para espaços melhores, bem como a compra de equipamentos mais modernos. Já em 1938, o jornal passou por uma reforma gráfica e começou a operar com a rotativa Speed King. Essa máquina era capaz de produzir 18 mil exemplares por hora, anunciando tanto a expansão das vendas, quanto a consolidação do veículo informativo, que ainda ganhou, em fevereiro desse mesmo ano, o primeiro prédio construído especialmente para o jornal ¹⁸⁰.

Em 1935, o então promotor de justiça do Alto Rio Doce, Geraldo Teixeira da Costa, deixou o cargo e entrou para o periódico onde permaneceu por 30 anos. Em 1959, assumia, juntamente com João de Medeiros Calmon, a direção do jornal ¹⁸¹. Parcialmente sob sua liderança, seguindo a trajetória de mudanças implementadas pelos grandes jornais do período, foi efetuada, ao longo dos anos 1950 e 1960, uma ampla reforma gráfica, que levou à modernização e ampliação do jornal. Tal reforma se iniciara pouco antes da ascensão de Geraldo Teixeira da Costa, quando, em 1954, o *Estado de Minas* adquirira a rotativa *Mann* em quatro cores, com capacidade para rodar mais de 60 mil informativos por hora. A partir desse momento, o periódico se

¹⁷⁸*Ibidem.*

¹⁷⁹*Ibidem.*

¹⁸⁰*Ibidem.*

¹⁸¹*Ibidem.*

aproximou muito de suas características atuais¹⁸², consolidando seu processo de crescimento e se tornando o principal e mais influente jornal do estado.

Neste trabalho, como nosso foco principal não é a história do jornal em si, não nos deteremos em muitos detalhes acerca de sua trajetória, e nem nos alongaremos para além do início da década de 1960. Interessam-nos, especificamente os anos de 1963 e 1964, quando o periódico apresentava as características citadas acima.

Iremos, agora, conhecer um pouco melhor as lideranças desse jornal nesse período. Optamos pelo diretor João Calmon e pelo proprietário dos diários associados, Chateaubriand. Eles foram os principais responsáveis pelos editoriais que iremos analisar no próximo capítulo. Não faremos exatamente sua biografia, apenas levantaremos algumas informações que nos permitirão conhecer um pouco mais sobre eles, que respondiam pelo jornal *Estado de Minas*, definindo sua linha editorial.

2.4 – Chateaubriand, entre o jornalismo e o poder

Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo nasceu em 1892, na cidade pernambucana de Umbuzeiro. Seus pais, Francisco Chateaubriand Bandeira de Melo e Carmem Gondim Bandeira de Melo, pertenciam à antiga aristocracia açucareira do nordeste. Seu pai, que durante sua infância não se encontrava em seus melhores dias no campo financeiro, atuou como funcionário público em várias cidades nordestinas. Era formado em direito, caminho que também seguiu Chateaubriand, recebendo o título de bacharel pela universidade de Recife em 1913¹⁸³.

Já no Rio de Janeiro, em 1917, Chateaubriand se firmou como importante advogado. Devido aos contatos que vinha estabelecendo na capital do país, nesse mesmo ano, tornou-se consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores e advogado da Companhia *Light and Power*. Mesmo assim continuou trabalhando nas atividades jornalísticas, atuando como comentarista de política internacional no *Correio da Manhã*, sendo, mais tarde, convidado por Ernesto Pereira Carneiro para ocupar o cargo de redator-chefe do *Jornal do Brasil*¹⁸⁴, num período em que este buscava se modernizar e ampliar suas vendas um tanto deficitárias.

¹⁸²*Ibidem*.

¹⁸³MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹⁸⁴*Ibidem*.

Em 1927, Chateaubriand defendeu de forma incisiva a autorização para que a *Ford* produzisse borracha em larga escala na Amazônia ¹⁸⁵. A defesa dessa empresa ia além do prestígio e dos ótimos rendimentos financeiros que oferecia, representava também um posicionamento ideológico de Chateaubriand que, desde cedo, se mostrou ardente defensor da presença das multinacionais no Brasil, acreditando que elas levariam o país ao desenvolvimento. Esse posicionamento o colocou em choque, no decorrer de toda sua vida, com nacionalistas e especialmente comunistas. Tais convicções estarão presentes nos artigos que escreveu e na linha editorial das diferentes mídias sobre seu controle.

Ainda em 1924, com a ajuda de aliados como Alfredo Pujol e Mackenzie, além da alta elite cafeeira de São Paulo e dos banqueiros e industriais de Minas e do Rio de Janeiro, ele adquiriu seu tão sonhado primeiro jornal. Tratava-se do matutino *O Jornal*, que, embora estivesse com problemas financeiros custou a fortuna de seis mil contos de réis ¹⁸⁶, paga, em sua maior parte, a custa de empréstimos e com a venda de ações e anúncios antecipados de um jornal que ainda nem existia. A explicação para o êxito de Chateaubriand em conseguir o dinheiro estava nas relações que vinha costurando junto às elites dessas regiões, desde que chegara ao Rio. E, ainda, no fato de esses grupos desejarem um jornal que defendesse seus interesses. Chateaubriand sabia disso e chegou a dizer: “As tais classes conservadoras não queriam um jornal equilibrado que defendesse os grandes interesses nacionais? Então, que pagassem por isso”. ¹⁸⁷ Mas, esse era só o início do que viria a ser o maior conglomerado jornalístico da América Latina. Meses depois, usando dos mesmos recursos, comprou o *Diário da Noite*, em São Paulo ¹⁸⁸. A partir desse momento, não demorou muito e o sonho do umbuzeiro de ter uma grande rede de comunicações foi se tornando realidade: nascia o conglomerado midiático “Diários Associados”.

Chateaubriand, que desde sua chegada ao Rio mantinha importantes contatos políticos, viu sua influência nesse meio se acentuar, à medida que crescia o alcance de seus veículos de comunicação. Um dos primeiros eventos da política nacional, no qual os “Diários Associados” tiveram um papel de grande importância, deu-se em 1929, em

¹⁸⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. Verbete biográfico Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. Acessado em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx> em 24/03/2011 as 12 : 00 horas.

¹⁸⁶ *Ibidem*.

¹⁸⁷ MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994 p. 138.

¹⁸⁸ *Ibidem*.

meio às disputas pela sucessão presidencial, referente às eleições de 1930, quando os “Diários Associados” desempenharam um considerável papel na formação da Aliança liberal, favorecendo a união entre mineiros e rio-grandenses contra os políticos paulistas. Concedeu, ainda, seu total apoio ao movimento armado que destituiu Washington Luiz da presidência e possibilitou a ascensão de Vargas como presidente

Datam desse período suas primeiras estações de rádio, a Tupi e Educadora do Rio; depois a Tupi de São Paulo, que passou a se chamar Rádio Tamoio. Em 1937, época do golpe do Estado Novo, Chateaubriand não se opôs a Vargas. Isso se deve, principalmente, ao fato de ser um ferrenho anticomunista e antiesquerdista. Além disso, desejava ampliar seus ganhos na relação com o governo central.

Findo o Estado Novo, Chateaubriand deu seu apoio ao candidato da UDN, mas não se opôs ao governo Dutra. Nesse período, dando mais uma vez mostras de seu caráter inovador, que não pode ser desmerecido, os “Diários Associados” abriram novo canal de atuação, implantando no Brasil a televisão. Essa foi inaugurada em São Paulo, com o nome de TV Tupi, primeira estação de televisão da América Latina, que começou a transmitir em 1950¹⁸⁹.

Enquanto Vargas assumia seu novo mandato, as relações entre ele e Chateaubriand oscilavam entre apoio e oposição. O jornalista se opunha especialmente à ligação do governo com os grupos e políticos nacionalistas, então empenhados na campanha para a nacionalização de toda exploração do petróleo em território nacional. Chateaubriand, coerente com seu posicionamento em defesa da expansão do capital estrangeiro no país, era radicalmente contrário a tal projeto e, não só colocou toda a cadeia de jornais que possuía defendendo sua perspectiva, como entrou para a política se elegendendo senador pelo PSD da Paraíba, em 1952¹⁹⁰.

Durante sua legislatura, buscou denunciar as ideias comunistas que, segundo ele, se escondiam por traz do discurso nacionalista. E, sem sucesso, tentou de todas as formas impedir a aprovação da lei que criou a Petrobrás e instituiu o monopólio estatal do petróleo, sancionada por Vargas em outubro de 1953. Isso agravou ainda mais sua oposição ao governo. Ao longo de 1954, a cadeia dos “Diários Associados” atacou, de forma incisiva, o presidente, até seu suicídio em agosto desse ano. Curiosamente, após a

¹⁸⁹MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

morte de Vargas, Chateaubriand foi eleito membro da “Academia Brasileira de Letras” e ocupou a cadeira deixada por Getúlio na instituição¹⁹¹.

Paralelamente às suas atividades políticas, a cadeia dos “Diários Associados” continuou a crescer, adquirindo em 1959 o *Jornal do Comércio*. Nesse mesmo ano, temendo por sua saúde e objetivando a continuidade do jornal após sua morte, Chateaubriand transformou sua empresa em um condomínio acionário, distribuindo 49% das ações e quotas que possuía dentro de todo conglomerado, a 22 de seus funcionários, incluindo seus filhos.

Suas preocupações possuíam fundamento, pois no início de 1960 foi acometido por uma dupla trombose, que lhe paralisou quase todo corpo pelo resto da vida. Apesar do abatimento inicial, em setembro desse mesmo ano resolveu voltar a produzir seus artigos. Como não conseguia escrever devido à quase total paralisia em que se encontrava, ele os ditava para a enfermeira Emília, única capaz de entender sua fala, que era praticamente um gemido. Depois, ela transmitia os artigos a um funcionário do jornal, que o publicava em toda a rede associada no dia seguinte.

Em relação à administração dos Diários, aos poucos Chateaubriand foi retomando o controle de sua empresa, acompanhando dia a dia seus negócios. Quanto a sua influência política, essa nunca deixou de existir entre deputados e grandes industriais, que, às vezes, nem sequer eram recebidos pelo jornalista. Ainda em 1960 foi visitado pelos três candidatos que disputavam a presidência nesse ano. O general Lott, Jânio Quadros e Ademar de Barros cruzaram os jardins da Vila Normanda, residência de Chateaubriand no Rio, em busca do apoio do velho e ainda muito poderoso empresário.¹⁹²

Embora o intelecto do jornalista não houvesse sido afetado, os outros aspectos físicos de Chateaubriand continuavam sem qualquer melhora, estando praticamente todo o corpo paralisado. Esgotados todos os recursos da medicina no Brasil, foi para os Estados Unidos se tratar, no renomado Medical Center of Rehabilitation, da Universidade de Nova York. Apesar de todo tratamento ali recebido, ele apresentou poucas melhoras. O resultado mais importante alcançado foi a recuperação do movimento de um dos dedos que, embora possa parecer insignificante, representou

¹⁹¹Academia Brasileira de Letras. Acessado em <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=273&sid=336>

¹⁹²*Ibidem*.

muito para ele, já que o possibilitou, fazendo uso de uma máquina de escrever elétrica especialmente adaptada para sua situação, voltar a redigir ele mesmo seus artigos¹⁹³.

Depois de exaustivos seis meses de tratamento fora do país, retornou, em meio às tensões políticas e sociais do início da década de 1960. E mesmo com a saúde debilitada, através de seus jornais, sempre se posicionou e teve importante papel nos principais eventos do período, pois apesar de ter apoiado a posse de Jango, pouco tempo depois deu início a uma violenta campanha contra o presidente.

Seu contato mais efetivo com o grupo, que se movimentava para depor Goulart, se deu no início de 1963. Nesse momento, o então governador de Minas, Magalhães Pinto, teria ouvido do jornalista como resposta à pergunta se estaria disposto a participar do movimento contra Goulart: “Nossos rapazes estão dispostos a aceitar seu quinhão de responsabilidades no entrevero que se aproxima. O que vamos ter em breve é o que os espanhóis chamam de *littcha callejera*. Pode estar certo de que mobilizo a artilharia Associada para enfrentar o presidente e sua guarda escarlate”¹⁹⁴.

A partir desse tempo, a Casa Amarela, que era a residência de Chateaubriand em São Paulo, onde tinha se fixado desde 1961, tornou-se um baluarte da conspiração. Era local por onde circulavam, com desenvoltura, nomes como os generais Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, em Minas Gerais; Nelson de Melo, antigo Ministro da Guerra; Ademar de Barros, governador de São Paulo e até mesmo Carlos Lacerda, jornalista com quem tinha várias divergências, mas com quem havia reatado ligações devido aos interesses políticos comuns.

Aos poucos, a Casa Amarela se transformava num ponto obrigatório de encontro de civis e militares ostensivamente empenhados na derrubada do presidente João Goulart. A qualquer pretexto, o jornalista oferecia almoços e jantares - para os quais eram invariavelmente convidadas altas patentes militares envolvidas no golpe¹⁹⁵.

Paralelamente, seus jornais que eram presentes na maioria dos estados brasileiros atacavam de todas as formas Goulart e seu governo, buscando através de seus artigos prepararem a opinião pública para o golpe. Sempre ao lado de João Calmon, se aproximou ainda do IBAD e, especialmente, do IPES, órgão do qual conseguiu ainda obter boa quantidade de dinheiro¹⁹⁶.

¹⁹³ *Ibidem*.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 637, 638.

¹⁹⁵ *Ibidem*, p. 649.

¹⁹⁶ *Ibidem*.

Desde que começara a conspirar contra Jango, nos primeiros meses de 1963, até a eclosão do golpe, em abril de 1964, foram raros os artigos escritos por Chateaubriand que não tratassem de política nacional. Quando não estava açoitando a reforma agrária, a UNE, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) ou o poder dos sindicatos, o jornalista costumava dedicar-se a cândidas reminiscências da infância, da adolescência ou do período em que vivera na Europa, na virada dos anos 10¹⁹⁷.

Desse modo, Chateaubriand e sua empresa de comunicação tiveram um papel importantíssimo nesse processo, pois estamos nos referindo a uma imensa rede jornalística que abrangia praticamente todo território nacional. Para se ter uma ideia da grandiosidade dessa rede, basta lembrarmos que era composta por quatro jornais em São Paulo e em Minas Gerais; três no Rio de Janeiro, dois no Rio Grande do Sul, Bahia, Paraíba, Ceará e Santa Catarina, um em Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pará, Maranhão, Amazonas, Maceió, Goiás, Paraná, Brasília, Rondônia, Acre e Mato Grosso do Sul. Além dos jornais, 18 revistas, 25 emissoras de rádio espalhadas por todas as regiões do Brasil, 18 emissoras de TV. Além de tudo isso, ainda possuía duas agências de notícias¹⁹⁸.

Outro ponto que reforça a importância dessa enorme rede de comunicação para promover a desestabilização do governo Goulart frente à opinião pública é o fato de que, embora com características peculiares em cada região, esses veículos midiáticos possuíam uma coerência interna bastante grande, a partir dos artigos do próprio Chateaubriand publicados nas páginas de opinião. Às vezes ele era o autor dos editoriais, como é o caso no Jornal *Estado de Minas*. Além disso, homens de confiança do fundador estavam nas direções dos mais importantes jornais. Isso fez com que, mesmo com diferentes sotaques, fosse promovida uma oposição coesa ao governo central, que falava sempre a mesma língua¹⁹⁹.

Concretizado o golpe, Chateaubriand saudou o novo regime. No entanto, sua amizade com o novo governo não durou muito, especialmente, em relação a Castelo Branco, de quem se tornou um crítico ferrenho, chegando ao ponto de oferecer um jantar de gala para comemorar sua morte, ocorrida num acidente aéreo em 1967²⁰⁰. A motivação para seu afastamento do presidente se deu, entre outras questões, pela proximidade de Castelo Branco com Roberto Marinho e o Sistema Globo de

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 649.

¹⁹⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. Verbete biográfico Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. Acessado em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx> em 24/03/2011 as 12 : 00 horas.

¹⁹⁹ MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²⁰⁰ *Ibidem*.

Comunicações, que vinha sofrendo ataque frontal dos “Diários Associados”, devido aos negócios que Roberto Marinho teria realizado com a empresa *Time-Life* dos Estados Unidos. Porém isso não representou um rompimento total com o novo regime, tanto que foi um entusiasta da candidatura de Costa e Silva à presidência.

Embora com a saúde cada vez mais debilitada, continuou a escrever até semanas próximas a sua morte, que aconteceu no dia 22 de abril de 1968. Liderando suas empresas, ficou o vice-presidente João Calmon, que assumiu a presidência do condomínio acionário. Isso foi possível, pois em 1962, Chateaubriand havia doado os 51% restantes das ações e quotas que lhe haviam restado entre seus colaboradores, cujo mais influente era João Calmon.

2.5 – João Calmon

Filho de Augusto Pedrinha du Pin Calmon e de Virgínia de Medeiros Calmon, João de Medeiros Calmon nasceu em Colatina no Espírito Santo, em 1916²⁰¹, numa família rica da região. Logo em 1933, seguiu o caminho da maioria dos jovens das famílias tradicionais do período e foi para a capital do país, onde ingressou na Faculdade de Direito, da Universidade do Rio de Janeiro, tornando-se bacharel em 1937²⁰². Nesse mesmo ano, tomou o caminho do jornalismo, profissão na qual viria a fazer carreira e se tornar o nome de maior destaque dentro do mais importante conglomerado jornalístico do país, no início da segunda metade do século XX, os “Diários Associados”. Seu primeiro trabalho foi como repórter no jornal *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro²⁰³.

Nessa época, estabeleceu contato com Chateaubriand e rapidamente ganhou sua confiança, galgando cada vez mais espaço dentro de suas empresas, até chegar a comandá-las no final da década de 1960. Ainda em 1938, Chateaubriand o enviou para Fortaleza, como diretor do jornal “Correio do Ceará”. Logo expandiu suas ações nas regiões norte e nordeste do país, adquirindo e fundando novas empresas de jornais e

²⁰¹Informações no site do senado brasileiro. Acessados em: http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1799&li=48&lcab=1987-1991&lf=48 dia 24/03/2011 as 13:00 horas.

²⁰² Informações do site da câmara dos deputados. Acessado em: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/parlamentaresconstituintes/senadores/constituicao20anos_bioconstituintes?pk=122484 dia 24/03/2011 as 15:00 horas.

²⁰³QUARTI, Márcia. Verbete biográfico João de Medeiros Calmon nasceu. Acessado em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx> dia 23/03/2011 as 17:00 horas.

estações de radiodifusão. Seu sucesso foi considerável, pois em 1946 já dirigia 13 empresas associadas naquelas regiões ²⁰⁴. Após ter obtido êxito nesses trabalhos, voltou ao Rio de Janeiro em 1955, quando foi nomeado por Chateaubriand diretor das rádios Tupi e Tamoio, e da emissora de Televisão Tupi, assumindo, apenas quatro meses depois, a direção geral dos “Diários Associados” ²⁰⁵ e em 1958, a vice-presidência das empresas associadas. No ano seguinte, se beneficiou, juntamente com outros colaboradores, da já citada doação de 49% das ações e cotas de Chateaubriand, processo que se concluiu em 1962, com a doação das 51% das ações e cotas restantes ao condomínio acionário, que havia criado para administrar as empresas.

Assim, como Chateaubriand, que se envolveu no mundo político, Calmon também seguiu por esse caminho. E, em 1962, foi eleito deputado federal pelo Espírito Santo, tendo como partido o PSD ²⁰⁶, agremiação de centro que abrigava alas bastante conservadoras, às quais Calmon se aliou. Seu prestígio nos meio político e principalmente jornalístico era grande, o que fez com que, ainda nesse ano, fosse eleito presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT).

Quando Calmon assumiu o cargo de deputado no início de 1963, como já observamos, o país passava por um momento delicado de polarização e intensas disputas sociais e políticas. Mesmo dentro do próprio PSD, Calmon sentiu essa divisão, que tinha lugar entre os grupos que defendiam ou admitiam as reformas, principal ponto de divergências do período, e aqueles que não as admitiam, ou se as toleravam, era apenas de fachada ou de forma parcial e, sobretudo, de modo a não afetar seus interesses, especialmente aqueles ligados ao universo rural. Calmon se identificou com esse segundo grupo, promovendo uma intensa oposição ao governo de João Goulart e se unindo aos golpistas.

Em oposição aos movimentos de esquerda, que começavam a tomar as ruas e a aparecer nas mais diversas manifestações culturais, Calmon participou em outubro de 1963, sob os auspícios de Chateaubriand, do lançamento da proposta de criação da “Rede da Democracia”. Essa ideia logo se concretizou e não reuniu somente as empresas midiáticas sob seu controle, mas formou uma cadeia com mais de cem

²⁰⁴ MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²⁰⁵ *Ibidem*.

²⁰⁶ Informações do site da câmara dos deputados. Acessado em: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/parlamentaresconstituintes/senadores/constituicao20anos_bioconstituintes?pk=122484 dia 24/03/2011 as 15:00 horas.

emissoras de rádio e televisão, presentes em todos os estados do Brasil, além dos principais periódicos nacionais²⁰⁷. Essa rede, como nós já discutimos no primeiro capítulo, embora se apresentasse como defensora da democracia, tinha por finalidade atacar o governo central de todas as formas possíveis.

No início de 1964, Calmon tentou ampliar sua atuação política, lançando-se candidato à vice-presidência, pelo Partido Social Progressista,²⁰⁸ nas eleições que deveriam ocorrer em outubro de 1965, mas que não tiveram lugar, devido ao golpe ocorrido em 1964. Sua chapa era liderada por Ademar de Barros, então governador de São Paulo e um dos líderes da oposição a Goulart.

Calmon se integrou ao grupo que derrubou Jango, tendo atuado na Câmara, através de discursos inflamados contra o governo e o Comunismo, conforme noticiou várias vezes no jornal *Estado de Minas*, periódico do qual era diretor, além das ações que desenvolvia como vice-líder do maior complexo jornalístico do período. Após o golpe, ele o saudou como verdadeira revolução democrática, aliando-se de forma irrestrita ao novo governo. Ainda no mês de abril de 1964, foi um dos primeiros e mais incisivos a pedir, na tribuna da Câmara, a cassação dos parlamentares que mantinham contato com o Partido Comunista Brasileiro, na ilegalidade, desde 1947. Ainda foi, na época, um dos primeiros pessedistas a integrar o Bloco Parlamentar Revolucionário (BPR), que tinha por objetivo apoiar incondicionalmente o presidente no parlamento²⁰⁹.

Outro fato que reforçou sua ligação e identificação com os militares e seus aliados no poder se deu quando houve a edição do Ato Institucional número II, que extinguiu todos os partidos políticos em 1965, e se formaram o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que representava, mesmo que de forma tímida, a oposição política ao regime militar, e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que era composta pelos partidários do governo João Calmo, que se filiou à ARENA, inclusive tornando-se presidente do partido no Espírito Santo²¹⁰.

²⁰⁷ QUARTI, Márcia. Verbete biográfico João de Medeiros Calmon nasceu. Acessado em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx> dia 23/03/2011 as 17:00 horas.

²⁰⁸ Informações no site do senado brasileiro. Acessado em: http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1799&li=48&lcab=1987-1991&lf=48 dia 24/03/2011 as 13:00 horas.

²⁰⁹ *Ibidem.* .

²¹⁰ Informações do site da câmara dos deputados. Acessado em: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/parlamentaresconstituintes/senadores/constituicao20anos_bioconstituintes?pk=122484 dia 24/03/2011 as 15:00 horas.

Durante todo regime militar, foi um político expressivo e de confiança dos presidentes em exercício, sempre pelo Espírito Santo, seu estado de origem. Ele atuou como deputado federal de 1963 até 1971, ano em que assumiu uma cadeira no senado, onde permaneceu até 1994, quando não concorreu a reeleição. Foi, ainda, constituinte entre 1987 a 1988, atuando sempre nas áreas de educação, comunicação e cultura. Para além da política, esteve vários anos à frente dos “Diários Associados”, como presidente do condomínio²¹¹. Foi, também, em vários momentos, presidente da ABERT.

Chateaubriand e Calmon trilharam um mesmo caminho, mantendo seus jornais ligados às classes conservadoras, direcionando a linha editorial para o rumo que desejavam. Especificamente em relação ao *Estado de Minas*, verifica-se uma forte influência dos dois jornalistas, pois o periódico se manteve fiel ao restante do conglomerado midiático, o que se justifica pelo forte controle exercido por Chateaubriand sobre suas empresas e pela presença de Calmon na direção do jornal, juntamente com homens que comungavam com suas idéias, como Geraldo Teixeira da Costa, com quem partilhava a direção do periódico.

2.6 – *Binômio*, entre o humor e a política

Na manhã de 17 de fevereiro de 1952, circulou pela primeira vez em Belo Horizonte o jornal *Binômio*, que embora tenha existido por pouco tempo, exerceu um importante papel na capital e em outras localidades do Estado, como na Zona da Mata mineira. O jornal foi marcado pela postura crítica e pela sátira da realidade, em especial, da realidade política do estado. O nome *Binômio* fazia referência à plataforma de governo, do então governador de Minas Gerais “Juscelino Kubitschek”, que tinha como base o binômio “Energia e Transportes”. No entanto, segundo os fundadores desse novo jornal, o significado adequado para binômio seria: “Sombra e Água Fresca”, pois apesar de todo barulho feito pela mídia, pouca coisa estava sendo feita neste governo. Conforme o periódico, o que se destacava eram as festas e os casos amorosos do governador²¹².

O jornal foi fundado pelos jovens jornalistas José Maria Rabelo e Euro Arantes. Seu objetivo, segundo Rabelo, era “somente dizer o que não permitiam em outros

²¹¹ QUARTI, Márcia. Verbete biográfico João de Medeiros Calmon nasceu. Acessado em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx> dia 23/03/2011 as 17:00 horas.

²¹² RABÊLO, José Maria. *Binômio. Edição histórica*. O jornal que virou Minas de cabeça para baixo. Belo Horizonte: Barlavento, 1997.

jornais; e dizer mesmo que fosse brincando, rindo e fazendo rir”²¹³. E, assim, em poucos anos rindo e fazendo rir, o jornal publicou importantes denúncias e se tornou um dos percussores da imprensa alternativa no país. Denunciou a exploração de trabalhadores, o abuso de poder praticado pelos empresários e tornou-se um importante pólo de denúncias em relação à política mineira. Desse modo, entrou em grandes conflitos com o governo do Estado, especialmente, durante o mandato de Bias Fortes, que chegou a inviabilizar sua impressão na capital, passando o jornal a ser impresso no Rio de Janeiro. Se por um lado, isso lhe acarretou dificuldades, por outro, permitiu-lhe inovações, que ainda não eram possíveis em Minas, como a impressão em duas cores²¹⁴.

Logo no início das suas atividades, o jornal contou com a ajuda de alguns deputados, pertencentes a UDN, o principal partido de oposição, na época, em Minas. Os políticos udenistas colaboraram com o processo de impressão das duas primeiras edições, depois o jornal passou a arcar com os custos.

Havia na Assembleia Legislativa um deputado muito combativo. Milton Sales (pai do também ex-deputado Miltinho Sales), conhecido como o Ferrinho de Dentista, pela sua obstinação nas críticas que fazia ao governo. Ele conseguiu convencer os colegas da bancada de seu partido, a UDN, a contribuir para o lançamento de um jornal oposicionista, e nos procurou perguntando se topávamos. Não perguntou duas vezes e em poucos dias o Binômio estava nas ruas. O primeiro número foi financiado por eles. No segundo, já foi só a metade. No terceiro, ficou apenas o deputado Milton Sales e sua solitária solidariedade. A partir daí o jornal teve que se virar sozinho²¹⁵.

Essa ligação com o mundo político lhe rendeu críticas dos outros periódicos, no que tange à parcialidade do semanário, que foram respondidas bem ao caráter do jornal, baseado no humor e na acidez, com a seguinte manchete: “Órgão quase independente”, uma clara provocação aos jornais que se julgavam “independentes”. A explicação vinha logo depois: “temos noventa e nove por cento de independência e um por cento de ligações suspeitas. O oposto exatamente do que acontece com nossos ilustres confrades, que têm um por cento de independência e noventa e nove por cento de ligações suspeitas”²¹⁶. Segundo Rabelo, eles buscavam denunciar a subserviência da mídia mineira em relação ao governo do estado e a falta de liberdade e criatividade dos diários, que até então circulavam em Minas.

²¹³ *Ibidem*.

²¹⁴ *Ibidem*.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 18.

²¹⁶ *Ibidem*, p. 18.

Foi nesse contexto, que ocorreu um dos episódios mais marcantes da história do periódico e que demonstra o clima de animosidade entre os militares e o jornal. Após a posse de Jango, o comandante das forças federais sediadas em Belo Horizonte, general João Punaro Bley, começou a realizar palestras. Declarava que o Brasil vivia sob o avanço do Comunismo e pregava a necessidade de se defender a democracia, ameaçada pelo avanço da esquerda no país e pelo próprio presidente. O *Binômio* empreendeu uma pesquisa sobre a vida do general e acabou descobrindo que esse havia participado de várias ações violentas e arbitrárias durante o Estado Novo. De posse dessas informações, o jornal publicou um editorial questionando a legitimidade do militar para falar em democracia e, ainda, expôs o resultado das investigações que haviam sido feitas. Logo que o editorial foi publicado, o general foi à redação do jornal, discutiu com Rabelo, chegando os dois à mútua agressão física. A represália do militar não demorou. Pouco tempo depois voltou à redação com uma verdadeira operação de guerra e invadiu o prédio, destruindo toda a redação. No entanto, José Maria Rabelo não foi preso, pois conseguiu fugir a tempo ²¹⁷. Após o ocorrido, um inquérito foi aberto e o general Bley acabou sendo transferido de Minas Gerais.

Apesar de todas essas dificuldades, devido a sua linguagem inovadora, as suas reportagens polêmicas e ao humor presente em suas páginas, o jornal cresceu rapidamente. Logo se mudou da república de estudantes, onde foram rodadas as primeiras edições, para uma sede própria. Seu crescimento pode ser medido a partir de uma pesquisa realizada em 1958, que apontou o jornal como o mais vendido nas bancas em Belo Horizonte ²¹⁸. Em 1962, passou a circular também em Juiz de Fora. Nesse período, o jornal já contava com 26 mil assinaturas ²¹⁹, número bastante considerável e que o colocava entre as principais publicações de Minas.

Embora sem uma grande estrutura, se comparado aos grandes órgãos da imprensa contemporânea, o semanário chegou a rodar 60 mil cópias em uma única edição. Contribuíram para seu sucesso a criatividade e irreverência de seus colunistas e repórteres, além das polêmicas manchetes de duplo sentido e do questionamento do conservadorismo, presente no estado. Era comum o jornal publicar palavrões e colunas tidas como pornográficas. Outro fator importantíssimo para o seu crescimento foram os profissionais que dele fizeram parte como Roberto Drummond, Fernando Gabeira, Guy

²¹⁷ *Ibidem.*

²¹⁸ *Ibidem.*

²¹⁹ *Ibidem.*

de Almeida, Oseas de Carvalho, Ponce de Leon e Ziraldo, todos jovens, iniciando suas carreiras no *Binômio*. Posteriormente, se tornariam nomes muito expressivos no país.

Contudo, o golpe ocorrido em abril de 1964 poria fim à trajetória do jornal. Já no dia 30 de março desse mesmo ano, no contexto do levante militar, foi posta em execução, em Minas Gerais, a “Operação Gaiola”, que visava a prisão das lideranças esquerdistas no Estado. Entre os vários nomes levantados pelo IPES / MG figurava o de José Maria Rabelo, que conseguiu escapar da prisão mais uma vez, por sorte, pois fugiu logo de Belo Horizonte e depois do país, para se manter exilado até 1979. Embora sua fuga tenha sido bem sucedida, outros funcionários do jornal não tiveram a mesma sorte, porque foram presos, enquanto a redação e os arquivos eram completamente destruídos.

2.7 – José Maria Rabelo

José Maria Rabelo juntamente com Euro Luiz Arantes foram os fundadores do semanário *Binômio*. Segundo o próprio José Maria, na década de 1950, eles não só faziam jornal, mas viviam e respiravam o jornalismo em Belo Horizonte. Por isso acalentavam um sonho. O sonho de fundar um jornal, no qual pudessem dar vazão aos ideais juvenis das intensas experiências daqueles anos²²⁰.

Rabelo nasceu em campos das Gerais, no sul de Minas. Ainda jovem se mudou para Belo Horizonte, onde chegou em 1946. Segundo ele, logo construiu ligações com os membros da esquerda católica da época, ajudando poucos anos depois na fundação do PSB - Partido Socialista Brasileiro -, em Minas gerais, primeiro partido socialista fundado em Minas²²¹. Como jornalista, seu primeiro trabalho foi na revista *Cultura de Oto Albino*, diretor da faculdade de direito da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais - e militante da esquerda do período. Pouco depois, Rabelo integrou os quadros da redação do jornal *Informador do Comércio*, hoje *Jornal do Comércio*, de propriedade do jornalista e militante dos grupos de esquerda da época, José Costa²²².

Em 1952, o jovem jornalista de apenas 24 anos viu seu sonho se tornar realidade e, em 17 de fevereiro, o *Binômio* estava na rua. A partir daí sua história e a do jornal

²²⁰RABELO, José Maria. *Binômio. Edição histórica*. O jornal que virou Minas de cabeça para baixo. Belo Horizonte: Barlavento, 1997.

²²¹ Informações retiradas da entrevista de José Maria Rabelo concedida a André Rocha de Souza, Marcelo Dias Costa e Marcelo Aurélio Ramalho Froes, acessado em: http://www.youtube.com/watch?v=_P9Ku3wnmhg dia 28/04/2011.

²²² *Ibidem*

praticamente se fundem, pois ele passa a se dedicar integralmente ao *Binômio*, sendo seu principal articulador, escritor e diretor até fugir para o exílio em 1964.

Na maior parte desse período, sempre teve como sócio e companheiro Euro Arantes, outro jovem de apenas 23 anos na época da fundação do *Binômio*. Euro Arantes formou - se em direito pela UFMG no início da década de 1950, no entanto fez carreira como jornalista e político em Minas Gerais, chegando a ser eleito deputado estadual, em 1958, com 18 mil votos, sendo o candidato mais bem votado desse pleito²²³. Foi ativo na direção do jornal, só se afastando dele após iniciar seu mandato em 1959, deixando Rabelo à frente do periódico²²⁴. Nesse sentido, embora seja personagem importante na formação do *Binômio*, não entraremos em maiores detalhes sobre sua biografia, pois, nos anos de 1963 e 1964, encontrava-se afastado do jornal.

Em sua atividade jornalística, Rabelo sempre enfrentou a animosidade tanto de políticos influentes como a do governador do estado. entre 1955 e 1960, Bias Fortes e grandes empresários, como Antônio Luciano Pereira Filho, um dos homens mais ricos e poderosos do Estado. Além disso, afrontou empresas internacionais como a *Bond and Share*, responsável pela energia elétrica em Minas, a Cia Telefônica controlada pela *Light*, subsidiária de uma empresa canadense. As críticas a Bias Fortes eram contundentes. Ele era apresentado como corrupto violento e antidemocrático. Em relação a Luciano e as suas empresas como, por exemplo, o banco Financial, eram expostas as suas falcatruas e seus desmandos, além disso, o jornal vivia a alfinetá-lo pela sua agitada vida sexual. A respeito das empresas estrangeiras, as denúncias de incompetência e incapacidade eram constantes e, não raras vezes, o jornal defendeu a nacionalização das mesmas sem qualquer indenização²²⁵.

Assim, ao longo de sua trajetória à frente do jornal, Rabelo sempre se deparou com ameaças de agressão de prisão, mas sempre contou com a ajuda dos membros das esquerdas da época, como o padre Francisco Lage, de quem tomou emprestada a batina para fugir do estado, em 1961, depois da briga com o general Bley. Em sua trajetória contou com a ajuda até mesmo de policiais, como os investigadores cabo Afonso e Osvaldo Lucas. Ao seu lado, figuravam ainda sindicalistas das mais diversas modalidades e até membros do DCE – Diretório Central Estudantil - da UEMG

²²³ Informações dos arquivos digitais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Acessado em: www.almg.gov.br, dia 12/07/2012 as 12:00.

²²⁴RABELO, José Maria. *Binômio. Edição histórica*. O jornal que virou Minas de cabeça para baixo. Belo Horizonte: Barlavento, 1997.

²²⁵ *Ibidem*

(Universidade do Estado de Minas Gerais), que, a partir de 1961, ganharam uma coluna no jornal ²²⁶.

O fato de ter se colocado ao lado do bloco reformista, durante o mandato do presidente Goulart, lhe rendeu sérias consequências após a tomada do poder pelos militares. Logo no dia 30 de março de 1964, um grupo foi destacado para prendê-lo. No entanto, avisado pelo segurança do jornal, conseguiu fugir a tempo e depois de permanecer na clandestinidade dentro do país, Rabelo embarcou para o exílio na Bolívia, deixando sua mulher Tereza com os sete filhos do casal, de quem mal pôde se despedir.

Contudo, sua trajetória continuaria a ser marcada por golpes. Primeiro na Bolívia, em que se viu obrigado a deixar novamente tudo para trás e ir para o Chile, onde, pouco tempo depois, o golpe desferido por Pinochet o obrigou a se mudar novamente, indo dessa vez para a França. Durante seu exílio foi controlado e vigiado, mesmo no exterior. Só retornou ao Brasil 16 anos após sua partida ²²⁷.

De volta ao país, foi trabalhar no *Pasquim*, jornal alternativo, do qual o *Binômio* é considerado seu predecessor. Posteriormente, trabalhou no governo do Rio de Janeiro, quando Brizola era governador ²²⁸. A partir de então, Rabelo se dedicou a recuperar o acervo do Binômio, destruído em 1964. Isso não foi tarefa fácil, pois teve de reuni-lo das mãos de terceiros. O trabalho foi, contudo, bem sucedido, e hoje esse material se encontra disponível para consulta em seu escritório particular.

2.8 – Conclusão

Analisando os diferentes posicionamentos adotados por esses periódicos, podemos refletir também sobre a importância dos mesmos, enquanto atores presentes de forma ativa nos eventos que antecederam ao golpe de 1964. Como já colocamos, a mídia é um instrumento de grande importância na sociedade moderna, influenciando em várias esferas da vida política de um país. Isso ganha especial relevância, quando tratamos de períodos democráticos, ou de períodos em processo de consolidação da democracia, como o vivenciado pelo Brasil entre 1945 e 1964, pois, nesses momentos, a população exige saber e opinar sobre aquilo que é público e que, de uma forma ou de

²²⁶ *Ibidem*

²²⁷ RABELO, José Maria, RABELO, Thereza. *Díáspora os longos caminhos do exílio*. São Paulo. Geração Editorial. 2001.

²²⁸ *Ibidem*.

outra, acaba interferindo em suas vidas. Esse desejo de saber e opinar muitas vezes se manifesta através dos meios de comunicação, que acabam divulgando não só fatos e acontecimentos, mas também opiniões, pensamentos, interesses... Enfim, os meios de comunicação divulgam toda uma cultura política e social presente na sociedade.

Por isso, assim como a sociedade é diversa, composta por indivíduos diversos, os jornais também apresentam características distintas, dependendo do editor, do redator e principalmente do dono do periódico. Conforme já colocamos, isso aparece de forma clara nos jornais que estudamos. Pois, se por um lado, o *Binômio*, liderado por José Maria Rabelo, foi capaz de, em boa medida, driblar o conservadorismo e as perseguições existentes em Minas, naquela época, e, mesmo com poucos recursos, deu voz às demandas do grupo reformista; por outro lado, o *Estado de Minas*, sobre os auspícios de suas três maiores lideranças, Chateaubriand, Calmon e Geraldo Teixeira, acabou por ser imprescindível em pressionar a opinião pública, especialmente em Minas Gerais, para a oposição a Goulart. Obviamente, esse jornal possuía um alcance bem mais elevado que o *Binômio*, pois contava com edições diárias, enquanto o *Binômio* era semanal. Poderíamos destacar, ainda, o poderio econômico do jornal *Estado de Minas* e o grau de credibilidade de que gozava, enquanto principal jornal do estado.

Com essas observações, não julgamos que os leitores desses periódicos, ou mesmo aqueles que tinham acesso às notícias por eles veiculadas, as recebessem de forma passiva; pelo contrário, acreditamos que essas eram lidas e processadas pelos receptores. No entanto, é inegável que os processos de desestabilização, promovidos por importantes grupos civis, encontraram em jornais como o *Estado de Minas* um bom aliado, não só para derrubar Goulart, mas para dar legitimidade ao novo governo. Em relação a jornais como o *Binômio*²²⁹, sua depredação e a perseguição contra seus membros demonstram o quanto os indivíduos ou grupos envolvidos na luta pelo poder dão importância ao papel da imprensa, chegando ao ponto de, quando essa não lhes é favorável, em certos contextos, censurá-la ou mesmo destruí-la.

Mesmo que nesse período se possa questionar a importância da imprensa escrita, alegando que uma boa parcela da população não sabia ler, é importante considerar ao menos dois fatores. O primeiro diz da expansão do sistema educacional, pois os

²²⁹ Não só o *Binômio* foi fechado e destruído, pelo novo governo, pois a fora os jornais que haviam buscando apoiar Goulart e os grupos ligados ao trabalhismo e ao reformismo foram sendo silenciados, exemplo disso é a destruição do *Última hora* no Rio de Janeiro. Era o prelúdio de anos de perseguição e censura ao jornalismo nacional e mesmo jornais que apoiaram o novo governo vão sofrer com as intervenções e a censura.

analfabetos que, em 1945, eram cerca de 54% da população, em 1962, esse número havia caído para 36% ²³⁰. Isso fez com que mais pessoas pudessem ter acesso direto ao jornal. O segundo fator diz respeito à propagação das informações e opiniões de um jornal. As pessoas que não sabiam ler não ficavam totalmente alheias às notícias veiculadas pelos periódicos. Essas notícias, ou mesmo as opiniões do jornal, se difundiam na sociedade através dos leitores propriamente ditos, e os analfabetos podiam ter acesso a essas informações através das redes de informação e sociabilidade formada em casa, nas ruas, no trabalho, enfim, nas variadas esferas nas quais as pessoas se encontravam e, de uma forma ou de outra, acabavam dando ressonância, seja para concordar ou retrucar, àquilo que os jornais publicavam.

²³⁰ Gláucio Ary Dillon Soares. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, p. 313.

**CAPÍTULO 3 – A MÍDIA ESCRITA MINEIRA DIANTE DA
CRISE NACIONAL**

3.1 – Introdução

Conforme vimos nos capítulos anteriores, o início da década de 1960 no Brasil foi marcado por uma intensa movimentação social, em que as posições políticas, os sentimentos e projeções para o futuro do país foram formando grupos bastante distintos. E é exatamente para melhor entendermos os posicionamentos dos grupos em disputa nesse contexto, que mobilizamos o conceito de Cultura Política, pois a motivação para a ação desses grupos esteve naquilo que acreditaram, na leitura que fizeram do momento e do que esperavam para o futuro.

Aqui, consideramos que a mídia atuou como vetor desses grupos, pois tanto a direita quanto a esquerda esboçaram a representação de sua Cultura Política em suas páginas. O jornal *Estado de Minas* foi canal por onde uma Cultura Política conservadora foi divulgada e alcançou visibilidade em Minas Gerais naqueles anos. Analisando esse posicionamento, sobre o prisma das análises de Bernstein²³¹, que trata das famílias políticas, poderíamos identificar tanto Chateaubriand, quanto boa parte de seus colaboradores – por exemplo, Calmon e Geraldo Teixeira, diretor do *Estado de Minas* –, como pertencentes ao que designaríamos uma família política conservadora e abastada, cuja riqueza e poder vinham de várias gerações e se construía em ambientes marcados pelo conservadorismo, especialmente político. Por isso, suas ações no início da década de 1960 e a linha editorial que impingiram a seus jornais iam de encontro aos demais grupos conservadores do país, pois, assim como esses, visavam frear o processo de mudança que vinha ganhando espaço naqueles anos.

Por outro lado, embora com algumas limitações, José Maria Rabelo, à frente de seu pequeno jornal *Binômio*, buscou dar vazão a outra Cultura Política, que também permeava Minas Gerais e o Brasil daqueles anos. Tratava-se de uma Cultura Política progressista e, sobretudo reformista, que reuniu segundo Jorge Ferreira, um grupo muito heterogêneo, mas que, minimamente, construiu sua identidade na luta por algumas mudanças na sociedade brasileira. Segundo Ferreira:

Embora heterogêneas e nem sempre unidas, as esquerdas formaram, logo no início do governo Goulart, o que Argelina Figueiredo chamou de “coalizão radical pró-reformas”. Eram elas as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro — PCB —, o bloco parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento sindical representado pelo Comando Geral dos Trabalhadores — CGT —, subalternos das Forças

²³¹BERNSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Orgs.). Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

Armadas, como sargentos da Aeronáutica e do Exército, marinheiros e fuzileiros da Marinha, os estudantes por meio da União Nacional dos Estudantes — UNE— e, também, uma pequena organização trotskista²³².

Esse jornal sem grandes ligações com os maiores grupos econômicos de Minas Gerais, buscou dar vazão às ideias das esquerdas do período, procurando defender as bandeiras reformistas e atentando para a eminência de um golpe de direita, que estaria sendo preparado inclusive com a ajuda dos Estados Unidos.

Nesse sentido, como veremos o *Binômio* criou uma representação da realidade que, antes do golpe de 1964, era bastante distinta daquela apresentada pelo jornal *Estado de Minas*, que seguiu em seus editoriais a linha do conglomerado ‘Diários Associados’. Por isso, foi muito importante para lançar Minas na vanguarda golpista de 31 de março.

3.2 – Estado de Minas

O jornal *Estado de Minas* embora sempre tenha buscado se apresentar como a voz de Minas e dos mineiros, na verdade, principalmente no campo político, representava apenas uma parte dos mineiros, pois, como já colocamos, em uma mesma região e em um mesmo contexto histórico, diferentes culturas políticas se fazem presentes. O jornal, de fato, acabou por expressar interesses e afinidades diversas que se filiavam a uma parcela da população caracterizada por uma cultura política marcada pelo conservadorismo. Para essa parcela dos mineiros, a plataforma política reformista e o avanço do sindicalismo do início dos anos de 1960 acendiam o alerta para a possibilidade de mudanças nas estruturas desiguais do país. Outro traço dessa cultura conservadora é a visão muito crítica a qualquer vestígio ou traço socialista ou comunista, cujo exemplo vinha tanto dos países do leste europeu, quanto de Cuba, principal alvo das críticas não só do *Estado de Minas*, ou mesmo de toda cadeia Associada, mas de praticamente toda a grande mídia do país.

3.3 – A relação do jornal com os grupos de esquerda do período

²³² FERREIRA, Jorge. *A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004.

Essa grande mídia, cujos donos podiam ter grandes desavenças entre si - como o revelam os constantes atritos envolvendo Carlos Lacerda, proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*, e Chateaubriand - por um instante se uniram para que, juntos, pudessem alcançar um objetivo comum: a derrubada de Goulart e a implantação de um regime que atendesse a seus interesses, enquanto grupo defensor de uma política liberal conservadora.

Por isso, o *Estado de Minas* foi se colocando cada vez mais contrário aos grupos reformistas em Minas Gerais. Isso começou a aparecer de forma mais clara já em fins de 1962 e se tornou mais efetivo a partir de janeiro de 1963, quando os reformistas foram apresentados como radicais ateus e comprometidos com a implantação do comunismo no Brasil e, portanto, deveriam, segundo o jornal, “ser metidos na cadeia”²³³.

Na primeira edição do ano de 1963, referindo-se à questão central do momento - o plebiscito que deveria se realizar em seis de janeiro -, o jornal não adotou uma postura de oposição ao presidencialismo, no entanto ressaltou que, se essa fosse a vontade do povo, o governo teria “que, enfim, assumir as responsabilidades pelo país”²³⁴. Isso significava agir de forma dura contra os “desordeiros e os organizadores de greves políticas ou artísticas, que espalhavam e pregavam a revolução e que na verdade enriqueciam à custa da exploração do povo”²³⁵.

Segundo o jornal, a ação do governo deveria ser firme em relação a esses grupos, para que alcançasse novamente a confiança do povo. Essas críticas aos desordeiros e grevistas possuíam um alvo certo. Tratava-se de atingir em especial os estudantes e operários, principalmente aqueles vinculados a UNE e ao CGT, ou mesmo ao CET - Comando Estadual dos Trabalhadores. Esse mesmo editorial trazia ainda a repercussão da situação brasileira nos Estados Unidos, que estariam temerosos de que o Brasil se tornasse uma “Nova Cuba”²³⁶.

Em relação aos movimentos trabalhistas e aos confrontos entre trabalhadores e empresas, o jornal adotou uma postura de não noticiar, ou de dar pouco destaque a esses acontecimentos. Um exemplo emblemático foi o evento conhecido como “massacre de Ipatinga”²³⁷. Esse acontecimento, ocorrido em outubro de 1963 e amplamente divulgado tanto pela mídia nacional quanto pela estadual, encontrou pouca ressonância

²³³ Jornal *Estado de Minas*, primeiro de janeiro de 1963, p. 3

²³⁴ *Ibidem*.

²³⁵ *Ibidem*.

²³⁶ *Ibidem*.

²³⁷ Os eventos desencadeados a partir da greve da Usiminas em Ipatinga foi abordado no primeiro capítulo.

no *Estado de Minas*, ficando restrito às páginas policiais, que deram enfoque não à atitude brutal da polícia, mas à reação violenta ocorrida na cidade após os confrontos.

No entanto, o jornal não deixou de se posicionar em relação às greves que movimentavam o país. Para o periódico a greve era considerada justa e aceita em países livres, como os Estados Unidos, porém, no Brasil, as lideranças grevistas agiam em “causa própria e não no interesse das classes trabalhadoras”²³⁸. Além disso, segundo o jornal, por trás das queixas justificadas daqueles que teriam seus salários em atrasos e defasados, estavam comunistas e baderneiros, interessados somente em desestabilizar o governo em vários níveis, inclusive o bom governo de Belo Horizonte²³⁹. Assim, as principais lideranças sindicais do país, que ganhavam peso no cenário nacional - pressionando não só por melhores salários, mas também pelas reformas de base -, eram tidas pelo jornal quase sempre como seres subversivos, agitadores, pelegos e, o termo mais usado, comunistas, que haviam se infiltrado no setor sindical para retirar a tranquilidade do “pacífico e trabalhador povo brasileiro”²⁴⁰.

Para o jornal, comunistas não eram somente líderes sindicais, mas todos aqueles que de alguma forma estavam envolvidos na luta da esquerda do período. No editorial do dia cinco de junho de 1963, sob o título “O perigo dos Radicalismos”, o jornal levantou os riscos que tais comunistas infiltrados no país poderiam trazer, principalmente devido “à falta de clareza do povo em momentos de decisão, ao dar ouvidos a comunistas disfarçados de populistas, com propostas mirabolantes”. Assinalou que, ao final, eles fariam como Fidel Castro em Cuba, que se disfarçou de democrata contra um regime ditatorial e, depois desse derrota do, traiu aqueles que lutaram ao seu lado e transformou o país em uma ditadura²⁴¹.

No intuito de reforçar sua argumentação contra o comunismo e os países socialistas, o jornal apresentava supostos relatos, cuja veracidade não pode ser confirmada, de pessoas que visitaram a União Soviética e teriam descrito o país como atrasado, pobre, desigual, repleto de injustiças e muito atrasado tecnologicamente, “sendo impossível compará-lo com os EUA”²⁴². Assim o periódico explicita a superioridade do capitalismo e de sua maior potência, os Estados Unidos da América.

²³⁸ Jornal *Estado de Minas*, dois de junho de 1963, p. 3.

²³⁹ Jornal *Estado de Minas*, um de outubro de 1963, p. 3.

²⁴⁰ *Ibidem*.

²⁴¹ Jornal *Estado de Minas*, cinco de junho de 1963, p. 3.

²⁴² Jornal *Estado de Minas*, dez de julho de 1963, p. 3.

Os comunistas seriam responsáveis ainda, segundo o editorial de seis de junho de 1963, por uma campanha para acabar com tudo que fora construído em séculos de civilização. No Brasil, intensificariam a crise pela qual passava o país. O jornal reconheceu a insatisfação popular, mas assinalou que a dimensão dada a ela era fruto da ação de agitadores como “Leonel Brizola e do ministro do trabalho, Sr. Almino”²⁴³. Nesse sentido, a crise e a intranquilidade do governo seriam frutos da esquerda, que segundo o jornal, deveria se preocupar com o que era de sua obrigação, que era a de fiscalizar o governo e não “a todo custo tentar tomá-lo para si”²⁴⁴.

Todas as nomeações de pessoas tidas como de esquerda, feitas pelo presidente, eram alvos de duras críticas do periódico. Foi o caso da indicação para ministro do Supremo Tribunal Federal do juiz Evandro Lins e Silva, pois, segundo o *Estado de Minas*, esse era um “reconhecido comunista”, e, portanto, sua presença no STF poderia gerar a “poluição do sistema democrático brasileiro”²⁴⁵.

Outro ponto defendido pelos principais grupos de esquerda do período e visto de forma negativa pelo jornal era o nacionalismo. Isso apareceu em editoriais, como o da edição de três de dezembro de 1963, intitulado “Falso Nacionalismo”, em que o editor atacou de forma frontal a perspectiva nacionalista dos grupos de esquerda, criticando abertamente sua atuação política, pois em Minas Gerais, já havia sido assinalado que tal “perspectiva seria absurda, pois a economia estadual só não ruiu por causa dos investimentos estrangeiros, uma vez que nenhuma empresa puramente nacional no estado teria condições de sobreviver sem auxílio”. De acordo com o jornal, esse “Falso Nacionalismo”, defendido pela esquerda, explicava a desestabilização do governo e estaria se espalhando pela sociedade brasileira como um vírus transmitido pelos comunistas e pelegos. Nesse ponto, mais uma vez foi exaltada a figura do governo de Minas que, segundo o jornal, sempre teve no bom senso a sua maior característica, contribuindo para não permitir que tais pessoas transformassem o país em uma cópia de Moscou²⁴⁶.

A crítica ao nacionalismo não se encontrava apenas nessa edição. Era um tema constante no jornal. Um dos principais alvos era o projeto de lei que regulamentava a entrada de investimentos estrangeiros no país. De acordo com o jornal, essa lei prejudicaria os países que contribuíssem para o crescimento do Brasil, com “colaborações

²⁴³ Jornal *Estado de Minas*, seis de junho de 1963, p. 3.

²⁴⁴ Jornal *Estado de Minas*, cinco de outubro de 1963, p. 3.

²⁴⁵ Jornal *Estado de Minas*, nove de agosto de 1963, p. 3.

²⁴⁶ Jornal *Estado de Minas*, três de dezembro de 1963, p. 3.

sinceras e honestas”, classificando de xenófobos todos aqueles que eram contra a entrada dos capitais externos no país ²⁴⁷. Assim, o jornal sempre defendeu as multinacionais e se posicionava com notável má vontade em relação às estatais, alvos constantes de Chateaubriand em todos os seus jornais e também em sua atuação política ²⁴⁸.

Conforme já colocamos, essa simpatia em relação às empresas de outros países associava-se à própria formação do chefe dos Associados. Enquanto jornalista, contou com o apoio dos grupos estrangeiros no país, desde o início de sua vida profissional no Rio de Janeiro.

Outro ponto defendido pelas esquerdas e ignorado, ou atacado pelo *Estado de Minas*, foi a questão da reforma agrária. Mesmo sendo um dos temas de maior relevância do período, do ponto de vista das discussões e das disputas travadas em várias esferas, não foi um assunto recorrente nos editoriais e, quando aparece, o jornal se colocava declaradamente contra sua realização. Dizia que aderir a tal projeto era uma “ingenuidade própria de criança e que o projeto era um engodo comunista” ²⁴⁹, que a ninguém enganava.

Além disso, a reforma agrária foi percebida pelo jornal como nociva ao desenvolvimento e à agricultura no país. No editorial “Possível um Acordo”, o periódico disse que o processo de reforma agrária comandado pelo presidente João Goulart devia chegar a um acordo pacífico, sem ceder às pressões dos esquerdistas que promoviam o caos ameaçando os fazendeiros, cuja reação poderia levar o país à fome. Acusou, ainda, o ministro responsável pelo processo, de não agir com independência, entregando-se a negociatas ²⁵⁰.

O jornal se mostrou contra a intenção do governo em iniciar as reformas sociais do país pela reforma agrária. De fato, seu posicionamento geral era contra qualquer reforma, assinalando que o mais importante seria combater a alta de preços e a própria inoperância do governo João Goulart ²⁵¹. Nesse sentido, a solução não seriam as reformas, especialmente a agrária, mas, sim, uma maior atuação do governo, que, por sua incompetência, estaria levando os produtos a uma grande carestia. Por isso, não foi

²⁴⁷ Jornal *Estado de Minas*, sete de abril de 1963, p. 3.

²⁴⁸ Conforme vimos no capítulo dois.

²⁴⁹ Jornal *Estado de Minas*, sete de maio de 1963, p. 3.

²⁵⁰ Jornal *Estado de Minas*, quatro de junho de 1963, p. 3.

²⁵¹ Jornal *Estado de Minas*, nove de junho de 1963, p. 3.

estranho o jornal se posicionar de forma contrária a qualquer mudança na constituição que viesse a viabilizar a reforma agrária ²⁵²

Sobre a figura do presidente Goulart, o jornal não poupava críticas ao seu governo. Em janeiro de 1963, ao analisar o discurso de ano novo feito pelo presidente, o periódico aproveitou para criticar a situação complicada do processo político no Brasil, que estaria atravessando um momento de crise e intranquilidade e para dizer que o presidente pouco fazia para alterar esse quadro, que se agravava com as ligações entre Goulart e os grupos esquerdistas. ²⁵³.

O jornal alertava que, depois da vitória do presidencialismo, a composição do governo deveria envolver mais partidos, pois o PTB não possuía quadros suficientes para todos os cargos. Por isso, era preciso que políticos de outros partidos, considerados de bom senso e mantenedores dos valores que dão conteúdo a nossa vida democrática, participassem do governo ²⁵⁴. A entrada de outros partidos tidos como de bom senso representava a tentativa dos grupos conservadores de afastar Goulart das maiores lideranças da esquerda, que poderiam guiá-lo a ações mais concretas rumo às reformas.

As atitudes e posicionamentos do presidente também lhe renderam várias críticas, sempre que alguma medida parecia ir de encontro às reivindicações da esquerda. Uma das iniciativas de Goulart mais criticadas foi o pedido de “Estado de sítio”, enviado ao congresso em meados de 1963. Diante da recusa do congresso em aprová-lo, o editorial de oito de outubro declarava “o povo não está a fim de ver suas liberdades cerceadas e que esses movimentos revolucionários não surgem no seio do povo, são “pelegos–comunistas” que tentam a todo custo desestabilizar a democracia e rasgar a constituição” ²⁵⁵. Segundo o jornal, Goulart somente poderia fazer com que o país retornasse à ordem, caso combatesse os agitadores, comprometidos com a desestabilização do governo. Esses seriam especialmente operários e estudantes²⁵⁶.

No entanto, Goulart não era o único a ser atacado via jornal. Conforme apontamos no capítulo dois, entre os membros da esquerda do período, que recebiam as maiores críticas dos “Diários Associados”, estava o deputado federal e ex- governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, que também era criticado pelo *Estado de Minas*. O jornal o atacava constantemente, especialmente depois que ele começou a tecer

²⁵² Jornal *Estado de Minas*, sete de agosto de 1963, p. 3.

²⁵³ Jornal *Estado de Minas*, três de janeiro de 1963, p. 3.

²⁵⁴ Jornal *Estado de Minas*, primeiro de fevereiro de 1963, p. 3.

²⁵⁵ Jornal *Estado de Minas*, oito de outubro de 1963, p. 3.

²⁵⁶ Jornal *Estado de Minas*, primeiro de junho de 1963, p. 3.

críticas à ação política e jornalística de João Calmon. Brizola era citado sempre como defensor de uma revolução socialista no Brasil “e por ela fazia qualquer coisa no intuito de desmoralizar os EUA e tornar o Brasil uma nova Cuba”. No entanto, segundo o pronunciamento de Calmon transcrito no editorial de primeiro de maio de 1963, Brizola seria pior que Fidel, pois enquanto esse último “seria o guerreiro em uma luta palmo a palmo por Cuba, Brizola era aquela pessoa que ficava protegida dentro do palácio e sob os olhos dos poderosos a seu favor”²⁵⁷. Outros editoriais também o acusavam com diferentes argumentos, ora o colocando como incapaz, ora como desonesto, ou ainda o mais usual agitador comunista e covarde, por estimular a revolta, protegido em seu gabinete²⁵⁸.

3.4 – A relação do jornal com a direita.

Se, para os grupos reformistas, o jornal não media críticas, acusando-os, todo o tempo, de desestabilizar o governo, para os principais líderes da direita, que efetivamente tramavam um golpe contra as instituições do país, o tratamento era bastante diferente, pois os apresentava como verdadeiros patriotas comprometidos com as causas nacionais. Podemos constatar isso nos constantes elogios ao governador de São Paulo, Ademar de Barros²⁵⁹ ou, ainda, na defesa do Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, num momento em que esse buscava reprimir, de forma violenta, as greves ocorridas em seu Estado. Segundo o periódico, essas greves tinham o intuito de “desestabilizar o seu governo”, e eram greves “organizadas por comunistas”²⁶⁰. Além de defendê-los em momentos em que esses eram envolvidos nas críticas das esquerdas, o periódico também elogiava seus feitos e suas capacidades, pois estavam, apesar de toda crise nacional, mantendo a ordem e a paz em seus estados²⁶¹.

Mas nenhum apoio político foi tão notório quanto o alinhamento do jornal com o então governador de Minas Magalhães Pinto. Dentre as várias matérias e editoriais elogiosos ao governador, podemos citar a matéria intitulada “Minas-Ilha de paz”²⁶², publicada em dois de fevereiro de 1963, em que um texto extenso apresentava as

²⁵⁷Jornal *Estado de Minas*, primeiro de maio de 1963, p. 3.

²⁵⁸Jornal *Estado de Minas*, cinco de maio de 1963, p. 3.

²⁵⁹Jornal *Estado de Minas*, cinco de novembro de 1963, p. 3.

²⁶⁰Jornal *Estado de Minas*, três de abril de 1963, p. 3.

²⁶¹Jornal *Estado de Minas*, três de maio de 1963, p. 3.

²⁶²Jornal *Estado de Minas*, dois de fevereiro de 1963, p. 3.

realizações do governo. Ou, ainda, o editorial intitulado “A nova era de Minas”²⁶³, mostrando um estado que se encontrava tranquilo e em pleno desenvolvimento, na paz e na tranqüilidade, sob o comando de um dos nomes mais influentes da UDN a nível nacional, enquanto o país governado por Goulart se encontrava à beira do caos e em plena desordem.

Na comemoração dos dois anos de mandato do governador Magalhães Pinto, o jornal destacou os importantes avanços no estado, graças à habilidade do mesmo em separar a administração política dos interesses partidários: “foi somente a habilidade de fazer política do Sr. Governador que permitiu, por exemplo, que os investimentos federais chegassem até o estado”²⁶⁴. Ainda segundo o periódico, Magalhães estava realizando um “governo moderno que incentiva a educação até nos meios rurais e que não governa à moda antiga sempre sujeito à burocracia esterilizante”²⁶⁵.

Diante disso, ao contrário dos jornais paulistas, que criticavam a declaração do governador de que seria candidato a presidente nas eleições de 1965, o *Estado de Minas* saía em defesa do político mineiro. Declarava, então,

que o estado lastimável das contas públicas em que se encontravam os estados era obra da administração federal que, por anos favoreceu o estado de São Paulo com os projetos de industrialização e que Magalhães Pinto teria todo o direito de se candidatar, uma vez que todo governador Mineiro era um candidato em potencial à Presidência do País²⁶⁶.

Nos atritos entre o governador e Goulart, Magalhães aparecia sempre como o grande comandante de Minas Gerais, buscando a via pacífica na resolução de seus problemas²⁶⁷. Nesse sentido, o jornal trazia sempre declarações do governador, em que este se mostrava contra qualquer tipo de movimento que vinha “ferir a ordem vigente e desestabilizar a democracia estabelecida”²⁶⁸.

3.5 – O ano de 1964.

Se o ano de 1963 foi tumultuado e marcado por intensas crises, o ano de 1964 iniciou-se ainda mais conturbado e com os ânimos mais acirrados. Essa radicalização apareceu de forma clara nas páginas do *Estado de Minas*, que acentuou seus ataques a

²⁶³ *Ibidem*.p. 4.

²⁶⁴ Jornal *Estado de Minas*, sete de fevereiro de 1963, p. 3.

²⁶⁵ Jornal *Estado de Minas*, dez de maio de 1963, p. 3.

²⁶⁶ Jornal *Estado de Minas*, três de março de 1963, p. 3.

²⁶⁷ Jornal *Estado de Minas*, três de outubro de 1963, p. 3.

²⁶⁸ Jornal *Estado de Minas*, cinco de abril de 1963, p. 3.

Goulart e a seus colaboradores, selando cada vez mais sua aliança com os grupos de extrema direita. Assim, o jornal atuava com toda sua munição no processo de desestabilização do governo, buscando alarmar a sociedade com editoriais e diversas matérias que apresentavam um país à beira do caos e do comunismo.

Exemplo disso pode ser encontrado na edição de três de fevereiro, cheia de notícias alarmantes como “Focos de agitação subversiva”, “Pânico dos fazendeiros do Vale do Rio Doce”²⁶⁹. Todas essas matérias apontavam para os riscos do extermínio da pecuária na região, caso as propostas de reforma agrária fossem levadas a termo²⁷⁰. Também o editorial dessa edição, “A situação do Rio Doce”, apresentou o posicionamento do jornal totalmente contrário a qualquer mudança ou reforma na sociedade mineira, especialmente na estrutura agrária. Conforme vimos no capítulo um, no Vale do Rio Doce as disputas em torno da estrutura agrária eram especialmente intensas e as lideranças dos trabalhadores rurais e partidários da reforma agrária eram pintadas pelo jornal como seres “subversivos e comunistas”²⁷¹.

Logo no início de 1964, as estatais tornaram-se alvos preferenciais de inúmeras denúncias por parte do jornal. Isso acabou contribuindo para enfraquecer o governo. Segundo o periódico, Goulart estaria se valendo das estatais para montar sua trama comunista. Quanto às tentativas do presidente de regulamentar a lei de remessa de lucros, essas eram vistas como a causa de várias empresas estrangeiras estarem deixando o país. Essas atitudes, tomadas por “falsos nacionalistas”, segundo o jornal, estariam afugentando importantes capitais do país e aprofundando a crise nacional.

O presidente Goulart era alvo constante da artilharia do jornal que o apresentava como comunista, ou simpatizante dos comunistas no Brasil. Em dois de fevereiro de 1964, o periódico denunciou o que seria uma articulação para reeleição de Goulart, da qual constava “parte do esquema de volta do partido comunista brasileiro (PCB) à legalidade”²⁷², aumentando assim os riscos de o país estar caminhando rumo ao comunismo. Na mesma edição, o diário apresentou, em sua página de opinião, trovinhas de Djalma Andrade, jornalista ligado não só ao *Estado de Minas*, mas ao próprio Chateaubriand e às maiores lideranças da UDN a nível nacional:

Coisa triste coisa feia

²⁶⁹Jornal *Estado de Minas*, três de fevereiro de 1963, p. 3.

²⁷⁰Jornal *Estado de Minas*, três de fevereiro de 1964, p 4.

²⁷¹ *Ibidem*.

²⁷²Jornal *Estado de Minas*, dois de fevereiro de 1964.

De causar nojo aos mortais
O comunismo campeia
Em toda Minas Gerais ²⁷³.

A partir daí, o jornal intensificou o discurso da infiltração comunista no país e em Minas Gerais, onde estaria buscando corromper a sociedade mineira. Intensificou também o discurso que apresentava a imagem dos comunistas enquanto conspiradores prontos a tomar o poder, como haviam feito em Cuba. Para isso, mobilizou todo um imaginário, construído no país desde 1935, que, como já visto, havia legitimado o golpe do “Estado Novo” e mais uma vez era mobilizado para fins golpistas.

No dia cinco de fevereiro, várias matérias ainda mais contundentes acentuavam o tom de alarme em relação ao caos que estaria instalado no país e a uma suposta ameaça comunista. Artigos dessa edição traziam nas manchetes: “Reformas, Legalização do PCB e voto do Analfabeto”; “Goulart não quer eleições”; “Papa adverte contra o Comunismo”; “Caem os investimentos estrangeiros no Brasil”²⁷⁴. Por sua vez, o editorial intitulado “Guerra Revolucionária” denunciava o “Avanço do comunismo no Brasil” e os riscos que os brasileiros corriam de caírem em uma ditadura comunista.

A fórmula do jornal para desacreditar Jango, ou mesmo para apresentá-lo como uma ameaça ao país, era centrada em matérias apontando o risco comunista, inclusive denunciando a eminência de um golpe de estado chefiado pelo presidente e a instabilidade política promovida pela esquerda. Essas acusações eram repetidas em praticamente todas as edições, especialmente nos editoriais e nos textos que Chateaubriand publicava diariamente na página de opinião. Para legitimar aquilo que era escrito nessa página, as matérias políticas e econômicas funcionavam como uma espécie de prova para levar o leitor a concordar com o posicionamento do periódico.

Se, em relação às posições dos defensores do governo e do bloco reformista, o jornal se calava ou mantinha uma posição abertamente contrária, para os opositores sempre havia espaço disponível. É o caso da grande cobertura da passeata das mulheres mineiras contra a legalização do Partido Comunista e, principalmente, a “Marcha da família com Deus pela Liberdade”, ocorrida em São Paulo em fins de março de 1964.

A partir de fevereiro, de forma ainda mais enfática, o jornal atacou o carro-chefe dos reformistas - a reforma agrária -, sempre lembrando o “direito de propriedade”, tido

²⁷³ *Ibidem*, p. 4.

²⁷⁴ Jornal *Estado de Minas*, cinco de fevereiro de 1964.

como sagrado e inviolável. No momento, esse estaria ameaçado pelos “rendez-vous macabros de pelegos de alta linhagem²⁷⁵”, que estariam levando o país à agitação e à intranquilidade no campo, além dos prejuízos na produção.

A perspectiva da realização de um comício em prol das reformas na capital mineira mobilizou a artilharia do periódico. Entre os dias 15 a 25 de fevereiro, o jornal conclamou o povo a resistir à realização desse evento, atacando inclusive o governador, que havia autorizado a realização do mesmo ²⁷⁶. Como já visto anteriormente, essas matérias e as demais ações promovidas pelo IPES deram resultado. Além das manifestações contrárias que antecederam ao comício, no dia de sua realização, uma briga generalizada e a ação truculenta da polícia fizeram com que o mesmo fosse inviabilizado. O confronto entre os idealizadores do evento e seus opositores foi retratado pelo jornal como “A tomada de posição de Minas contra o comunismo escravizador”²⁷⁷.

À medida que os dias iam avançando, os editoriais, os textos de Chateaubriand, enfim, o jornal, através de sua página de opinião, assumiu um posicionamento cada vez mais radical em prol da derrubada do governo de João Goulart. Em 29 de março, quando as articulações golpistas no estado já estavam prestes a explodir, o editorial “Agitação na Marinha” concluía que, diante da atual situação do país, com destaque para as questões militares como a revolta dos marinheiros, não haveria outro caminho senão uma intervenção no governo. Indo mais além, o editorial terminou conclamando as “últimas reservas de bom senso para que agissem enquanto era tempo para evitar o pior”²⁷⁸. Ou seja, na perspectiva do jornal, aquele era o momento para derrubar o governo, ou o país seria tomado pelo comunismo. Reforçando essa idéia, um artigo de Chateaubriand, publicado na mesma página, chamava Goulart de comunista e também pedia a intervenção dos setores de “bom senso” da sociedade para barrar o presidente.

No dia 31 de março, “os setores de bom senso” já estavam na rua para derrubar o governo, contando sempre com o apoio do jornal. Nesse dia, editorial intitulado “Em defesa da legalidade e da ordem” repercutiu o manifesto de Magalhães, que rompera

²⁷⁵Jornal *Estado de Minas*, quinze de fevereiro de 1964, p. 4.

²⁷⁶ Conforme vimos no capítulo I esse evento demonstra de forma clara a profunda sintonia do jornal com os principais grupos conservadores no estado, entre eles IPES, Novos Inconfidentes, FAREM . Esse comício assim como o ocorrido no Rio de Janeiro apesar de ser em menor escala tinha por objetivo reunir e mobilizar os mineiros tendo como objetivo seu apoio para a realização das reformas de base. Entre seus idealizadores estavam Leonel Brizola e lideranças esquerdistas estaduais.

²⁷⁷ STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.p.298.

²⁷⁸ *Ibidem*.

com o governo federal, da seguinte forma: “É a palavra de um homem sereno, mas digno, capaz de sentir os anseios de sua gente. É de um homem que está disposto a repor o Brasil nos caminhos da legalidade e da ordem, desfazendo esse ambiente de opressão e desassossego em que vivem todas as famílias brasileiras de dois anos para cá”²⁷⁹. Ou seja, o manifesto golpista de Magalhães, que a essa altura poderia lançar o país em uma guerra civil, era saudado como uma peça, “em defesa da paz, da legalidade e da ordem”.

Nos dias seguintes, enquanto o *Binômio* era destruído e seus jornalistas que não conseguiam fugir eram presos, o *Estado de Minas* saudava o movimento, que, segundo suas palavras, estava restaurando a democracia no Brasil, ameaçada pela ditadura comunista. Magalhães é saudado enfaticamente como líder civil do movimento e Minas aparece como a restauradora da ordem e, mais uma vez, teria lutado e vencido o combate pela liberdade, pela propriedade e pela família, princípios caros à Cultura Política conservadora mineira.

Essa posição clara e decidida contra Goulart e o grupo reformista pode ser explicada pelo posicionamento de Chateaubriand, profundamente ligado aos promotores do golpe a nível nacional, e também pelas ligações dos principais jornalistas, especialmente aqueles vinculados ao IPES-MG. Entre esses podemos citar o articulista de política Alberto Deodato, que era membro do IPES e funcionava como elo entre o instituto e o jornal²⁸⁰. Por isso, o discurso do IPES se refletia também no periódico e este refletia aquele enquanto a voz e opinião de Minas, mesmo sendo a visão de um determinado grupo, de uma determinada cultura política conservadora, que encontrava campo fértil para se desenvolver na elite econômica e junto a uma boa parcela da classe média estadual. Podemos destacar ainda um alinhamento entre o periódico e o principal partido conservador do período, a UDN, cujas ligações com o jornal se fizeram por meio de vários de seus membros, entre eles Oswaldo Chateaubriand, irmão do proprietário dos “Diários Associados” e importante dirigente do jornal. Essa ligação se manifestou também com os políticos udenistas mineiros, tendo o jornal apoiado de forma direta nomes como Milton Campos e Pedro Aleixo. Outro importante articulista com fortes ligações com a UDN e com o próprio Carlos Lacerda era Djalma Andrade,

²⁷⁹Jornal *Estado de Minas*, trinta e um de março de 1964, p. 4.

²⁸⁰ STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989. p. 373

escritor das trovinhas nada inocentes da página de opinião do jornal. Como demonstrou em seus escritos, tratava-se de homem conservador e anticomunista ferrenho.

Não menos conservador e grande amigo de Chateaubriand era Geraldo Teixeira, homem de confiança do presidente dos Associados, pois sua formação se deu dentro dos Diários e sempre se mostrou fiel aos ideais e posicionamentos da empresa na qual trabalhou e defendeu, por isso era o responsável pelos editoriais, garantindo que o *Estado de Minas* seguisse a mesma linha do restante das publicações associadas.

3.6 – O Binômio em tempos de definição

Ao longo de 1963, em meio à crise política e social que se agravava, o *Binômio* abriu espaço massivo para as questões da política nacional. Devido a uma identificação que advinha de uma cultura política comum, alinou-se aos principais grupos esquerdistas da época, especialmente ao bloco liderado por Leonel Brizola. Dessa forma, desde janeiro de 1963, quando o jornal defendeu o retorno do presidencialismo, até ao golpe de 1964, buscou defender as diferentes bandeiras do período, sobretudo as reformistas.

3.7 – O jornal e sua autoimagem.

Há, em várias edições, a preocupação do jornal em relação a sua autoimagem. Seu editor e proprietário, José Maria Rabelo, diz que o mesmo sempre buscou fazer “um jornalismo vivente cada vez mais participante dos problemas de Minas identificado até a alma com os sentimentos populares”²⁸¹. Isso é constante ao longo do jornal, pois é perceptível uma preocupação do semanário em se apresentar combativo ao lado dos grupos populares e suas reivindicações.

Essa autoimagem é preservada até hoje nas entrevistas concedidas por Rabelo²⁸² e pelo registro da história de perseguição a seus funcionários, que, conforme já vimos, chegaram a ser presos após o golpe de 1964, enquanto seu proprietário teve que deixar o

²⁸¹ Jornal *Binômio*, vinte de setembro de 1963.

²⁸² Entrevistas como a concedida por José Maria Rabelo a André Rocha de Souza, Marcelo Dias Costa e Marcelo Aurélio Ramalho Froes, acessado em: http://www.youtube.com/watch?v=_P9Ku3wnmhg dia 28/04/2011.

país por vários anos. A imagem construída pelos envolvidos na criação e funcionamento do *Binômio* repercute também nos trabalhos publicados a respeito do periódico²⁸³.

Quando confrontamos esse discurso com os editoriais e as matérias políticas dos anos de 1963 e início de 1964, é possível perceber a presença de uma Cultura Política comum às esquerdas do período, bastante ligada ao nacionalismo e aos setores populares e reformistas, como o evidencia a defesa enfática do maior líder da esquerda do período, Leonel Brizola. Conforme assinala o editorial do dia oito de julho de 1963:

A campanha contra o deputado Leonel Brizola foi desencadeada com o fim de distraí-lo politicamente, (...) mobilizaram – se todos os recursos, centenas de emissoras de rádio, televisões, jornais e revistas, na tentativa de massacrar pelo número e pela força o adversário do dia, transformando-o num monstro de pecados²⁸⁴.

Segundo o jornal essas forças que teriam atuado também contra Jânio Quadros, em 1961, devido a sua política externa independente, naquele momento eram mobilizadas contra Brizola e seus aliados.

No fundo o que eles combatem e aí está são as posições políticas que o senhor Brizola vem assumindo como ontem assumiu o senhor Jânio Quadros. Posições que se traduzem na luta contra a pilhagem desse país, que há quatro séculos o transforma em um ancoradouro de piratas, mas que agora começa a dar sinais de inconformismo e revolta. Jânio ia muito bem para essa gente até que cometeu o terrível crime de adotar para o Brasil uma política externa independente das pressões e dos interesses dos grandes grupos internacionais, as mesmas forças que o apoiavam levantaram – se de pedras nas mãos para castigar o traidor²⁸⁵.

Esse trecho, além de denotar a ampla defesa de Brizola e das bandeiras nacionalistas e realizar uma ampla crítica aos setores conservadores que estariam entregando o país aos grandes grupos internacionais, denota a aprovação do jornal em relação ao ex-presidente Jânio Quadros. Segundo o periódico, esse foi forçado a renunciar devido à ação dos mesmos grupos que, naquele momento, se levantavam contra os principais líderes da esquerda. Nesse ponto, o semanário supervaloriza o caráter nacionalista de Quadros, o que se justifica pelo fato do *Binômio* tê-lo apoiado em seu curto mandato.

²⁸³Entre os trabalhos com tais características podemos citar: o artigo intitulado *Binômio: humor e política* em um jornal “quase independente” produzido por Alexandre Ferreira Nonato e apresentado no VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e realizado na USP- Universidade de São Paulo, em novembro de 2009.

²⁸⁴Jornal *Binômio*, oito de julho de 1963.

²⁸⁵*Ibidem*.

Nesse sentido, para o *Binômio* os constantes ataques a Brizola e aos principais líderes esquerdistas feitos pela grande mídia nacional, inclusive pelo *Estado de Minas* não possuíam um caráter imparcial, mas refletiam os vínculos desses jornais, pois segundo Rabelo, “só presta para essa gente quem serve aos interesses que os financia e mantém”²⁸⁶. Assim, para o semanário, esses ataques não diziam da honestidade ou da capacidade desses políticos, mas de sua atuação. Ao término do editorial da edição de oito de julho, Rabelo ainda faz uma provocação, dizendo que, se Brizola estivesse do lado deles, não haveria problema algum.

Para exemplificar a parcialidade desses jornais, Rabelo denuncia a grande generosidade de tratamento para com políticos como “Carlos Lacerda, Ademar de Barros e outros representantes da fina flor do conservadorismo nacional”. Segundo ele, era exatamente por essa condição que eram elogiados pela mídia, enquanto na verdade, estariam mergulhados em “irregularidade, crime e violências”²⁸⁷. Nesse sentido, o jornal acaba marcando sua posição de forma clara e às vezes até agressiva, com palavras duras, contra os grandes grupos midiáticos, especialmente mineiros, que, segundo José Maria Rabelo, não possuíam qualquer imparcialidade, apenas representavam os interesses e o pensamento dos grupos econômicos aos quais eram ligados.

3.8 – A relação com os grupos esquerdistas e com os Estados Unidos.

Outro ponto marcante do *Binômio*, ao longo de 1963, foi sua afinidade com os grupos nacionalistas, com os quais mantinha boas ligações. Em questões polêmicas ocorridas ao longo de 1963, como a encampação da Cia telefônica de Minas Gerais, filial da Light - empresa norte canadense que atuava no Brasil, segundo o *Binômio*, com bastante ineficiência -, o jornal era partidário da medida, sem indenização, conforme defendia os grupos nacionalistas da época²⁸⁸.

Esse posicionamento fez com que o semanário criticasse em vários momentos, a interferência dos Estados Unidos na América Latina, inclusive promovendo golpes de estado que os beneficiassem do ponto de vista econômico

Para evitar que seus interesses econômicos sejam atingidos os Estados Unidos da América têm usado de vários processos que começaram com a ação direta de seus

²⁸⁶ *Ibidem*.

²⁸⁷ Isso aparece em várias edições, inclusive na do dia oito de junho de 1963.

²⁸⁸ Jornal *Binômio*, quinze de abril de 1963.

fuzileiros, evoluíram para a quartelada e atingiram agora o estágio, talvez pelo estudo da experiência cubana, da “purificação” do meio político para a prática do regime democrático, foi assim na Argentina, no Peru e no Equador nos últimos tempos. Está para ser assim no Brasil, na República Dominicana e mais remotamente na Venezuela. O senhor Carlos Lacerda, quando pede o extermínio do comunismo, para que tenhamos eleições em 1965, começa a preparar certos setores da opinião pública para esse tipo de ação ²⁸⁹.

Assim, o jornal fez uma previsão bastante certa do rumo que estava seguindo a América Latina e da atuação dos norte americanos nesse processo. A preocupação com a política externa não abandonou as páginas do semanário, pois o Brasil era sempre identificado com o restante dos outros países latino-americanos que viviam sob ameaça de golpes de direita:

Aí vivendo a América Latina a fatalidade de seu atraso econômico e político. Nada menos de seis golpes de Estado ocorreram nesses últimos meses, derrubando governos normalmente eleitos pelo povo: Argentina, Peru, Colômbia, Equador, e agora República Dominicana ²⁹⁰.

Nesse sentido, o jornal aproveitou para cutucar especialmente a política estadunidense e os setores conservadores do Brasil, que criticavam Cuba e o regime de Fidel Castro, mas nada diziam dos golpes de direita. “Engraçado: os democratas que não cansam de denunciar o regime de Fidel Castro, não dizem uma só palavra sobre essas ditaduras. Depois querem que a gente acredite neles, coitados” ²⁹¹.

Era recorrente também, como vimos acima, a preocupação do *Binômio* com a ligação de importantes políticos nacionais com os Estados Unidos, especialmente Carlos Lacerda, que estaria preparando a opinião pública para aceitar um golpe, tendo como justificativa a ameaça comunista.

Em 25 de abril o jornal discutiu mais uma vez a pressão do governo norte-americano para que o Brasil acabasse com a política externa independente, apoiando inclusive uma invasão a Cuba. Tal posicionamento seria, segundo o semanário, um erro. Ao contrário do *Estado de Minas*, o *Binômio* via com bons olhos a revolução Cubana, tendo inclusive enviado para lá o repórter Guy Almeida, que permaneceu na Ilha durante todo o mês de janeiro de 1961 e, ao retornar, escreveu um caderno com 16 páginas, onde analisou de forma bastante positiva a revolução, que estaria mudando o país, libertando-o do jugo norte-americano e promovendo a igualdade entre a população, principalmente com a efetivação da reforma agrária e a nacionalização das

²⁸⁹Jornal *Binômio*, vinte e nove de julho de 1963.

²⁹⁰*Ibidem*.

²⁹¹Jornal *Binômio*, trinta de novembro de 1963.

empresas. Nesse sentido, entre 1959 e 1963, o periódico defendeu de forma clara as determinações políticas cubanas advindas da revolução. Para o jornal, a ilha, enfim, havia encontrado seu destino ²⁹².

Além das questões relacionadas à política externa independente, segundo o semanário, os norte-americanos exigiam garantias para as multinacionais que atuavam no país e um plano de austeridade econômica controlado pelo FMI. Contrário a tais políticas, o jornal defendia que as empresas estrangeiras tinham que se adequar à realidade do país e atuar de forma justa e eficiente ²⁹³.

Segundo o semanário, as pressões sobre o governo não vinham só de fora do país, mas também dos grupos conservadores internos. Em oito de abril, o *Binômio* listava os motivos que preocupavam os grupos de direita. Entre eles se destacavam as pressões feitas por Brizola em prol das reformas de base e os ideais da esquerda que estariam penetrando nas Forças Armadas, especialmente junto aos sargentos ²⁹⁴.

Assim como a esquerda, o jornal adotou, ainda, uma posição clara em favor da revolta dos sargentos em Brasília. O *Binômio* procurava ligar a ação e a luta dos revoltosos às lutas do povo por mais voz e justiça, tanto social como política. Assim, as revoltas militares foram apresentadas dentro do quadro mais amplo e dramático pelo qual passava o país. Isso fica bem claro na análise do jornal:

O que levou o sargento a sublevar-se, num movimento que não parará aí, são as mesmas causas de tantos outros movimentos populares que vem agitando o país, na antecipação das profundas transformações sociais que estão por vir. Os sargentos, como os operários, os favelados, os funcionários públicos, a grande maioria do povo, que até hoje só conheceu os sacrifícios e foi sistematicamente excluído dos benefícios de nossa riqueza passaram a reivindicar uma participação na decisão do país ²⁹⁵.

Dessa forma, essa revolta não é vista simplesmente como uma crise de autoridade, ou mesmo uma revolta isolada, mas parte de um movimento realizado pelos excluídos da sociedade brasileira, que, naquele momento, estariam percebendo a oportunidade de melhorar sua condição seja econômica ou social e acentuar sua participação política.

Para o jornal, a tão propalada crise de autoridade pela qual o país estaria passando não era fruto das ações da esquerda como afirmavam jornais como o *Estado*

²⁹² Transcrição de algumas reportagens mais marcantes do *Binômio*, publicado em RABELO, José Maria, RABELO, Thereza. *Diáspora os longos caminhos do exílio*. São Paulo. Geração Editorial. 2001.

²⁹³ Jornal *Binômio*, oito de julho de 1963.

²⁹⁴ Jornal *Binômio*, oito de abril de 1963.

²⁹⁵ Jornal *Binômio*, quinze de setembro de 1963.

de Minas, mas sim da incompatibilidade entre aquilo que queria o povo e o que previa a constituição, que representava um país injusto, onde poucos tinham oportunidade. Segundo o *Binômio*, haveria um Brasil novo sendo gestado e esse país novo ela já não representava.

A crise de autoridade de que tanto se fala, nasce precisamente desse desencontro: o poder institucional já não representa, pelos vícios de sua constituição, o Brasil novo que está nascendo nas faculdades, nas fábricas, nas praças públicas e até mesmo nos templos. Um Brasil que reclama para todos os seus filhos e não apenas para os filhos dos potentados, o direito de comer, de instruir-se, de vestir-se de viver decentemente. A rebelião dos sargentos foi mais um elo dessa imensa cadeia de acontecimentos que não começou nem vai parar aí ²⁹⁶.

Nesse trecho, podemos ver ainda o apoio do semanário às mudanças na constituição de 1946, defendidas pelas esquerdas, que, entre outras coisas, promoveriam a reforma agrária, o voto dos analfabetos e a possibilidade dos oficiais de baixa patente votar e serem votados.

3.9 - As articulações golpistas

Ao longo do ano de 1963, o *Binômio* denunciou permanentemente a existência de um golpe de direita em andamento. Logo após a vitória do presidencialismo no plebiscito, o semanário passou a denunciar a mobilização da direita para tomar o poder. Ainda no dia seguinte à votação, o semanário destacava informações de jornais norte-americanos, que davam por certo o apoio dos Estados Unidos a uma ação armada contra Goulart, inclusive apoiando governos ditatoriais que poderiam advir de sua queda. Com isso, o jornal já chamava a atenção para o trabalho conjunto da direita nacional e o governo norte- americano, no sentido de depor o presidente Goulart.

Além das colunas de opinião, a principal reportagem dessa edição era intitulada “Rendição ou deposição: esquema contra Goulart funciona depois do plebiscito” ²⁹⁷. Nessa matéria, o jornal expõe todo descontentamento dos grupos conservadores em relação às políticas adotadas pelo presidente, como a lei de remessa de lucros, a política externa independente e a perspectiva das reformas. Tais políticas, segundo o jornal, estariam desencadeando a reação dos grupos de direita mais radicais, que estariam colocando em marcha um plano de golpe contra Goulart.

²⁹⁶ Ibidem.

²⁹⁷ Jornal *Binômio*, sete de janeiro de 1963.

O mesmo tema foi destaque em vários editoriais ao longo de 1963. O editorial de 15 de julho denunciava a articulação de membros da direita, que ganhava corpo em São Paulo, com reuniões ocorrendo, especialmente nos finais de semana, sob os auspícios do então governador paulista Ademar de Barros. Segundo o semanário, Barros estaria se reunindo com industriais paulistas e disseminando o temor da implantação de uma república comunista no país. O objetivo dessas reuniões seria, segundo Rabelo, utilizar o medo e imaginário comuns, contrários ao comunismo, para conseguir dinheiro para a compra de caminhões a armas leves, para a derrubada de Jango. Ainda segundo o jornal, o auge da campanha ocorreu no estádio do Pacaembu, onde o governador e seus aliados pregaram abertamente a necessidade de uma revolução contra Goulart. Abaixo do texto do editorial aparecia uma charge apresentando Barros em atitude ridícula, tentando angariar dinheiro para financiar o golpe ²⁹⁸.

Em 30 de setembro de 1963, outra denúncia, desta vez de forma mais clara e consistente, apontava a formação de um “levante militar para depor Jango”, preparado dentro das Forças Armadas, colocando o governo em sério risco. Ainda mais importantes foram as denúncias sobre a atuação do IBAD e do IPES, entidades tidas como danosas para o país, tanto a nível nacional quanto estadual. As denúncias apresentadas em ampla matéria, acompanhadas de análise de José Maria Rabelo em editorial, alertavam para as ações de desestabilização e conspiração contra Goulart, promovidas por essas duas entidades.

À medida que o ano de 1963 ia avançando, o jornal percebia e noticiava o processo de radicalização do país. No entanto, ao contrário do *Estado de Minas*, para o qual a radicalização era fruto das ações da esquerda, na percepção do *Binômio* os principais responsáveis por essa radicalização eram os grupos conservadores, assustados com o crescimento e fortalecimento dos grupos de esquerda, que estariam ameaçando seus privilégios históricos. Por isso, tal elite conservadora estaria se organizando em grupos, à margem da legalidade, para defender seus interesses de classe.

Estamos vivendo nesses dias de crise uma galopante radicalização das possessões, que estoura acima dos partidos e dos grupos mais tradicionais. Nesse quadro, com o aparecimento de novas forças sociais, as classes dominantes começaram a aterrorizar-se com a ameaça de perderem seus velhos privilégios e passam – depois de um instante de indecisão – a agir seguindo pelo instinto, na ilusão de que podem evitar o caminho normal da História. Aí então entra o papel dos IBADs, IPES, MACs, etc... Institucionalmente, eles não são a mesma coisa. Identificam-se entretanto com os objetivos que perseguem ²⁹⁹.

²⁹⁸Jornal *Binômio*, quinze de julho de 1963.

²⁹⁹Jornal *Binômio*, 29 de abril de 1963,

Para o semanário, esses grupos deveriam ser fortemente investigados, pois estariam interferindo de forma bastante negativa no país, financiando campanhas políticas, tanto em nível estadual quanto federal. O *Binômio* assinalava, ainda, que embora tivessem um objetivo comum, cada um desses órgãos tinha um caráter próprio. Assim “o IPES procurava uma reformulação da sociedade, na base de algumas concepções dos grupos dominantes, que garantia a permanência do atual quadro social”,³⁰⁰ ou seja, o IPES procurava atuar mais no campo ideológico, visando manter as bases da sociedade sem mudanças. Já o IBAD “vai mais longe, agindo pelo suborno e pela corrupção, comprando, alugando, arrendando, usando de todos os recursos para intimidar seus adversários”³⁰¹. Dessa forma, seria mais pernicioso e mais combativo de que o IPES. Além desses, o jornal falava do MAC – Movimento Anticomunista -, que seria ainda mais perigoso, pois estava pronto para pegar em armas contra o governo e os grupos de esquerda: “O MAC está ainda mais à frente, sendo assim a unidade armada desses grupamentos”³⁰².

Para o jornal, tais grupos representavam e eram veículos de atuação dos conservadores e tenderiam a crescer e se multiplicar, na medida em que as esquerdas crescessem e aumentassem seu poder de atuação. Esses grupos teriam por objetivo barrar os avanços sociais e políticos que ameaçassem seus privilégios. No entanto, o periódico acreditava que nada poderia barrar o avanço da história do país, no sentido de romper com a desigualdade e os privilégios que há muito tempo assolavam o povo brasileiro.

Para o *Binômio*, os conflitos poderiam ir além do discurso, pois à medida que se ampliavam as possibilidades de transformações na sociedade brasileira, o medo moveria os grupos privilegiados a ações cada vez mais violentas:

Eles refletem as contradições de um quadro social explosivo, às vésperas de profundas transformações estruturais. O medo, o terror, o desespero dos titulares das situações favorecidas, poderão levar a ações mais violentas ainda³⁰³.

As denúncias de um golpe de direita iam além dos editoriais. Matérias inteiras apontavam, com amplo destaque, a ação dos grupos de direita, tal como na reportagem

³⁰⁰ *Ibidem.*

³⁰¹ *Ibidem.*

³⁰² *Ibidem.*

³⁰³ *Ibidem.*

intitulada “Direita militar quer golpe, porém não tem força ainda”³⁰⁴, publicada em julho de 1963, que discorria sobre a preparação de um golpe de direita para tomar o poder, o que só não teria se consolidado devido ao apoio ainda restrito.

O IBAD, dentre os grupamentos ligados à direita, era o alvo mais destacado dos ataques do *Binômio* em 1963. Em novembro, o semanário anunciava o início dos trabalhos da CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito- da câmara dos deputados, que visavam investigar a atuação da entidade nas eleições de 1962, em que o instituto teria gasto cinco bilhões de cruzeiros para eleger seus representantes³⁰⁵, fato hoje confirmado pela historiografia³⁰⁶.

Segundo o *Binômio*, em Minas Gerais a ação do IBAD foi clara nas eleições de 1962, tendo ajudado com faixas, cartazes e com veículos na eleição dos candidatos mais conservadores presentes no estado.

Em Minas o IBAD instalou um de seus mais importantes centros de atividade. Durante as eleições as ruas estiveram repletas daquelas faixas horrorosas (preto e branco), feita para um grande número de candidatos. As “rurais” trafegavam pela capital e cidades do interior, levando cartazes, cédulas e faixas: era a gente do IBAD, trabalhando para os amigos do peito. Aos poucos, fomos sabendo quais seus candidatos. Eles se chamavam entre outros, Josafá Macedo, Tristão da Cunha, Atos Vieira (o mesmo do contrabando de dólares), Andradinha, a fina flor do conservadorismo mineiro³⁰⁷.

Além das denúncias, o jornal exigia que se fosse a fundo na investigação da atuação desses grupos e dos parlamentares que teriam recebido dinheiro, para que fossem punidos exemplarmente. Nesse como em outros casos, um nítido contraste havia com a atuação da grande mídia, incluindo o jornal *Estado de Minas*, que se silenciava sobre o tema, por força da confluência de interesses e objetivos, compartilhados entre o jornal, o IPES, o IBAD e os principais veículos midiáticos do país. Por outro lado, os grupos de esquerda, que os tinham enquanto grandes adversários, devido ao ser caráter conservador e sua ligação com os Estados Unidos, buscavam esclarecimentos.

Em relação a Goulart, embora o jornal tenha se mantido favorável ao seu governo, dando várias mostras de simpatia em seus editoriais, pediu, ao longo de 1963, um alinhamento mais claro e consistente com as demandas da esquerda, bem como o fim da política de conciliação. Em 29 de abril de 1963, o jornal publicou a matéria

³⁰⁴Jornal *Binômio*, nove de julho de 1963.

³⁰⁵Jornal *Binômio*, quinze de novembro de 1963.

³⁰⁶ FERREIRA, Jorge. “O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964”. In: _____; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

³⁰⁷Jornal *Binômio*, oito de fevereiro de 1963.

“Volta de Jango pode marcar queda de San Tiago e Krue””, analisando o retorno de Goulart ao Brasil após viagem ao Chile e à conturbada situação na qual se encontrava o país. A reportagem destaca a boa receptividade do presidente brasileiro junto às esquerdas daquele país, mas defende o fim da política de conciliação e prevê a demissão de Krue e San Tiago, vistos como conciliadores e moderados³⁰⁸. A mesma reportagem, traz ainda uma crítica feita por Brizola a San Tiago Dantas, chamado de traidor, o que representava a percepção de boa parte das esquerdas, para quem Dantas nada fazia além de se comprometer com os Estados Unidos, especialmente em relação à dívida externa.

O ataque a Dantas continuou nos meses seguintes. No dia 17 de junho, o jornal apresentava o dilema no qual Jango estaria enredado. Por um lado, ele era pressionado pela esquerda para efetuação de uma reforma ministerial, que passaria pela demissão de Dantas e Furtado, ambos vinculados ao Plano Trienal, visto como um fracasso pelo jornal. Por outro, a decisão de demitir Dantas poderia colocar o governo em rota de coalizão com os Estados Unidos, pois os norte-americanos negociavam com Dantas empréstimos que nunca vieram.

Nessa mesma reportagem, Rabelo demonstrou seu descontentamento em relação ao Plano Trienal e o culpava em boa medida pela crise econômica pela qual passava o país e, embora consciente das implicações com relação aos Estados Unidos, terminou pedindo a saída de Dantas do ministério, como único meio capaz de devolver a Goulart a confiança das esquerdas.

Assim, embora o jornal geralmente se apresentasse favorável ao governo Goulart, a exemplo dos grupos ligados a Brizola, pediu inúmeras vezes o fim da política de Conciliação. Segundo o *Binômio*, ”continuar nas circunstâncias atuais, procurando conciliar o inconciliável, seria caminhar rapidamente para frondização completa”³⁰⁹. Ou seja, se o governo não quisesse capitular diante das lutas nas quais estava envolvido, deveria se decidir e assumir uma posição concreta diante dessas disputas. Assim o jornal esforçava-se para levar Jango a uma radicalização ao lado da esquerda e ao fim das tentativas de conciliação, especialmente com PSD, partido pelo qual não nutria qualquer simpatia, pois era considerado o partido dos latifundiários.

Em outras edições, o jornal retomou o tema e, analisando os problemas pelo qual passava o governo, apontou o que seria a sua causa principal:

³⁰⁸Jornal *Binômio*, vinte e nove de abril de 1963.

³⁰⁹ *Ibidem*.

O senhor Goulart está sofrendo na carne as inconsistências de seu governo (...), tímido cambaleante, está diante de um dilema que terá que enfrentar com coragem se quiser sobreviver (...). Esse dilema é no fundo o que está vivendo a realidade brasileira. Não é possível mais procurar atender ao mesmo tempo as duas vertentes em que se divide o país, numa política malandra de dar aqui, tirar lá. O Senhor Jango Goulart tem de compreender que a Nação está atravessando uma hora de definições que rejeita cada vez mais qualquer solução oportunista de composição e arranjo ³¹⁰.

Dessa forma, mais uma vez o jornal pediu uma definição de Goulart e se colocou contra as soluções de arranjo e conciliação que o presidente vinha tentando articular desde que assumiu o governo em 1961. Para o jornal, caso essa política persistisse, o presidente ficaria cada vez mais isolado, pois

a direita não o recebe em sua mesa. A esquerda está prestes a romper com ele. No meio de tudo isso, minado em suas contradições o presidente vê crescer as ameaças de um golpe de Estado sem que tenha para quem apelar a não ser o círculo muito estreito de suas amizades pessoais ³¹¹.

O jornal, mais uma vez, atentou para os riscos de um golpe em andamento e caso a situação não se alterasse com a definição do presidente, alertou que ele poderia ficar sem apoio até mesmo em seu próprio partido, ou nos sindicatos que, segundo o jornal, se encontravam divididos. Assim, Goulart deveria tomar uma decisão, conforme trecho do editorial do dia oito de julho de 1963: “ou abraça a esquerda ou se destrói no seu equilibrismo malandro” ³¹².

Nesse sentido, embora o jornal buscasse apoiar Goulart, quando se tratava dos ataques promovidos pela direita, o mesmo não ocorria quando esse parecia hesitar em se lançar de vez no barco das esquerdas, procurando, ao contrário, uma saída negociada, especialmente com os políticos do PSD. Nesse sentido, o *Binômio* reforçava a percepção das esquerdas, que acreditavam dispor de um poder maior do que efetivamente possuíam, para barrar os arroubos da direita, pressionando Goulart de todas as formas possíveis a radicalizar seu governo em defesa das bandeiras reformistas do período.

Em relação às Forças Armadas, o jornal se manteve atento a suas posições e possuía uma percepção bastante aguçada do que ocorria em seu interior, destacando a presença de vários grupos de opções ideológicas distintas dentre os militares. Alertava constantemente também para o fato de que “o processo de acumulação de crise no

³¹⁰Jornal *Binômio*, quatorze de julho de 1963.

³¹¹*Ibidem*.

³¹²Jornal *Binômio*, oito de julho de 1963.

Brasil estava chegando ao ponto máximo”, ou seja, o país marchava para o confronto e esse confronto poderia explodir exatamente entre os militares ³¹³.

3.10 - Em busca de uma definição de Magalhães Pinto.

Um dos pontos mais conflituosos na análise do *Binômio* era a relação do semanário com o governador de Minas, Magalhães Pinto, conforme já vimos um dos líderes da conspiração contra Goulart. O jornal não adotou uma posição crítica a seu governo, vendo-o, pelo contrário, com bons olhos. Tal atitude era, em boa medida contraditória com as perspectivas gerais defendidas pelo jornal. Contudo, importa salientar que, originalmente, o Binômio dispôs de relações de proximidade com a UDN, o mais importante adversário do PSD no estado, objeto principal de seu combate na década de 1950. Assim, apoiou a candidatura e a eleição de Magalhães, num momento em que não estavam nítidas as articulações golpistas e a polarização da sociedade brasileira não alcançara a profundidade que se evidenciou após a crise desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros. Por outro lado, como já vimos, o governador Magalhães Pinto procurava manter uma boa relação com os grupos reformistas no estado, tendo em vista as eleições presidenciais de 1965. Por fim, ao contrário de outros estados da federação, o peso do PTB em Minas Gerais era pequeno.

De todo modo, o *Binômio* buscou cobrar do governador, assim como o fazia em relação a Goulart, uma definição política:

Se Magalhães quiser fazer uma grande obra em Minas ele deve se decidir, enquanto Magalhães defrauda a bandeira das reformas sociais a ponto de se transformar num líder do pensamento reformista do país, aqueles que o rodeiam como secretário e bancada são contra sua linguagem de vanguarda ³¹⁴.

O jornal acreditava, pois, em uma veia reformista do governador, mas reivindicava que ele rompesse com os elementos conservadores que o cercavam, de modo que pudesse trabalhar efetivamente e até liderar o processo reformista. Entre tais elementos conservadores estariam inclusive políticos financiados pelo IBAD e outros ligados a FAREM, grupos que o jornal vinha denunciando como a “fina flor do conservadorismo mineiro”. Assim, segundo o *Binômio*, o governador precisava resolver essa questão, que vinha se tornando insuportável e incoerente, pois o governador falava

³¹³Jornal *Binômio*, quinze de abril de 1963.

³¹⁴Jornal *Binômio*, dez de outubro de 1963.

sozinho “como se o governador tivesse uma opinião e o resto do governo uma outra muito diferente”³¹⁵.

À medida que os meses foram avançando, ao longo de 1963, como Magalhães Pinto não se decidia por apoiar de forma mais consistente as bandeiras das esquerdas, o jornal endureceu o discurso contra o governador, incitando-o a assumir de vez a bandeira das reformas, ou seria derrotado como o restante dos conservadores da época: “Um dilema irrecusável ou prossegue em uma linha reformista substituindo essa gente que está a sabotá-lo todos os dias ou os mantém e prestigia capitulando perante a nação”³¹⁶. E vai mais além, apontando os fracassos de seu governo e culpando claramente por esse fracasso não o governador em si, mas as suas ligações com vários políticos ligados ao IBAD e ruralistas influentes como Josafá Macedo.

Desse modo, o jornal não conseguiu perceber ou não noticiou as articulações golpistas do governador e, ao longo de 1963, esperou que esse fizesse uma opção pelas idéias reformistas, sem atentar que Magalhães se manteria ao lado de seu partido e do seu grupo social cultural e político³¹⁷.

3.11 – 1964 - momentos de decisão

As pesquisas sobre o *Binômio*, no ano de 1964, ficaram prejudicadas, tendo em vista que a maioria das edições fora destruída pelos militares após o golpe. Mas, pelas poucas edições disponíveis, ainda foi possível perceber a luta do jornal para denunciar os golpistas e suas ações na época. Merece destaque a clareza com que o jornal analisava as ações de Carlos Lacerda, que, a partir da exploração do medo do comunismo presente no imaginário e na Cultura Política de boa parte da população, visava preparar a opinião pública para aceitar um golpe que estaria sendo armado pelos grupos conservadores³¹⁸.

Como vimos, os alertas sobre um possível golpe de direita não eram novidade nas páginas do *Binômio*. É provável que ele tenha sido um dos jornais mais preocupados

³¹⁵ *Ibidem*.

³¹⁶ Jornal *Binômio*, seis de dezembro de 1964

³¹⁷ Embora não fora possível apurar para o presente trabalho se essa omissão em relação às ações golpistas de Magalhães Pinto foram problema de percepção, ou mesmo de informação, acreditamos que possa ter pesado também as antigas ligações do *Binômio* com a UDN em nível estadual e o próprio apoio que o jornal concedeu ao governador durante sua campanha e ainda o fato de um dos fundadores do periódico, Euro Arantes, ser membro do partido.

³¹⁸ Conforme já citado as acusações contra Lacerda perpassam várias edições principalmente no último semestre de 1963.

com essa questão a nível nacional. Em janeiro de 1964, quase todas as colunas do periódico tratavam dessa questão, alertando para a adiantada mobilização conservadora, que estava prestes a chegar às vias de fato ³¹⁹.

No mês de março, à medida que as tensões se agravavam, o semanário se mantinha firme em seu posicionamento, defendendo as bandeiras reformistas e atacando os grupos conservadores especialmente aqueles envolvidos com a conspiração. Quando aconteceu o comício da central do Brasil no dia 13, o jornal noticiou com entusiasmo as propostas ali colocadas, avaliando o evento como a tão esperada decisão de Goulart pelas reformas e pelo seu rompimento com a política de conciliação, tantas vezes criticada. Na edição do dia 16, o jornal destacava a necessidade das reformas pretendidas pelo governo e o quanto essas já haviam mudado a face de outros países onde ocorreram. Enquanto a maioria da grande mídia atacava o comício, apresentando-o como um verdadeiro ato comunista, o *Binômio* abriu espaço para o discurso de Goulart, em que esse defendia as reformas e a necessidade de que o Brasil promovesse uma transição para um país mais justo. Nas palavras do próprio presidente: “que Deus nos inspire para que vençamos as eventuais dificuldades em 1964 e possamos fazer com que o Brasil supere essa fase de transição, saindo de uma democracia capitalista para uma democracia social” ³²⁰.

A reação dos grupos conservadores ao comício, conforme vimos veio com a “Marcha da Família com Deus pela liberdade”. Ao contrário da esmagadora maioria da mídia nacional, incluindo o jornal *Estado de Minas* que a saudou enfaticamente, o *Binômio* a criticou de várias maneiras, inclusive denunciando que seus idealizadores estavam à beira da insurreição: “a histeria de reduzidos grupos de privilegiados que não querem perder suas posições já está chegando aos limites da insurreição” ³²¹.

Nesse mesmo dia, o jornal chamou a atenção para as reformas pretendidas por Jango, através de matéria intitulada “As reformas que Jango quer”, especificando cada uma delas e demonstrando o quanto seriam importantes para o país. Destacou, ainda, em uma coluna intitulada “Quem são os inimigos do povo?”, a ação dos grupos conservadores em Minas Gerais e sua preparação para depor o presidente. Dentre esses, sobressaíam, mais uma vez, o IPES, o IBAD e a FAREM, que se organizavam para barrar o avanço do povo. Este, segundo o *Binômio*, marchava de forma firme e

³¹⁹Jornal *Binômio*, 6 de janeiro de 1964.

³²⁰Jornal *Binômio*, 16 de janeiro de 1964.

³²¹Jornal *Binômio*, 23 de março de 1964.

consistente em direção às reformas, que visavam melhorar sua vida e diminuir as injustiças e privilégios que caracterizavam o Brasil há séculos.

O jornal atentava ainda para o fato de que essa oposição não se organizava somente em Minas, mas também em outros estados como São Paulo: “o governo de São Paulo e suas minorias se declararam em franca rebeldia contra o governo da União, cujos atos, a começar pela reforma agrária, Ademar anunciou que não vai cumprir”³²².

Na última edição de sua história, o *Binômio* apontava todas as forças golpistas, inclusive denunciando a ligação da polícia militar mineira com as forças de segurança dos Estados Unidos. Chamava atenção, também, um artigo escrito pelo próprio Rabelo, que, de forma clara, criticava o governador Magalhães Pinto e o seu oportunismo³²³, uma vez que, depois de ter nos últimos anos se manifestado em vários momentos favorável às esquerdas, acabara, no entanto se tornando um dos líderes do movimento golpista.

Percebe-se que, até na última edição, o jornal se esforçou para divulgar as ideias e aspirações de uma Cultura Política reformista com a qual se identificava, sobretudo, o editor e proprietário do periódico José Maria Rabelo. Por isso, sofreu na pele o preço da derrota das esquerdas da época, com seu nome presente na lista da chamada operação “Gaiola”, que deveria prender os inimigos do novo governo que se formou, a partir da deposição de Goulart. Assim, não só perdeu o jornal destruído, mas também teve que fugir do país por vários anos.

³²² *Ibidem*.

³²³ Jornal *Binômio*, trinta de março de 1964.

CONCLUSÃO

Como vimos ao longo desta dissertação, o clima político e social da primeira metade da década de 1960 foi bastante tenso e marcado por grandes disputas sociais e políticas. Esses diferentes projetos ganharam espaço e ocuparam a cena após a redemocratização do país advinda do fim do Estado Novo varguista em 1945 e encontraram seu clímax durante o governo Goulart, especialmente durante o período presidencialista. Essas tensões sociais resultavam do embate entre os diversos projetos de Brasil defendidos por diferentes grupos sociais.

Embora percebendo que esses blocos ou grupos não são homogêneos e seja possível observar em seu interior culturas políticas com traços bastante distintos, os atores envolvidos neles se organizaram em meio ao grupo com o qual mais se identificaram por suas crenças, projetos ou por expectativas de futuro para si e para o país. Portanto, mesmo com traços heterogêneos esses dois grandes campos, que denominamos esquerda e direita, apresentaram um conjunto de objetivos e desejos próximos, intervindo na cena política com órgãos bastante representativos.

Podemos citar, à direita, instituições como o IBAD, o IPES a LIMODE e tantas outras agremiações que tinham suas raízes no conservadorismo profundo e na oposição a qualquer projeto reformista da sociedade brasileira. À esquerda estavam aqueles que defendiam a implantação de um conjunto de medidas que objetivavam importantes mudanças na sociedade brasileira, como a UNE, a CGT, as Ligas Camponesas dentre outros que encontraram seu objetivo de luta nas bandeiras das reformas de base, defendida com entusiasmo por esses grupos.

O clima de tensão e disputa chegou a todas as regiões do Brasil, envolvendo grandes passeatas e comícios na região sudeste e intensas disputas em torno da reforma agrária, promovidas pelas Ligas Camponesas no Nordeste do país. Tais disputas sociais perpassaram os vários âmbitos da vida política e social do Brasil, alcançando, também, o campo simbólico. Neste campo, os pensamentos as ideias, os sentimentos e objetivos ganharam cores e imagens, nas telas do *Cinema Novo*, nas páginas de livros, revistas, em músicas e pinturas. Além disso, davam o tom das principais matérias dos mais importantes jornais do país, responsáveis, em boa medida, por colocar o assunto no centro da agenda da opinião pública nacional.

Como pudemos verificar, Minas Gerais, vanguarda do movimento golpista de 31 de abril de 1964, envolveu-se em todo esse contexto de mobilização e disputas. As forças à esquerda buscaram se organizar e lutar pelas demandas sociais do momento, o que ajuda a explicar greves importantes como a ocorrida em Ipatinga em

1963, ou a força dos sindicatos rurais no Vale do Rio Doce, bastante influenciados pelas Ligas Camponesas.

No entanto, o conservadorismo, ainda muito arraigado na sociedade mineira, dificultou a atuação desses grupos, favorecendo a violenta repressão policial aos às ações da esquerda, conforme verificamos em Ipatinga. Contribuíram, ainda, para o fortalecimento dos grupos à direita, que organizaram passeatas, inviabilizaram comícios das esquerdas e influenciaram os principais jornais em Minas Gerais.

Analisando os jornais, *Estado de Minas* e *Binômio*, tivemos a oportunidade de perceber que, para além de uma ideia de neutralidade e imparcialidade altamente propagada em relação à mídia, tais jornais representaram os grupos aos com os quais mantinham contatos bastante próximos, conforme mostramos no segundo e terceiro capítulo. Com isso, frequentemente a mesma realidade, os mesmos acontecimentos, ganhavam cores bastante distintas dependendo do periódico.

Assim, para o *Binômio* a reforma agrária era vista como o carro chefe no combate as injustiças sociais no campo e oportunidade de modernização e crescimento econômico do Brasil. Já para o jornal *Estado de Minas* ela representava uma ameaça à agricultura e a propriedade privada no país. O que explica essa multiplicidade de opiniões em um mesmo contexto, em um mesmo espaço, eram as distintas culturas políticas de cada editoria e as redes de sociabilidade com as quais se conectam os proprietários desses jornais. Isso é bastante claro, já que enquanto atores sociais os órgãos de imprensa agiam e se moviam na sociedade sobre a qual escreviam. Assim, como os demais atores do período, estavam imbuídos de interesses, paixões, crenças e objetivos dos mais diversos possíveis.

Por isso, mesmo sofrendo vários tipos de perseguição, o *Binômio* firmou-se como uma voz em favor das reformas, em favor das várias demandas da esquerda, posicionando-se quando a situação exigia, mesmo quando implicava atitudes críticas às personalidades apoiadas pelo jornal. Um exemplo disso esteve relacionado ao próprio presidente Goulart, ou mesmo ao então governador de Minas, Magalhães Pinto, de quem o jornal esperava uma união definitiva às bandeiras da esquerda, o que como vimos, jamais ocorreu. A identificação com a esquerda perdurou no *Binômio* até mesmo após sua destruição. De fato, o periódico era o próprio retrato da esquerda depois do golpe: desbaratado e perseguido.

Por outro lado, o *Estado de Minas* não fugiu ao caminho traçado por Chateaubriand a nível nacional para o seu poderoso conglomerado jornalístico. No

entanto, não se tratava apenas de uma imposição vinda de cima para baixo. Na verdade as lideranças e os articulistas de política do periódico dispunham de uma ligação profunda com os principais grupos conservadores mineiros. Alguns articulistas políticos chegaram mesmo a receber dinheiro do IPES.

Assim, o *Estado de Minas* deu voz ao que havia de mais conservador na política mineira, chegando inclusive a pressionar o próprio governador a radicalizar-se contra o governo federal tido como inimigo pelo jornal. Gozando da força de maior jornal do estado, o periódico foi uma ferramenta importantíssima para que Minas saísse à frente no golpe que pôs fim à vivência democrática daqueles anos.

Os editoriais do *Estado de Minas* foram fundamentais para transformar, em segmentos da opinião pública estadual, um golpe de Estado em revolução, apresentada como importante para resguardar a democracia e a liberdade, supostamente ameaçadas pelo comunismo. O êxito desse esforço do jornal e dos demais grupos de direita pode ser constatado na *Marcha da Vitória*, realizada no dia dois de abril na capital mineira, envolvendo milhares de pessoas que saudavam o novo governo, ao mesmo tempo em que a operação “Gaiola” prendia várias pessoas pelo estado e José Maria Rabelo buscava fugir do país, caminho que teria que seguir boa parcela da esquerda daqueles anos.

Enfim, esperamos que esse trabalho possa ajudar a preencher parte da lacuna existente nos estudos sobre a imprensa e as culturas políticas que existiam em Minas Gerais no período que antecede o golpe de 1964, tema ainda pouco tratado na literatura. Não temos, é claro, qualquer pretensão de que nosso estudo seja conclusivo. Pelo contrário, esperamos que possa favorecer a elaboração de novos trabalhos que desvendem com maior profundidade a atuação dos mineiros em relação não só à derrubada do governo Goulart, mas a todas as nuances que antecederam e sucederam esse fato.

FONTES

Jornal *Binômio* 1963 a abril de 1964.

Jornal *Estado Minas* 1963 a abril de 1964.

Entrevista com José Maria Rabelo. concedida a André Rocha de Souza, Marcelo Dias Costa e Marcelo Aurélio Ramalho Froes, acessado em: http://www.youtube.com/watch?v=_P9Ku3wnmhg dia 28/04/2011.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Cláudio. *A Regra do Jogo*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

ABREU, Alves de. *Os suplementos literários – os intelectuais e a imprensa*. In: ABREU, Alzira (et al.), *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AGULHON, Maurice. *El círculo burguês: la sociabilidad en Francia, 1810-1848*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, p. 9-44; p. 136-186.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Ed. Revan; Brasília: Ed. da UnB, 2001.

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *Apologia da História Política*. Lisboa: Quetzal, 1999.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais*. Revista Brasileira de História. vol.24, n°.47, São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100012. Acessado em 10/01/2010 as 09h00min.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *Utopias e contra-utopias: movimentos sociais rurais em Minas Gerais*. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1997. p. 30.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o Longo Caminho*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon, & CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumarã, 1994.

DELGADO, Marcio de Paiva. O “golpismo democrático” Carlos Lacerda e o jornal tribuna da imprensa na quebra da legalidade (1949 - 1964). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Márcio-de-Paiva-Delgado.pdf>.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. “O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964”. In: _____; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart - Entre a Memória e a História*. Rio de Janeiro. FGV, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Verbete biográfico Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. Acessado em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx> em 24/03/2011 as 12 : 00 horas.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol.24, N°.47,p.21, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas a crise política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: SOIHET, Rachel et alii (org). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensaio de historia*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005,

Gláucio Ary Dillon Soares. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, p. 313.

GONTIJO, Rebeca. “História, cultura, política e sociabilidade intelectual”. In: SOIHET, Rachel et alii (org). *Cultura políticas: ensaios de história cultural, historia política e ensaio de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

JULLIARD, Jacques. *A política*. In: LE GOFF, J., NORA, P. (dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. *As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 13, n.24, 1999.

LIMA, Ana Paula Pereira. Assis Chateaubriand e Silvio Santos: patrimônios da imprensa nacional. Juiz de Fora: UFJF; FACOM, 2.sem.2001. 121 fl. mimeo. Projeto Experimental do Curso de Comunicação Social. Acessado em http://www.facom.ufjf.br/projetos/2sem_2001/pdf/ALima.pdf dia 20/03/2011 as 16:00 horas

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*: São Paulo: Contexto, 2005.

MATTEUCCI, Nicola, Opinião Pública. In: BOBBIO, Norberto, et al, MATTEUCCI, Nicola, SCHIERA, Pierangelo. *Dicionário de Política*. Verbete Opinião Pública. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 11ª ed., 1998.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 – 1840)*, São Paulo: Hucitec, 2005.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. “Culturas Políticas na História: Novos Estudos”. In: _____ *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

_____. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002. 297.

QUARTI, Márcia. Verbete biográfico João de Medeiros Calmon. Acessado em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx> dia 23/03/2011 as 17:00 horas.

RABÊLO, José Maria. *Binômio. Edição histórica*. O jornal que virou Minas de cabeça para baixo. Belo Horizonte: Barlavento, 1997.

RAMALHO Marilene Assis Tuler. O massacre de Ipatinga e a esquerda em nível nacional. - os grupos dos onze. Disponível em: http://www.uss.br/web/arquivos/textos_historia/Marilene_Ramalho_O_Massacre_de_Ipatinga_e_a_Esquerda_em_Nive.pdf. Acessado em: 10/01/2010 as 9: 00 Hora.

_____. *Massacre de Ipatinga: mitos e verdades*. Belo Horizonte: O lutador, 2007.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político” (nota de trabalho).
Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

STEPAN, Alfred C. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*.
Rio de Janeiro: Artenova, 1975,